



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**  
**EXERCÍCIO 2016**

**Florianópolis – SC**

**2017**

## COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

### DESEMBARGADORES

Pedro Manoel Abreu  
Cláudio Barreto Dutra  
Newton Trisotto  
Luiz César Medeiros  
Sérgio Roberto Baasch Luz  
Antonio do Rêgo Monteiro Rocha  
Fernando Carioni  
José Antônio Torres Marques –  
Presidente  
Rui Francisco Barreiros Fortes  
Marcus Tulio Sartorato  
Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu  
Salete Silva Sommariva  
Ricardo Orofino da Luz Fontes –  
Corregedor-Geral da Justiça  
Salim Schead dos Santos – Vice-  
Corregedor-Geral da Justiça  
Maria do Rocio Luz Santa Ritta  
Cid José Goulart Júnior  
Jaime Ramos – 3º Vice-Presidente  
Alexandre d'Ivanenko – 1º Vice-  
Presidente  
Lédio Rosa de Andrade  
Moacyr de Moraes Lima Filho  
Jorge Henrique Schaefer Martins  
Sérgio Izidoro Heil – 2º Vice-Presidente  
José Carlos Carstens Köhler  
João Henrique Blasi  
Jorge Luiz de Borba  
Rejane Andersen  
Joel Dias Figueira Júnior  
Cláudio Valdyr Helfenstein  
Rodrigo Cunha  
Jânio de Souza Machado  
Soraya Nunes Lins  
Sônia Maria Schmitz  
Henry Goy Petry Junior  
Raulino Jacó Brüning  
Roberto Lucas Pacheco  
Jairo Fernandes Gonçalves  
José Inacio Schaefer  
João Batista Góes Ulysséa  
Ronei Danielli

Luiz Fernando Boller  
Paulo Roberto Sartorato  
Tulio José Moura Pinheiro  
Carlos Alberto Civinski  
Ronaldo Moritz Martins da Silva  
Ricardo José Roesler  
Robson Luz Varella  
Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço  
Sérgio Antônio Rizelo  
Denise Volpato  
Getúlio Corrêa  
Sebastião César Evangelista  
Domingos Paludo  
Ernani Guetten de Almeida  
Carlos Adilson Silva  
Rogério Mariano do Nascimento  
Edemar Gruber  
Stanley da Silva Braga  
Altamiro de Oliveira  
Saul Steil  
Newton Varella Júnior  
Rodolfo Cezar Ribeiro da Silva Tridapalli  
Odson Cardoso Filho  
Gilberto Gomes de Oliveira  
José Everaldo Silva  
Volnei Celso Tomazini  
Paulo Henrique Moritz M. da Silva  
Leopoldo Augusto Bruggemann  
Júlio César Knoll  
Vera Lúcia Ferreira Copetti

### JUÍZES DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU

Janice Goulart Garcia Ubialli  
Cláudia Lambert de Faria  
Francisco José Rodrigues de Oliveira  
Neto  
Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt  
Schaefer  
Jorge Luis Costa Beber  
Guilherme Nunes Born  
Eduardo Mattos Gallo Júnior  
Luiz Zanelato  
Dinart Francisco Machado

Gerson Cherem II  
Rosane Portella Wolff  
Denise de Souza Luiz Francoski  
Artur Jenichen Filho  
Paulo Ricardo Bruschi  
Luiz Cesar Schweitzer  
Rubens Schulz

Júlio César Machado Ferreira de Melo  
Luiz Antônio Zanini Fornerolli  
Hildemar Meneguzzi de Carvalho  
Luiz Felipe Siegert Schuch  
José Maurício Lisboa  
Carlos Roberto da Silva  
Bettina Maria Maresch de Moura

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2016**

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que este Tribunal de Justiça está obrigado, nos termos do parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal de 1988, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa n. 20/2015-TCE/SC, com alteração posterior, e da Portaria n. 0636/2016-TCE/SC.

Elaboração conjunta: Diretoria-Geral Administrativa, Assessoria de Planejamento e Diretoria de Orçamento e Finanças.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. VISÃO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA (ANEXO V – ITEM I)</b>                                                                                                                                                                                                              |           |
| 1.1. Identificação da unidade jurisdicionada .....                                                                                                                                                                                                                                             | 6         |
| 1.2. Rol de responsáveis .....                                                                                                                                                                                                                                                                 | 6         |
| 1.3. Organograma .....                                                                                                                                                                                                                                                                         | 8         |
| 1.4. Corpo diretivo .....                                                                                                                                                                                                                                                                      | 11        |
| 1.5. Conselhos .....                                                                                                                                                                                                                                                                           | 13        |
| 1.6. Comitês .....                                                                                                                                                                                                                                                                             | 17        |
| 1.7. Comissões .....                                                                                                                                                                                                                                                                           | 18        |
| <b>2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA ..</b>                                                                                                                                                                                                                 | <b>21</b> |
| <b>3. INFORMAÇÕES RELATIVAS À GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA (ANEXO V – ITEM II) .....</b>                                                                                                                                                          | <b>36</b> |
| 3.1. Tribunal de Justiça de Santa Catarina – 03001 .....                                                                                                                                                                                                                                       | 36        |
| 3.2. Fundo do Reaparelhamento da Justiça – 03091 .....                                                                                                                                                                                                                                         | 39        |
| 3.3. Contingenciamento (anexo V, II, 3).....                                                                                                                                                                                                                                                   | 42        |
| <b>4. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA (ANEXO V, ITEM III) .....</b>                                                                                                                                                                                       | <b>47</b> |
| <b>5. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS E INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS. (ANEXO V, ITENS IV E V) .....</b> | <b>49</b> |
| <b>6. INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO (ANEXO V, ITEM VI) .....</b>                                                                                                                           | <b>51</b> |
| <b>7. CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO .....</b>                                                                                                                                                                                                                                                  | <b>61</b> |
| <b>8. GESTÃO DE PESSOAS .....</b>                                                                                                                                                                                                                                                              | <b>69</b> |
| <b>9. MATERIAL E PATRIMÔNIO .....</b>                                                                                                                                                                                                                                                          | <b>71</b> |
| <b>10. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....</b>                                                                                                                                                                                                                                                      | <b>75</b> |
| <b>11. ENGENHARIA E ARQUITETURA .....</b>                                                                                                                                                                                                                                                      | <b>90</b> |

## **1. VISÃO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA (ANEXO V – ITEM I)**

### **Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina**

A organização da Justiça nos Estados orienta-se pelas normas estabelecidas na Constituição Federal (artigos 93, 94, 96, III, 98, 100 e 125), pelas contidas na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979) e pelas disposições das Constituições Estaduais.

Em Santa Catarina, o artigo 77 da Constituição Estadual enumera os órgãos que integram o Poder Judiciário do Estado: "I - o Tribunal de Justiça; II - os Tribunais do Júri; III - os Juízes de Direito e os Juízes Substitutos; IV - a Justiça Militar; V - os Juizados Especiais e as Turmas de Recursos; VI - a Câmara Regional de Chapecó; VII - os Juízes de Paz; VIII - outros órgãos instituídos em lei".

### **1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA**

**Unidade Jurisdicionada:** Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.845.701/0001-59

**Endereço:** Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208, Centro, Florianópolis, Santa Catarina. CEP 88020-901.

**Telefone:** 3287-1000

**Home:** [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br)

**Legislação:**

Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina - Lei Estadual n. 5.624, de 09 de novembro de 1979, com alterações posteriores.

### **1.2. ROL DE RESPONSÁVEIS**

#### **DADOS DO RESPONSÁVEL**

**1) Nome:** Nelson Juliano Schaefer Martins

**CPF:** 145.162.339-91

**Endereço funcional:** Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208, Centro, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88020-901.

**Telefone:** 3287-2500

**E-mail:** presidente@tjsc.jus.br

**Informações do cargo:**

**Natureza da responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº20/2015)** - Autoridade máxima da unidade jurisdicionada

**Nome do cargo:** Presidente

Eleito pelo Tribunal Pleno na Sessão n. 305, do dia 4 de dezembro de 2013. Posse em 29/01/2014.

**Período de gestão no exercício:**

01/02/2014 a 29/01/2016

**DADOS DO RESPONSÁVEL**

**2) Nome:** José Antônio Torres Marques

**CPF:** 293.786.990-49

**Endereço funcional:** Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208, Centro, Torre II, 8.º andar, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88020-901.

**Telefone:** 3287-2500

**E-mail:** presidente@tjsc.jus.br

**Informações do cargo**

**Natureza da responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº20/2015)** - Autoridade máxima da unidade jurisdicionada

**Nome do cargo:** Presidente

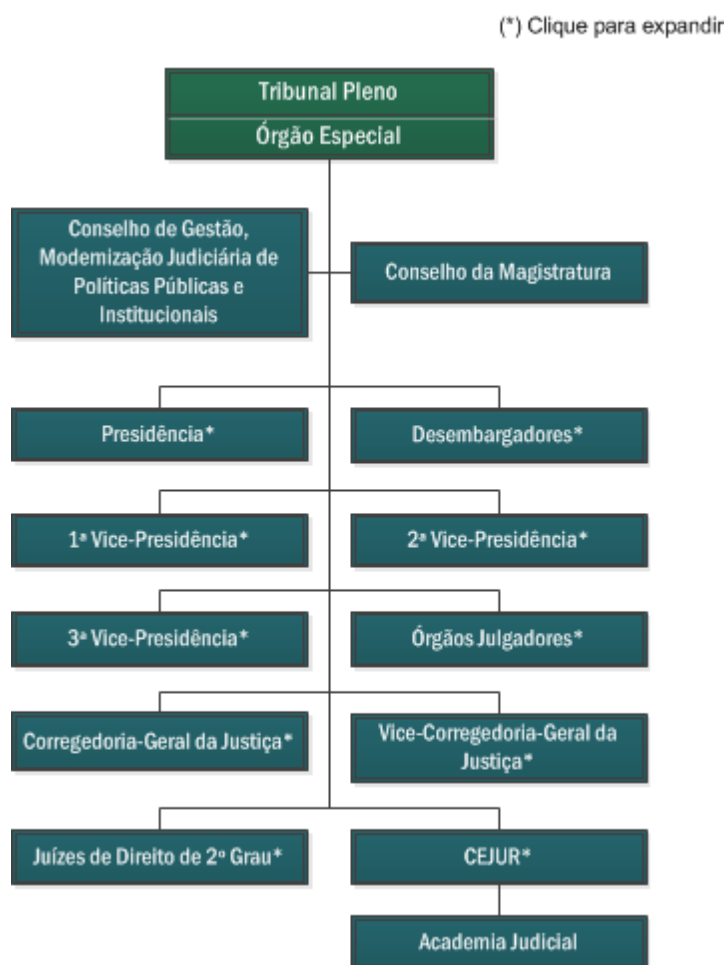
Eleito pelo Tribunal Pleno na Sessão n. 354, do dia 02 de dezembro de 2015. Posse em 29/01/2016.

**Período de gestão no exercício:**

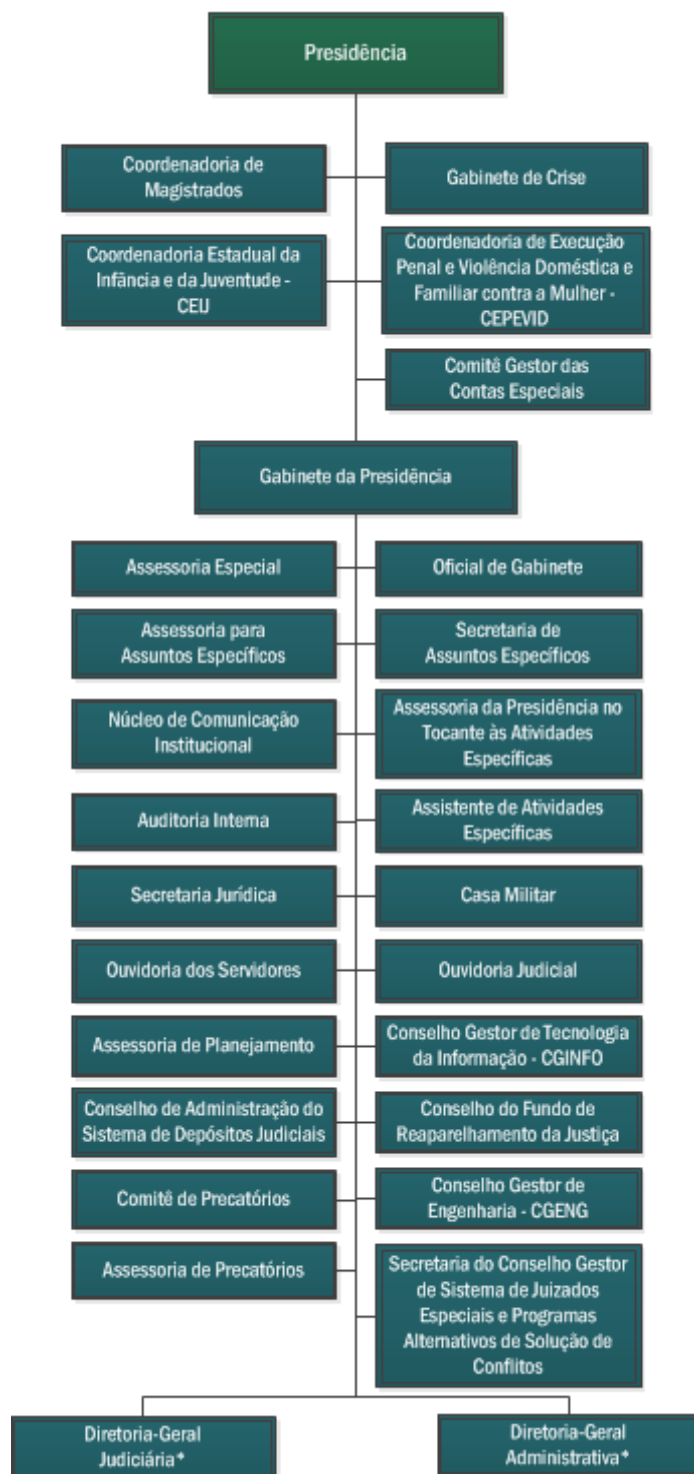
29/01/2016 a 2/2018

### 1.3. ORGANOGRAMA

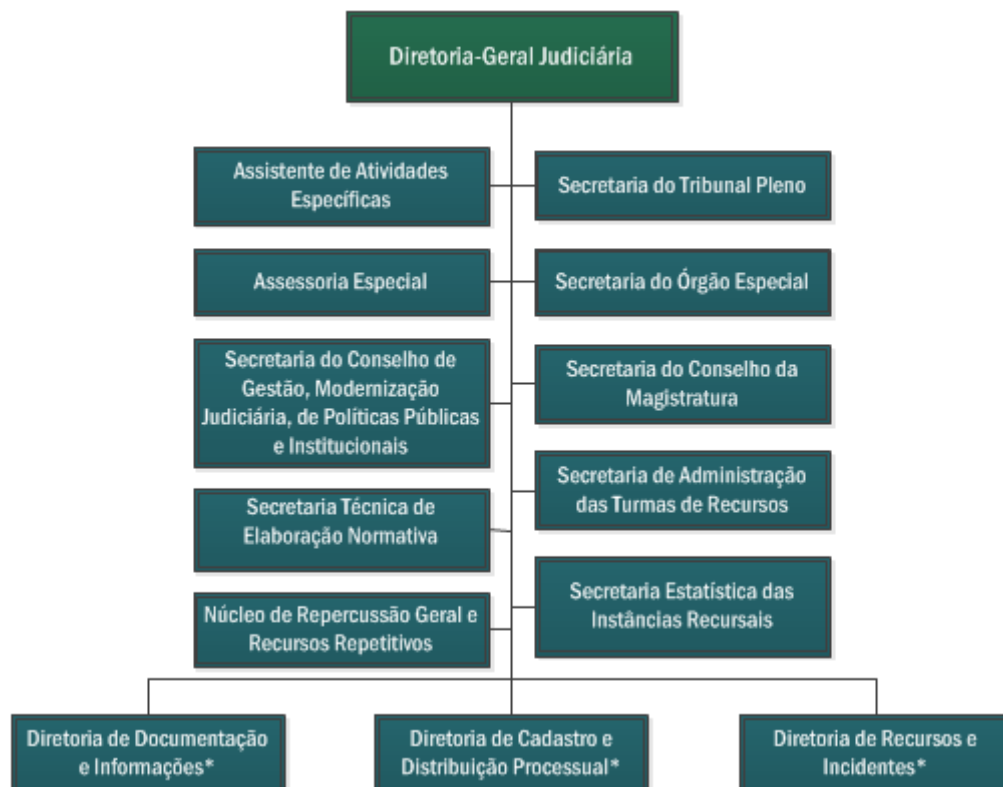
Por meio do processo administrativo n. 544643-2014.0 a Administração está realizando estudos para promover a alteração e atualização do organograma do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, ocasião em que será incluída inclusive a Secretaria-Geral, órgão vinculado à Presidência, ao qual subordinam-se a Diretoria-Geral Administrativa e a Diretoria-Geral Judiciária, criada pela Resolução n. 7/2016, de 29/01/2016, do Gabinete da Presidência (Diário da Justiça Eletrônico n.2280, com publicação em 01/02/2016).



Fonte: [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br)



Fonte: [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br)



Fonte: [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br)



Fonte: [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br)

## **1.4. CORPO DIRETIVO**

### **DIRIGENTES (BIÊNIO 2016/2018)**

#### **PRESIDÊNCIA**

Des. José Antônio Torres Marques

#### **PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA**

Des. Alexandre d'Ivanenko

#### **SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA**

Des. Sérgio Izidoro Heil

#### **TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA**

Des. Jaime Ramos

#### **CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

Des. Ricardo Orofino da Luz Fontes

#### **VICE-CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

Des. Salim Schead dos Santos

#### **COORDENADORIA DE MAGISTRADOS**

Juíza Sônia Eunice Odwazny

#### **JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA**

Juiz de Direito Luís Felipe Canever

Juiz de Direito Alexandre Moraes da Rosa

#### **SECRETARIA-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Juiz de Direito Jefferson Zanini

#### **CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Michele Hartz

#### **CASA MILITAR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Tenente-Coronel Marcos A. C. Dutra

#### **DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA**

Cleverson Oliveira

**DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA**

Ricardo Albino França

**DIRETORIA DE CADASTRO E DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL**

Renato José Uliano Bertoldi

**DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES**

Maurício Walendowsky Spricigo

**DIRETORIA DE RECURSOS E INCIDENTES**

Boris Leonel Kruger

**DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

Débora Carolina Piazza

**DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA**

Rafael Giorgio Ferri

**DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**

Graziela Cristina Zanon Meyer Juliani

**DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

Ricardo Lentz

**DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

Raphael Jaques de Souza

**DIRETORIA DE SAÚDE**

Renato Grillo Flach

**DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Cassiano Reis

**COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE**

Desa. Soraya Nunes Lins, Coordenadora

**COORDENADORIA DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

Des. Jânio de Souza Machado, Coordenador

**SECRETÁRIO-GERAL DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

Anderson Bächtold

**COORDENADOR DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO**

João Anfilóquio Machado Júnior

**COORDENADOR-GERAL DO NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL**

Des. João Henrique Blasi

**ASSESSOR DE IMPRENSA**

Ângelo Lima Medeiros

**ASSESSORIA DE CERIMONIAL**

Tathiana Nogueira Mendes Carlin

**OUVIDORIA DO PODER JUDICIÁRIO**

Des. Robson Luz Varella, Ouvidor do Poder Judiciário

**JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA**

Juiz de Direito Alexandre Moraes da Rosa

**COORDENADOR**

Rodrigo de Aguiar Damiani

**COORDENADOR DA AUDITORIA INTERNA**

Jozelito Neves Cunha

**Academia Judicial - GESTÃO 2014/2016****DIRETOR-EXECUTIVO**

Des. Luiz César Medeiros

**VICE-DIRETOR-EXECUTIVO:**

Des. Henry Petry Junior

**DIRETOR DE PESQUISA E APRIMORAMENTO INSTITUCIONAL:**

Juiz Marcelo Carlin

**DIRETOR DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E PEDAGÓGICOS:**

Juíza Vânia Pettermann

**SECRETÁRIO EXECUTIVO:** Alexandre dos Anjos

**1.5. CONSELHOS (BIÊNIO 2016/2018)****CONSELHO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS**

Presidente

Des. Torres Marques

Membros

Des. Alexandre d'Ivanenko, 1º Vice-Presidente

Des. Ricardo Fontes, Corregedor-Geral da Justiça

Des. Luiz César Medeiros, Diretor-Executivo da Academia Judicial

Des. Ernani Guetten de Almeida, Presidente do Sidejud

Des. João Henrique Blasi, Coordenador do Núcleo de Comunicação Institucional

Des. Tulio Pinheiro, Presidente do Conselho Gestor de Tecnologia da Informação – CGINFo

Des. Carlos Alberto Civinski, Presidente do Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ

Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva, Presidente do Conselho Gestor de Engenharia – CGEng

Des. Carlos Adilson Silva, Presidente do Conselho de Planejamento e Gestão Estratégica – CPLAN

Des. Odson Cardoso Filho, Presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses

Juíza de Direito Sônia Eunice Odwazny, Coordenadora de Magistrados (ouvinte)

Secretário

Ricardo Albino França, Diretor-Geral Judiciário

Chefe da Secretaria

Nireni Macarini Olivo

### **CONSELHO DA MAGISTRATURA**

Presidente

Des. Torres Marques

Membros

Des. Sérgio Roberto Baasch Luz

Des. Ricardo Fontes, Corregedor-Geral da Justiça

Des. Salim Schead dos Santos, Vice-Corregedor-Geral da Justiça

Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta

Des. Jaime Ramos, 3º Vice-Presidente

Des. Alexandre d'Ivanenko, 1º Vice-Presidente

Des. Sérgio Izidoro Heil, 2º Vice-Presidente

Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva

Des. Ricardo José Roesler

Des. Sérgio Antônio Rizelo

Des. Ernani Guetten de Almeida

Secretário

Ricardo Albino França, Diretor-Geral Judiciário

Chefe da Secretaria

Nireni Macarini Olivo

### **CONSELHO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA – FRJ**

Presidente

Des. Carlos Alberto Civinski

Representante do MPSC

Dr. Cid Luiz Ribeiro Schmitz, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Representante da OAB/SC

Dr. Mauri Joao Galeli, Advogado

Servidor

Ricardo Lentz, Diretor de Orçamento e Finanças do Tribunal de Justiça de SC

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS  
(Portaria n. 717/2016-GP, de 4 de novembro de 2016)**

Presidente

Des. Ernani Guetten de Almeida

Vice-Presidente

Des. Ronei Danielli

Membros

Juíza de Direito Sônia Eunice Odwazny, Coordenadora de Magistrados

Cleverson Oliveira, Diretor-Geral Administrativo

Ricardo Lentz, Diretor de Orçamento e Finanças

**CONSELHO GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGINFO  
(Portaria GP nº 71, de 10 de fevereiro de 2016)**

Presidente

Des. Túlio José Moura Pinheiro

Coordenador

Juiz de Direito de Segundo Grau Paulo Ricardo Bruschi

Membros

Juiz de Direito Fernando Rodrigo Busarello

Juiz de Direito Luís Felipe Canever

Juíza de Direito Maria Paula Kern

Juiz de Direito Marlon Negri

Cassiano Reis, Diretor de Tecnologia da Informação

**CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS  
ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

Presidente

Des. José Antônio Torres Marques, Presidente

Membros

Des. Alexandre d'Ivanenko, 1º Vice-Presidente

Des. Ricardo Orofino da Luz Fontes, Corregedor-Geral da Justiça

Des. Jânio de Souza Machado, Coordenador Estadual do Sistema JEPASC

Des. Luiz César Medeiros, Diretor-Executivo do CEJUR - Academia Judicial

Juíza de Direito Sônia Eunice Odwazny, Coordenadora de Magistrados

Membros Convidados

Representante da Procuradoria-Geral de Justiça

Representante da Ordem dos Advogados do Brasil/SC

Secretaria

Ilex Rosália Gonçalves - Chefe da Secretaria

**CONSELHO GESTOR DE ENGENHARIA – CGENG  
(Resolução n. 2/2012-TJ)**

Presidente

Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva

Coordenador

Juiz de Direito de Segundo Grau Luiz Felipe Schuch

Membros

Juiz de Direito Sílvio José Franco

Juiz de Direito Cyd Carlos da Silveira

Cleverson Oliveira, Diretor-Geral Administrativo

Débora Carolina Piazza, Diretora de Engenharia e Arquitetura

João Anfilóquio Machado Junior, Coordenador da Assessoria de Planejamento

Wanderley Horn Hulse, Assessor de Planejamento

**CONSELHO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA – CPLAN  
(Resolução n. 11/2015-TJ)**

Presidente

Des. Carlos Adilson Silva

Membros

Juiz de Direito de Segundo Grau Dinart Francisco Machado

Juiz de Direito Alexandre Moraes da Rosa, Juiz Auxiliar da Presidência

Juíza de Direito Maria Paula Kern, Juíza Corregedora

João Anfilóquio Machado Júnior, Coordenador da Assessoria de Planejamento

Cleverson Oliveira, Diretor-Geral Administrativo

Ricardo Albino França, Diretor-Geral Judiciário

**CONSELHO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL – CSI  
(Resolução n. 7/2014-GP)**

Presidente

Des. José Antônio Torres Marques

Membros

Des. Altamiro de Oliveira, Coordenador

Des. José Everaldo Silva, Coordenador-Adjunto

Juiz Luís Felipe Canever, Juiz Auxiliar da Presidência

Juiz Luiz Henrique Bonatelli, Juiz-Corregedor

Juiz Julio Cesar Bernardes, Juiz de Direito

Ten. Cel. Marcos Aurélio Correa Dutra, Chefe da Casa Militar do TJSC

Del. Ronaldo Neckel Moretto, Delegado PCSC

## **1.6. COMITÊS**

### **COMITÊ DE GESTÃO DA CRIATIVIDADE (BIÊNIO 2016/2017)**

Presidente

Des. Luiz César Medeiros, Diretor-Executivo da Academia Judicial

Membros

Des. Saul Steil, Desembargador indicado pelo Presidente do Tribunal de Justiça

Juiz de Direito Alexandre Moraes da Rosa, Juiz Auxiliar da Presidência

Juiz de Direito Marcelo Carlin, Diretor de Pesquisa e Aprimoramento Institucional da Academia Judicial

Juíza de Direito Vânia Petermann, Diretora de Assuntos Acadêmicos e Pedagógicos da Academia Judicial

Alexandre dos Anjos, Secretário-Executivo da Academia Judicial

Michele Hertz, Chefe de Gabinete da Presidência

Cleverson Oliveira, Diretor-Geral Administrativo

Ricardo Albino França, Diretor-Geral Judiciário

João Anfilóquio Machado Júnior, Coordenador da Assessoria de Planejamento – Asplan

Priscila de Aquino Marcelino, Assessora da Academia Judicial, na qualidade de secretária

### **COMITÊ GESTOR REGIONAL PARA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO – CGRPG (BIÊNIO 2016/2018)**

**(Portaria GP n. 247, 248 e 249, de 13 de abril de 2016, e Portaria GP n. 448, de 5 de julho de 2016)**

Magistrado indicado pelo Tribunal Pleno

Presidente

Juiz de Direito Laudenir Fernando Petroncini, Titular

Juiz de Direito Sérgio Luiz Junkes, Suplente

Magistrado escolhido pelo Tribunal Pleno

Juíza de Direito Cândida Inês Zoellner Brugnoli, Titular

Juíza de Direito Brigitte Remor de Souza May, Suplente

Magistrado eleito pela categoria

Juiz de Direito Edison Zimmer, Titular

Juíza de Direito Brigitte Remor de Souza May, Suplente

Servidor escolhido pelo Tribunal Pleno

Emylia Buchner Scalco Carneiro, Titular

Michelly Dalpiaz, Suplente

Servidor eleito pela categoria

Olacir Gonçalves, Titular

Natália Radtke, Suplente  
Participantes (sem direito a voto)  
Magistrado indicado pela Associação de Magistrados Catarinenses  
Juíza de Direito Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, Titular  
Juiz de Direito Josmael Rodrigo Camargo, Suplente  
Servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores do PJSC  
Rinaldo Luiz da Silva, Titular  
Marcos Borba, Suplente

#### **COMITÊ GESTOR LOCAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE**

Presidente  
Desa. Rejane Andersen  
Membros  
Juiz de Direito Edison Zimmer, Juiz de Direito de Primeiro Grau  
Cleverson Oliveira, Diretor-Geral Administrativo  
Renato Grillo Flach, Diretor de Saúde  
Raphael Jaques de Souza, Diretor de Gestão de Pessoas  
João Anfilóquio Machado Júnior, Coordenador da Assessoria de Planejamento – Asplan

#### **COMITÊ GESTOR DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS – CGDA (Portaria n. 151/2016-GP)**

Presidente  
Des. Luiz César Medeiros  
Membros  
Des. Carlos Alberto Civinski  
Des. Odson Cardoso Filho  
Giovanni Moresco

### **1.7. COMISSÕES**

#### **COMISSÃO DO CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Resolução n. 01/2015-TJ)**

Presidente  
Des. Alexandre d'Ivanenko  
Titulares  
Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva  
Dra. Sandra Krieger Gonçalves, Membro da OAB/SC  
Suplentes

Des. Tulio Pinheiro  
Dr. Leonardo Reis de Oliveira, Membro da OAB/SC

**COMISSÃO PERMANENTE DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS**  
**(Portarias GP n. 95, de 11 de fevereiro de 2016, e GP n. 400, de 14 de junho de 2016)**

Presidente

Des. Alexandre d'Ivanenko

Membros

Des. Domingos Paludo;

Des. Saul Steil

Juiz de Direito Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto;

Juíza de Direito Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer;

Representantes da Associação dos Magistrados Catarinenses

Juiz de Direito Marco Augusto Ghisi Machado, Titular

Juiz de Direito Josmael Rodrigo Camargo, Suplente

**COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA**  
**(Portaria GP n. 339, de 19 de maio de 2016)**

Presidente

Des. Alexandre d'Ivanenko

Membros

Juiz de Direito Gerson Cherem II

Juiz de Direito Marcelo Pons Meirelles

**COMISSÃO PERMANENTE DE REGIMENTO INTERNO**  
**(Portaria GP n. 95, de 11 de fevereiro de 2016)**

Presidente

Des. Alexandre d'Ivanenko

Membros

Des. Fernando Carioni

Des. Jorge Borba

Des. Rogério Mariano do Nascimento

Des. José Everaldo Silva

**COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**  
**(Portaria GP n. 245, de 13 de abril de 2016)**

Presidente

Juiz de Direito Luís Felipe Canever

Membros

Juiz-Corregedor Cyd Carlos da Silveira

Roger Tang Vidal

Wanderley Horn Hulse  
Manuela Stefani Cardoso  
Fernanda de Jesus  
Fernanda Carvalho Pereira  
Rinaldo Celso Feldmann Filho

## 2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico é uma metodologia administrativa utilizada para desenvolver a estratégia da organização levando em consideração o ambiente na qual está inserida. Inclui atividades que envolvem a definição da Missão, Visão e Valores da Organização, o estabelecimento de seus Objetivos e o desenvolvimento de Estratégias que possibilitem o sucesso das operações no seu ambiente.

Missão é a razão de ser de uma Organização.

A Visão define o que a Organização quer ser amanhã, envolvendo todos os seus colaboradores em função de um mesmo objetivo ao longo do tempo.

Estratégia é o conjunto de recursos que são utilizados para que uma Organização alcance seus Objetivos.

Valores são os princípios que balizam a vida da Organização e a atuação dos seus colaboradores.

A Resolução nº 28/2014-TJ define as atuais orientações estratégicas do PJSC.

O Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina para o período de 2015 a 2020, alinhado ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Nacional instituído pela Resolução CNJ n. 198/2014, consta da Resolução TJ n. 28/2014. As orientações estratégicas do Poder Judiciário que compõem o Mapa Estratégico 2015-2020 são as seguintes:



Fonte: [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br)

Em cumprimento à Resolução do CNJ supramencionada e Resolução 23/2009-GP deste Tribunal, a Assessoria de Planejamento promoveu, em julho de 2016, as Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs).

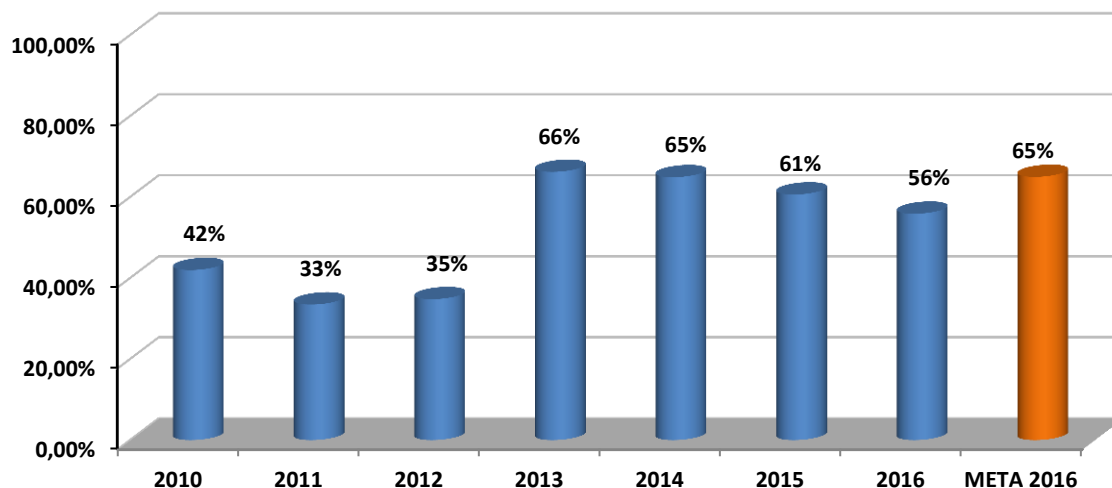
Como resultado das reuniões obteve-se: atualização das matrizes de controle e das séries históricas dos resultados, revisão das metas, interpretação do desempenho e identificação das oportunidades de melhorias.

### Atuais indicadores estratégicos do PJSC (Fonte: Relatório Estatístico do PJSC 2016)

#### Perspectiva Cidadãos – CI

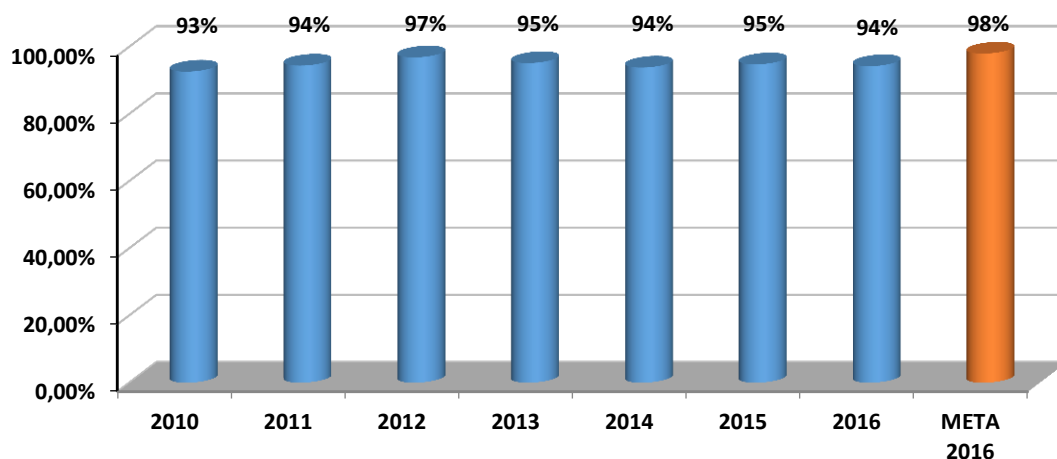
- CI 1 – Garantir a humanização do atendimento e buscar satisfação dos cidadãos

⇒ CI 1.1 – Índice de satisfação do usuário



- CI 2 – Aprimorar a comunicação institucional

⇒ CI 2.1 – Índice de matérias institucionais positivas



#### Perspectiva Serviços – SE

- SE 1 – Tornar a atividade jurisdicional célere e efetiva

⇒ SE 1.1 – Tempo de tramitação dos processos baixados de primeiro grau

| Processos                           | 2015       | 2016       |
|-------------------------------------|------------|------------|
| Criminais de 1º Grau                | 1028       | 1052       |
| Não-Criminais de 1º Grau            | 847        | 886        |
| <b>1º Grau</b>                      | <b>871</b> | <b>915</b> |
| Criminais dos Juizados Especiais    | 436        | 487        |
| Não-Criminais de Juizados Especiais | 534        | 815        |
| <b>Juizados Especiais</b>           | <b>510</b> | <b>759</b> |
| Criminais de Turmas de Recursos     | 214        | 355        |
| Não-Criminais de Turmas de Recursos | 376        | 449        |
| <b>Turmas de Recursos</b>           | <b>371</b> | <b>444</b> |
| Criminais                           | 748        | 790        |
| Não-Criminais                       | 792        | 867        |
| <b>Conhecimento Geral</b>           | <b>784</b> | <b>853</b> |

⇒ *SE 1.2 – Tempo de tramitação dos processos baixados de segundo grau*

| Processos                 | 2015       | 2016       |
|---------------------------|------------|------------|
| Criminais de 2º Grau      | 218        | 204        |
| Não-Criminais de 2º Grau  | 443        | 451        |
| <b>Conhecimento Geral</b> | <b>405</b> | <b>403</b> |

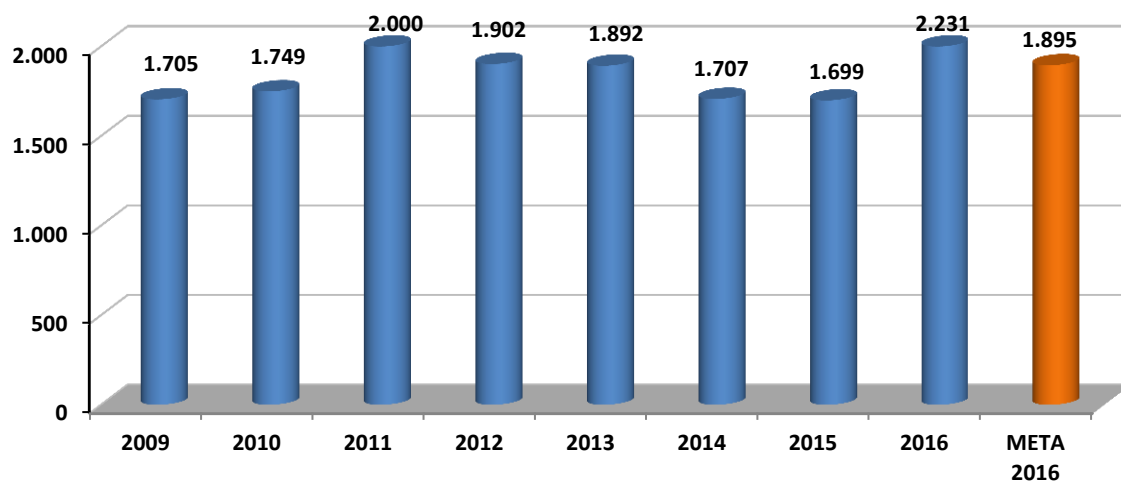
⇒ *SE 1.3 – Tempo da sentença nos processos de conhecimento de primeiro grau*

| Processos                          | 2015       | 2016       |
|------------------------------------|------------|------------|
|                                    | MÉDIA      | MÉDIA      |
| Conhecimento de 1º Grau            | 612        | 704        |
| Conhecimento de Juizados Especiais | 389        | 482        |
| <b>Conhecimento Geral</b>          | <b>586</b> | <b>620</b> |

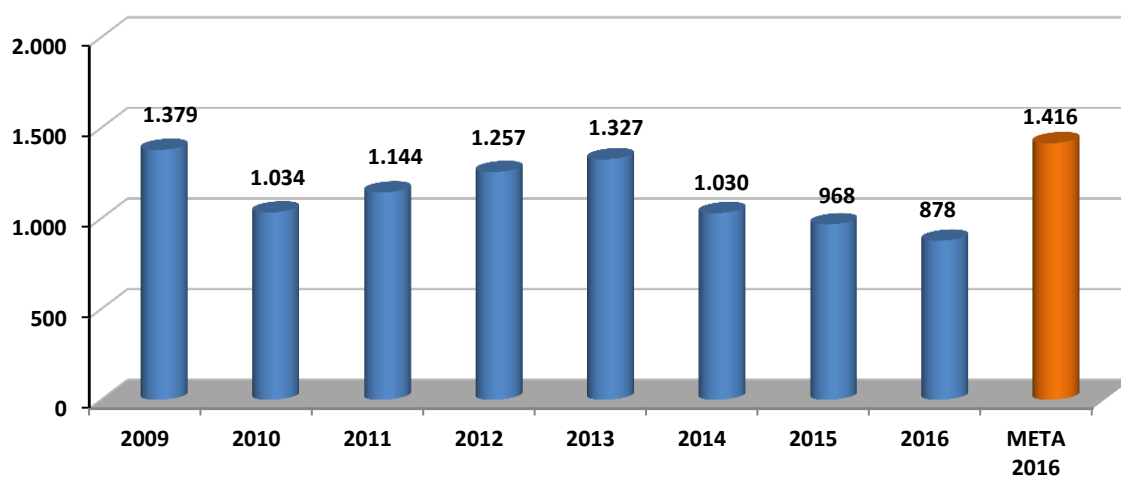
⇒ *SE 1.4 – Tempo da decisão terminativa de processo de segundo grau*

| Processos                                 | 2015       | 2016       |
|-------------------------------------------|------------|------------|
| Decisão terminativa de 2º Grau            | 287        | 317        |
| Decisão terminativa de Turmas de Recursos | 331        | 350        |
| <b>Decisão terminativa Geral</b>          | <b>293</b> | <b>322</b> |

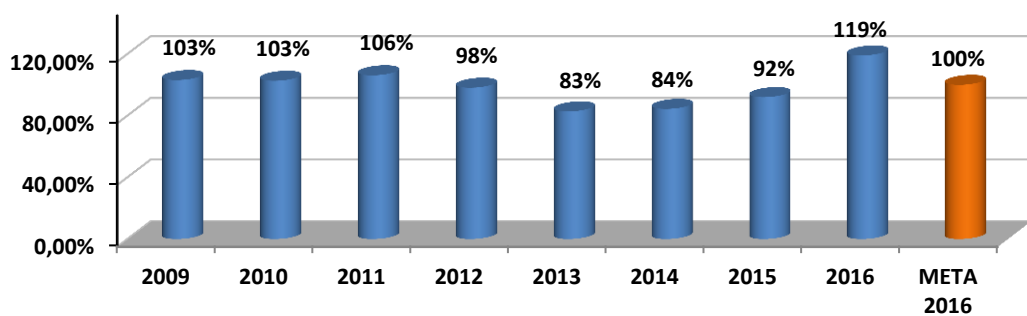
⇒ SE 1.5 – Produtividade de juízes de primeiro grau



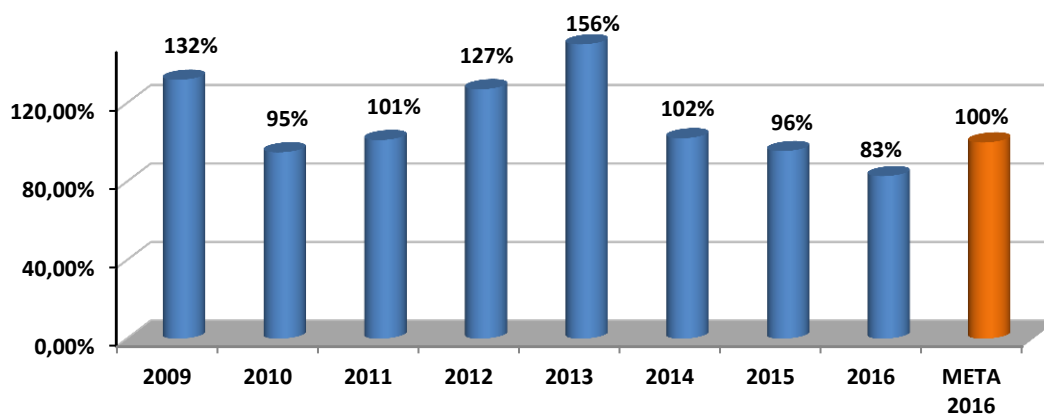
⇒ SE 1.6 – Produtividade de desembargadores e juízes de segundo grau



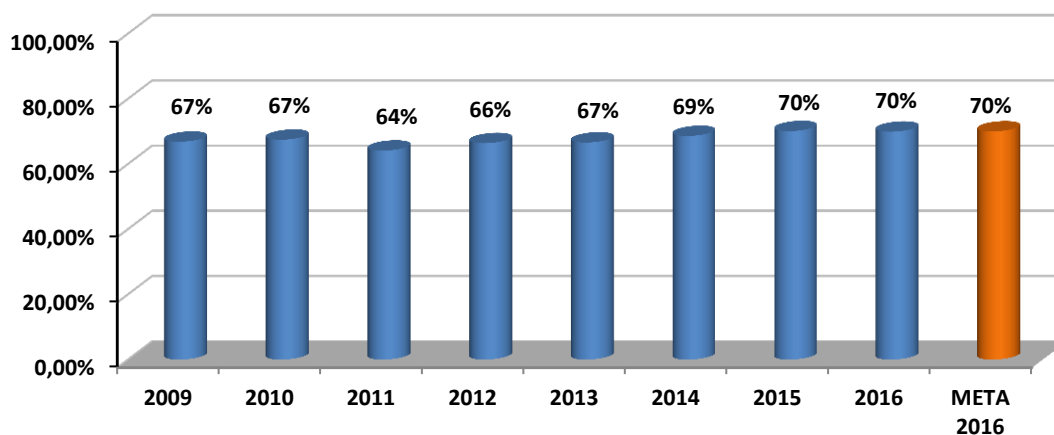
⇒ SE 1.7 – Índice de atendimento à demanda do primeiro grau



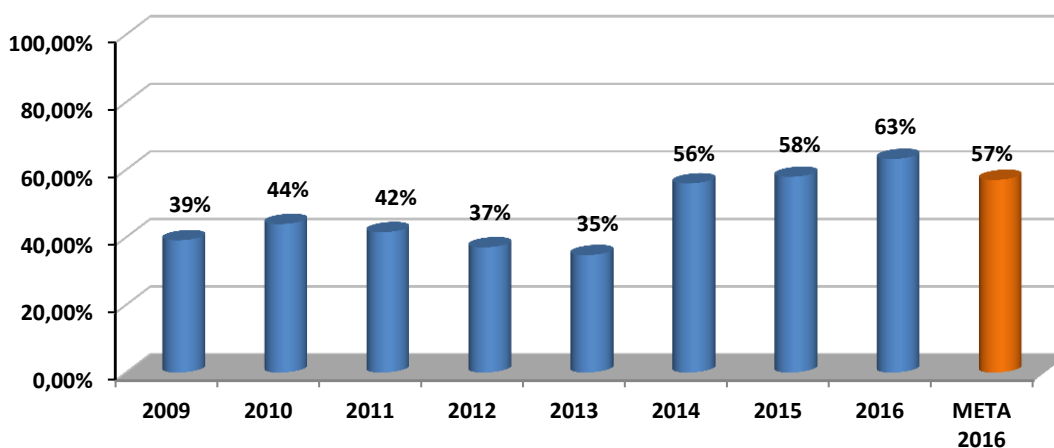
⇒ SE 1.8 – Índice de atendimento à demanda do segundo grau



⇒ SE 1.9 – Taxa de congestionamento no primeiro grau



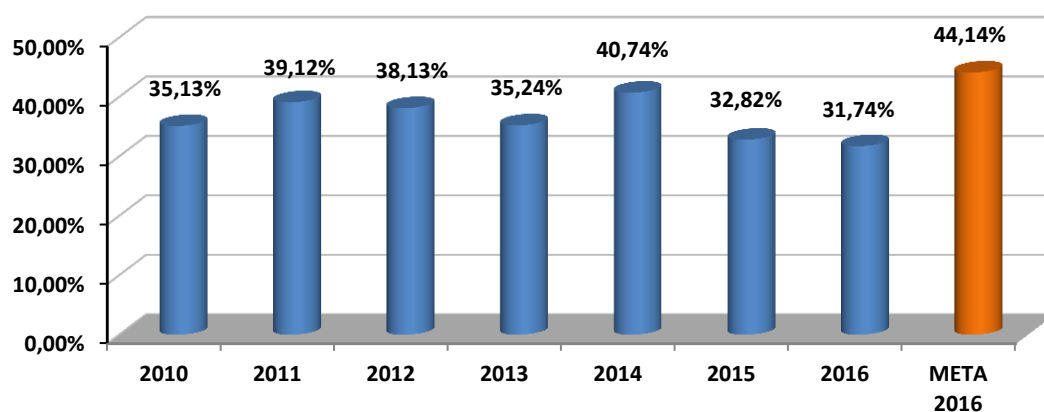
⇒ SE 1.10 – Taxa de congestionamento no segundo grau



- SE 2 – Aprimorar práticas autocompositivas

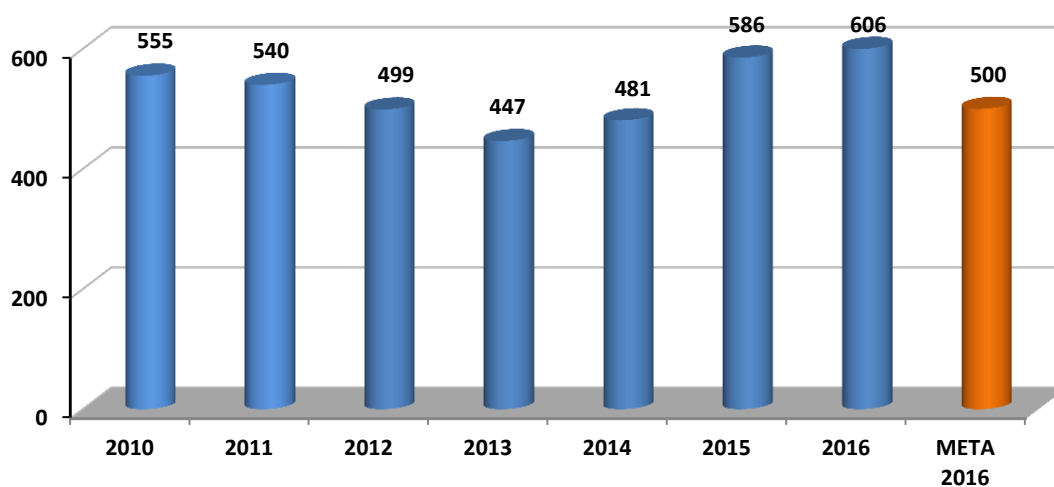
⇒ SE 2.1 – Percentual de acordos realizados pelo sistema não adversarial

⇒ SE 2.2 – Percentual de conflitos, na área cível, resolvidos por acordo



• **SE 3 – Promover a cidadania e iniciativas de valor social**

⇒ *SE 3.1 – Tempo para resolução de ações de maior impacto social*

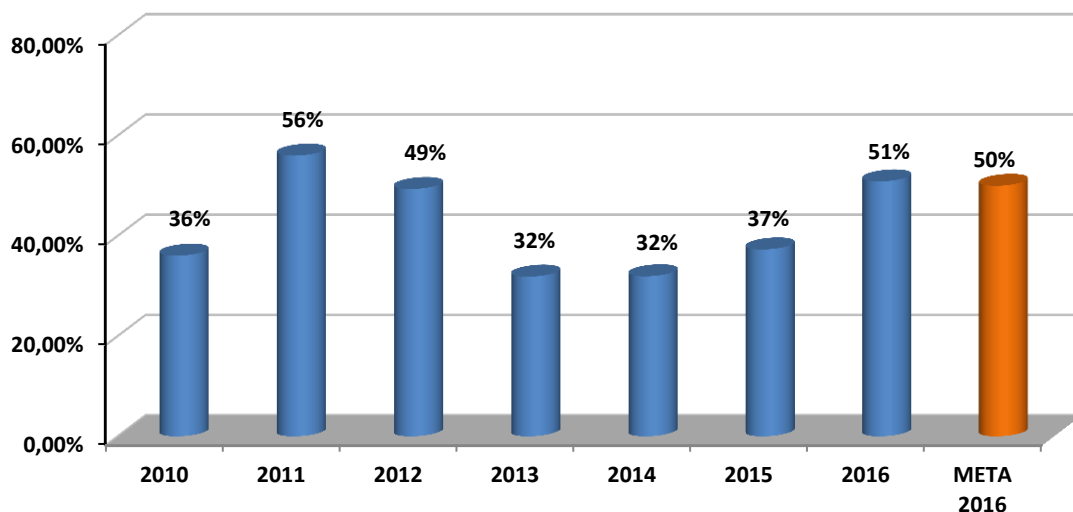


⇒ *SE 3.2 – Número de pessoas beneficiadas por serviços ou projetos sociojurídicos*

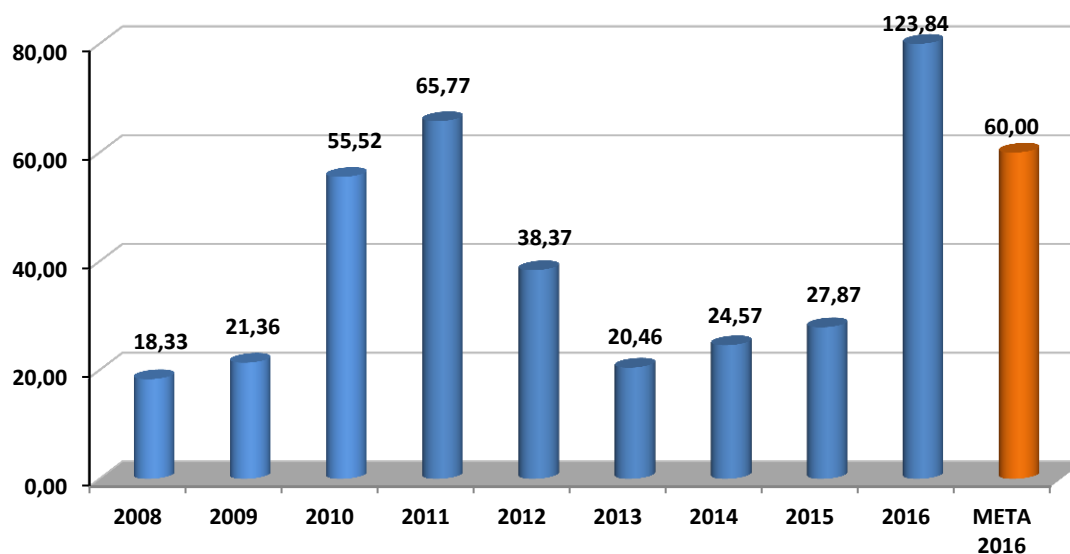
Perspectiva Pessoas e Recursos – PR

• **PR 1 – Desenvolver permanentemente conhecimentos, habilidades e atitudes**

⇒ *PR 1.1 – Percentual de colaboradores capacitados*

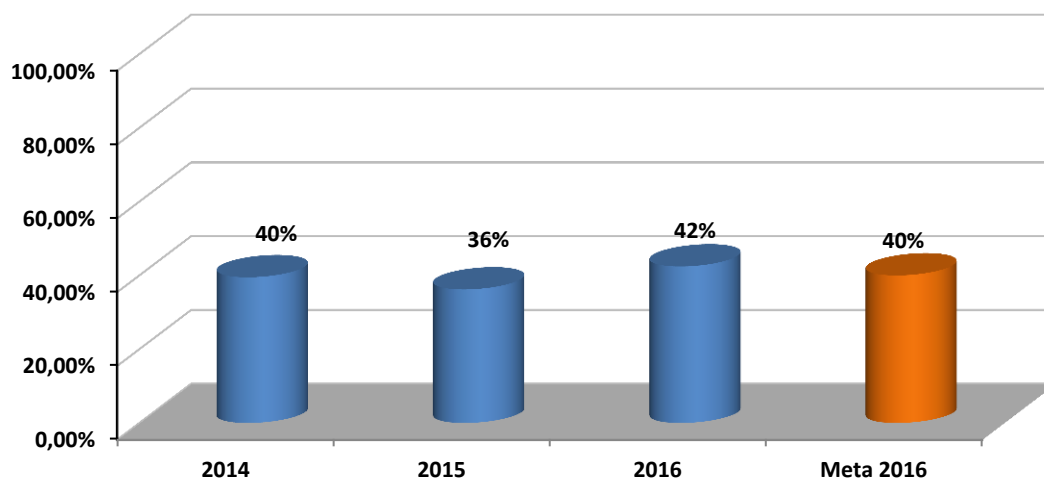


⇒ PR 1.2 – Horas de capacitação por colaborador



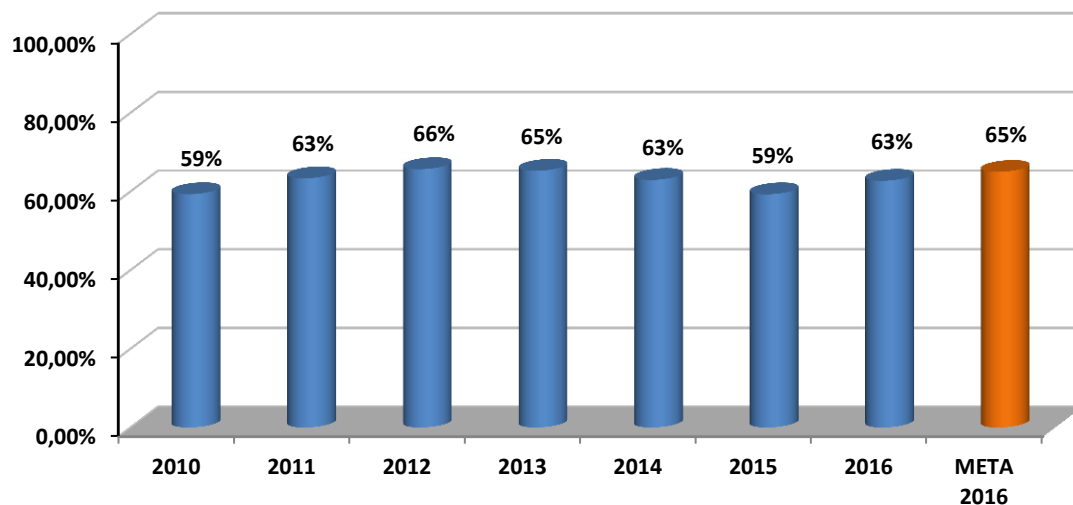
⇒ PR 1.3 – Índice de efetividade da capacitação

⇒ PR 1.4 – Índice de satisfação dos colaboradores com relação às oportunidades de desenvolvimento profissional

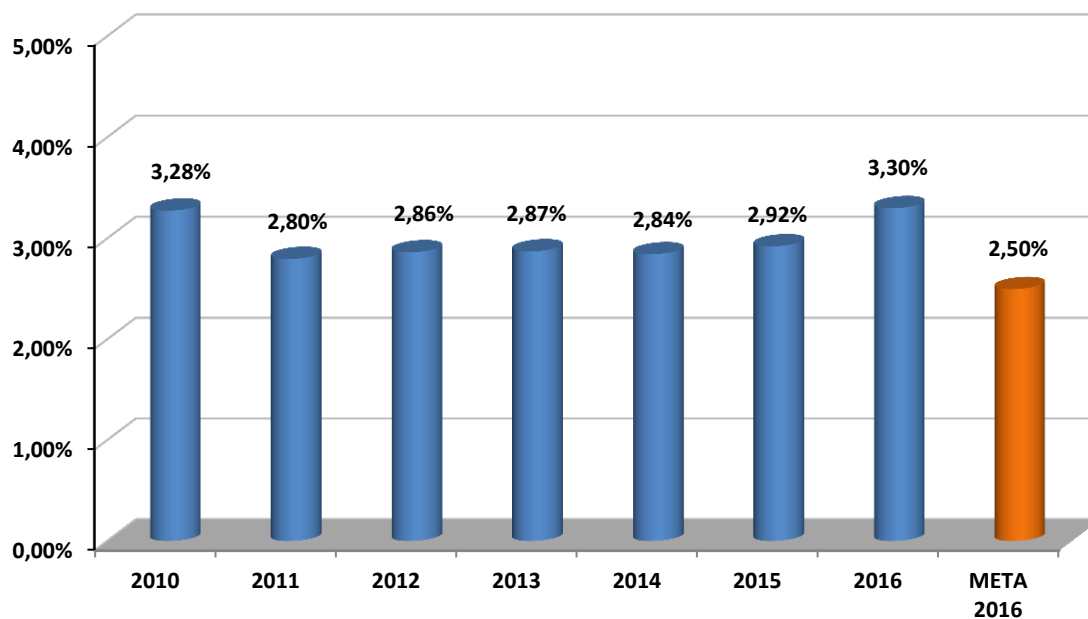


- PR 2 – Fomentar ações para a melhoria da saúde e do clima organizacional

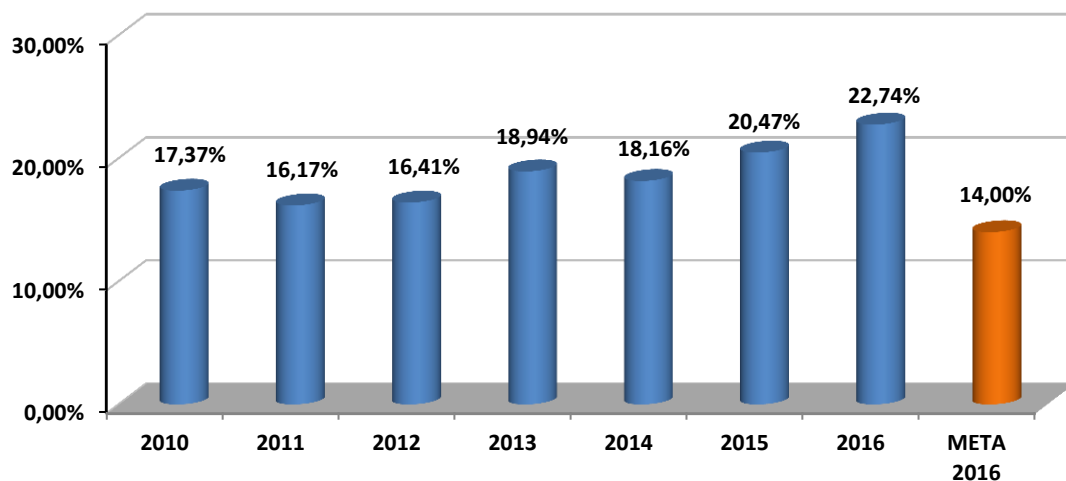
⇒ PR 2.1 – Índice de satisfação dos colaboradores



⇒ PR 2.2 – Percentual de dias de afastamento por motivo de saúde própria

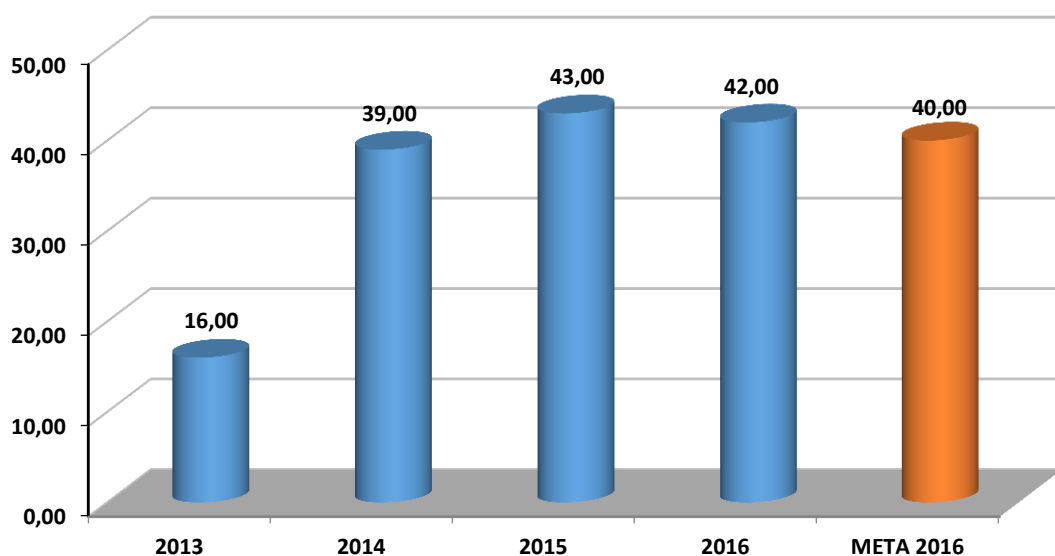


⇒ PR 2.3 – Percentual de colaboradores afastados por motivo de saúde própria

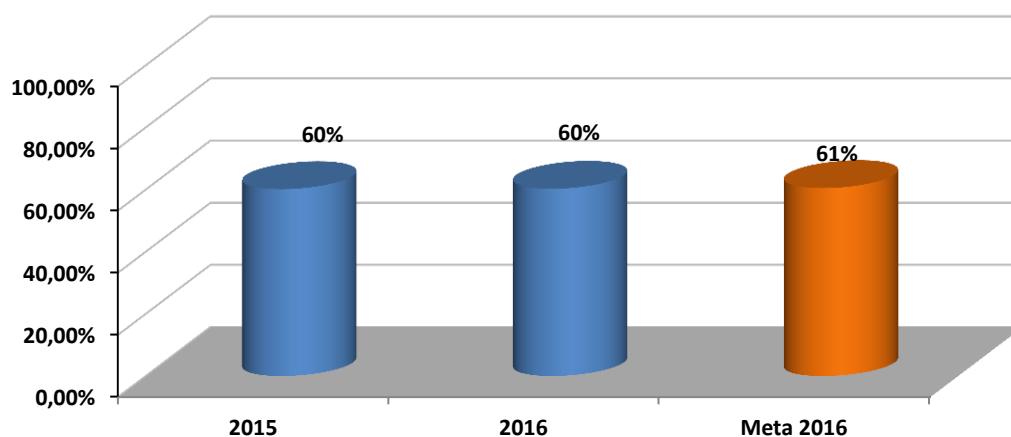


• PR 3 – Assegurar soluções adequadas de tecnologia da informação e comunicação

⇒ PR 3.1 – Número de dias em que prazos processuais foram prorrogados em função da indisponibilidade do sistema

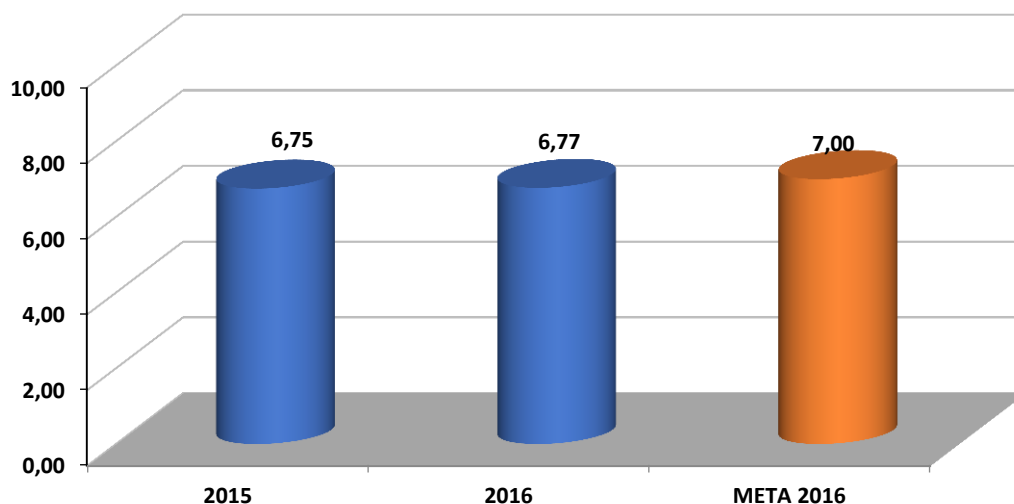


⇒ PR 3.2 – Índice de satisfação dos colaboradores em relação aos serviços de TIC



- **PR 4 – Garantir infraestrutura adequada à prestação de serviços**

⇒ *PR 4.1 – Nota do plano de obras*

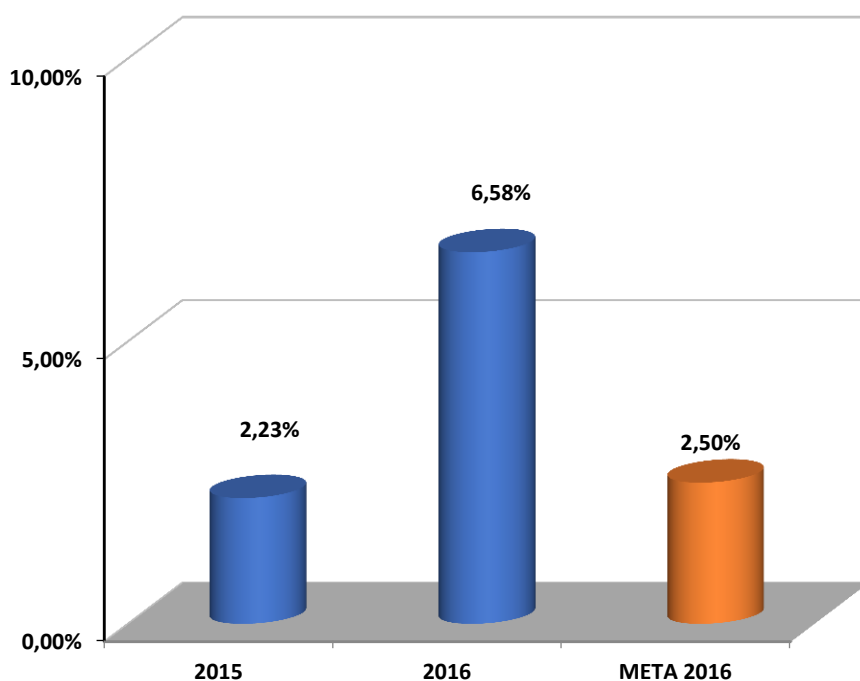


**Perspectiva Gestão – GE**

- **GE 1 – Disseminar a cultura do planejamento com ênfase no alinhamento estratégico assegurando a gestão participativa**

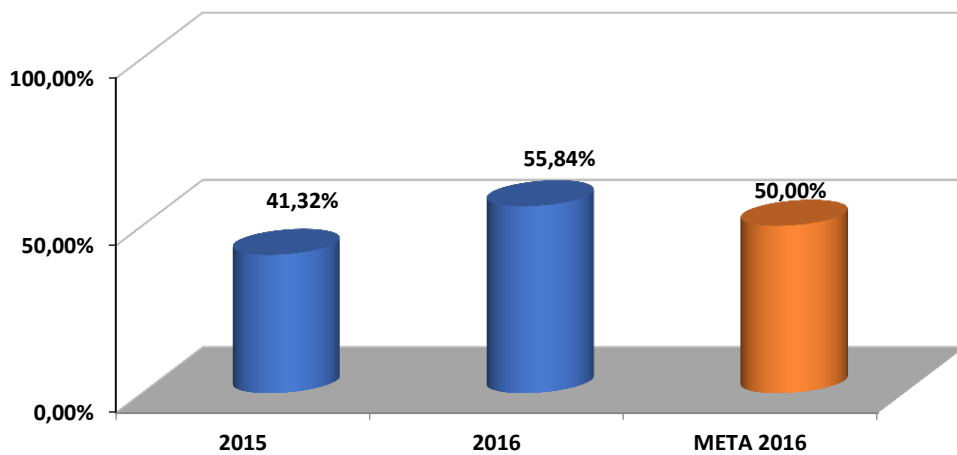
⇒ *GE 1.1 – Índice de unidades com planos de ação implementados*

⇒ *GE 1.2 – Índice de colaboradores capacitados em Planejamento Estratégico*

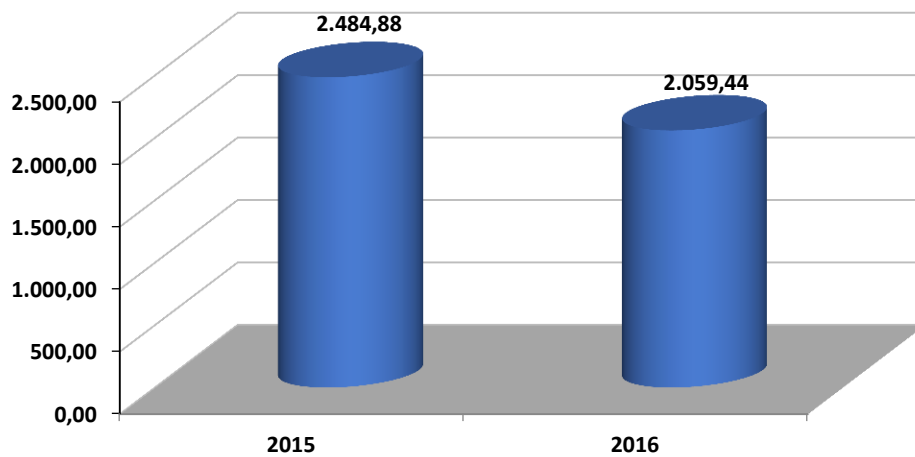


- **GE 2 – Otimizar a aplicação dos recursos, estabelecendo prioridades para a execução da estratégia**

⇒ GE 2.1 – Índice das contratações realizadas no prazo ideal

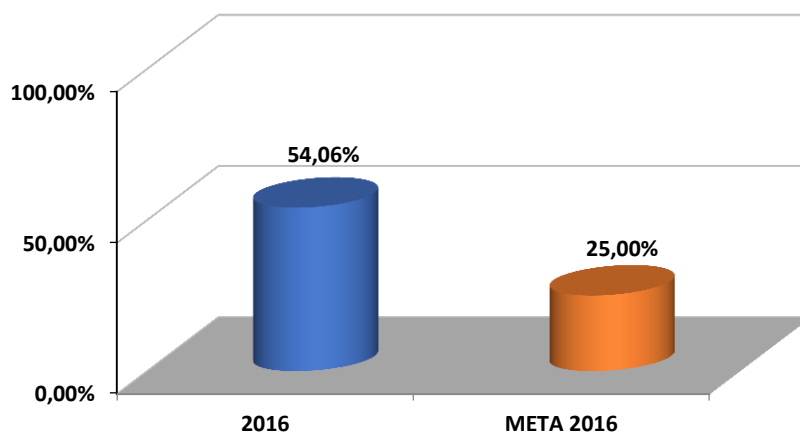


⇒ GE 2.2 – Custo do processo baixado



- **GE 3 – Implementar a gestão por desempenho e assegurar a melhoria contínua dos processos de trabalho**

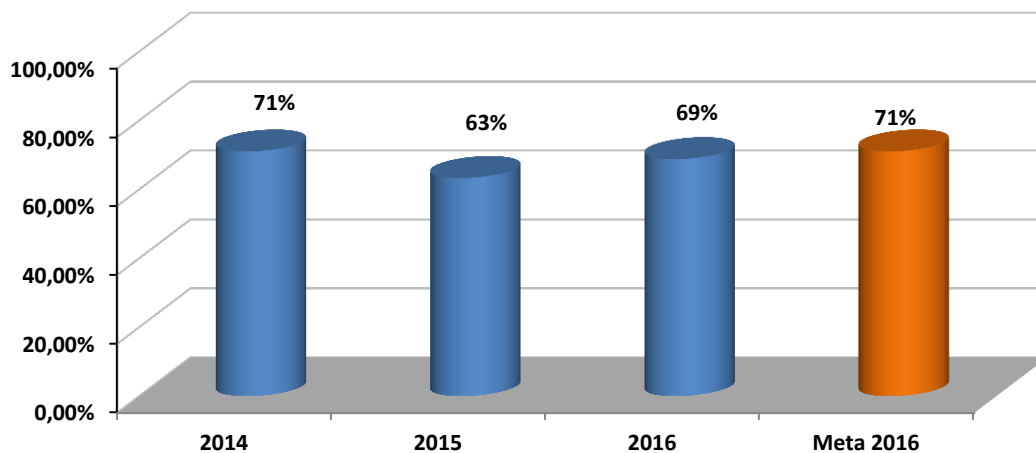
⇒ GE 3.1 – Índice de colaboradores capacitados em Gestão de Processos de trabalho



⇒ GE 3.2 – Índice de macroprocessos melhorados

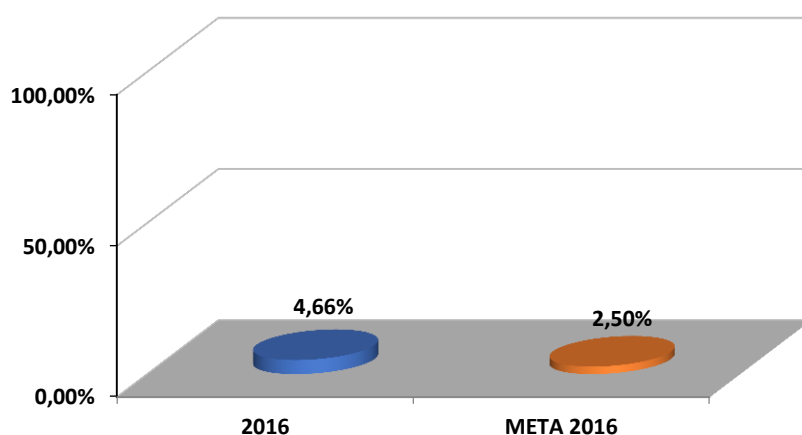
- **GE 4 – Aperfeiçoar a comunicação interna**

⇒ *GE 4.1 – Índice de satisfação com a efetividade da comunicação interna*



- **GE 5 – Concretizar a gestão do conhecimento**

⇒ *GE 5.1 – Índice de colaboradores capacitados em Gestão do Conhecimento*



Buscando aprimorar a gestão e as rotinas de trabalho no âmbito do Poder Judiciário, a Administração vem envidando esforços em alguns projetos de grande relevância, dentre eles:

### **EXPANSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO**

O Sistema de Processos Administrativos Eletrônicos (SPA) é normatizado pela Resolução Conjunta GP/CGJ nº 7/2015 e tem por objetivo o cadastramento, tramitação e classificação de processos administrativos em meio eletrônico no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. Dentre seus benefícios, destaca-se:

- Aumento da eficiência na gestão pública e celeridade na condução dos feitos, observados os requisitos de segurança e autenticidade dos documentos administrativos em meio eletrônico.

- Atendimento do disposto na Meta n. 8 do Poder Judiciário para o ano de 2011, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça, que tem por objetivo implantar a gestão de processos em pelo menos 50% das rotinas administrativas, visando à implementação do processo administrativo eletrônico.
- Economicidade em função da diminuição no consumo de insumos, o que contribui também para a responsabilidade socioambiental da instituição.

Durante o ano de 2016, deflagrou-se um projeto sob coordenação da Assessoria de Planejamento, cujo objetivo foi maximizar o uso do Sistema de Processos Administrativos Eletrônicos – SPA nas unidades administrativas do Poder Judiciário de Santa Catarina, visando o fim da autuação de processos administrativos em meio físico até 31 de dezembro de 2016.

Em novembro de 2016, 88% dos processos administrativos foram autuados eletronicamente. No mesmo período de 2015, o percentual era de 52%, o que demonstra a evolução em termos percentuais neste ano de 2016, rompendo-se a marca dos 50 mil processos eletrônicos autuados desde a implantação do SPA, sendo que temos cerca de 21 mil processos em andamento.

## **PREPARAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO AO ESOCIAL E AO EFD-REINF**

O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) foi instituído pelo decreto presidencial nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, configurando-se como instrumento de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e tem por finalidade padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo ambiente nacional composto por:

- escrituração digital, contendo informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas;
- aplicação para preenchimento, geração, transmissão, recepção, validação e distribuição da escrituração; e
- repositório nacional, contendo o armazenamento da escrituração.

Dentre as obrigações acessórias abrangidas pelo eSocial, temos: Relação Anual de Informações Sociais (Rais); Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (Sefip/GFIP); Cadastro Geral de Empregados e desempregados (Caged); Manual Normativo de Arquivos Digitais (Manad); Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT); Registro de Empregados; Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP); Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF); Folha de Pagamento; Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT).

O cronograma de implantação do eSocial foi regulamentado pela Resolução nº 2, de 30 de agosto de 2016, do Comitê Diretivo do eSocial, que estabelece em seu artigo 2º, inciso II:

*Art. 2º O início da obrigatoriedade de utilização do eSocial dar-se-á:*

*II - em 1º de julho de 2018, para os demais empregadores e contribuintes.*

*Parágrafo único. Fica dispensada a prestação das informações dos eventos relativos a saúde e segurança do trabalhador (SST) nos 6 (seis) primeiros meses depois das datas de início da obrigatoriedade de que trata o caput*

Diante do caráter multidisciplinar, da quantidade de envolvidos e impactos em vários procedimentos internos que o eSocial trará ao Poder Judiciário de Santa Catarina, a Assessoria de Planejamento buscou prover neste ano de 2016 uma ação coordenada das iniciativas necessárias para atender os propósitos do eSocial.

Um fato relevante durante o ano de 2016 foi o surgimento da Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída (EFD-Reinf). Trata-se do mais recente módulo do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e está sendo construída em complemento ao eSocial.

A EFD-Reinf abarca todas as retenções do contribuinte sem relação com o trabalho, bem como as informações sobre a receita bruta para a apuração das contribuições previdenciárias substituídas. Assim como o eSocial, a nova escrituração substituirá as informações contidas em outras obrigações acessórias e é constituída por eventos de informações, contemplando a possibilidade de múltiplas transmissões em períodos distintos, de acordo com a obrigatoriedade legal. Dentre as informações prestadas através da EFD-REINF, destacam-se aquelas associadas:

- aos serviços tomados/prestados mediante cessão de mão de obra ou empreitada;
- às retenções na fonte (IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP) incidentes sobre os pagamentos diversos efetuados a pessoas físicas e jurídicas;
- aos recursos recebidos por / repassados para associação desportiva que mantenha equipe de futebol profissional;
- à comercialização da produção e à apuração da contribuição previdenciária substituída pelas agroindústrias e demais produtores rurais pessoa jurídica;
- às empresas que se sujeitam à CPRB (cf. Lei 12.546/2011);
- às entidades promotoras de evento que envolva associação desportiva que mantenha clube de futebol profissional.

Por fim, vale destacar que a instabilidade dos layouts do eSocial e da EFD-REINF impediram avanços mais significativos no projeto no ano de 2016. Por exemplo, os layouts da EFD-REINF ainda estão em versão beta e uma nova versão do layout dos eventos do eSocial, após algumas prorrogações, foi disponibilizada em setembro de 2016.

## **ADOÇÃO DE FERRAMENTAS PARA INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS**

As linhas de pensamento administrativo moderno indicam que uma gestão eficaz e eficiente, em qualquer organização, pressupõe a existência de uma infraestrutura informacional para tomada de decisão.

Ciente desse cenário e comprometido com a realização da justiça de forma efetiva e célere, o Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC), por meio de sua Assessoria de Planejamento (ASPLAN) e da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), motivado pela experiência positiva de outros órgãos públicos, vem intensificando a busca por ferramentas de inteligência de negócio, bem como técnicas de mineração de dados e criação de *datawarehouses*, além da prospecção de ferramentas de apoio decisório. Tal iniciativa está diretamente ligada aos objetivos “Otimizar a aplicação dos recursos, estabelecendo prioridades para a execução estratégica”, “Implementar a gestão por desempenho e assegurar a melhoria contínua dos processos de trabalho” e “Assegurar soluções adequadas de tecnologia da informação e comunicação”.

Neste ano de 2016, focou-se na aquisição de um software para visualização, análise e descoberta de dados com o objetivo de criar cultura organizacional no uso de soluções com suporte aos principais conceitos de *Data Discovery* e *Self-Service BI*. Outrossim, adquirir expertise na condução de projetos dessa natureza foi considerado igualmente importante, pois trazem consigo mudanças e novos conceitos a serem implantados em toda a administração.

### **3. INFORMAÇÕES RELATIVAS À GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA (ANEXO V – ITEM II)**

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina – TJSC, referente ao exercício de 2016, estruturou seu orçamento por meio de dois programas de governo: **“0930 – Gestão Administrativa – Poder Judiciário”**, no qual se incluem todas as ações relacionadas à manutenção da Justiça como um todo, e **“0931 – Infraestrutura do Judiciário”**, relacionado às expansões físicas das unidades judiciais. Como se verifica no quadro 1 deste relatório, há ainda informação relativa ao programa **“0860 – Gestão Previdenciária”**, o qual é referente ao Orçamento do Estado de Santa Catarina, que se encontra descrito no orçamento deste Poder para fins de movimentação financeira e orçamentária, uma vez que a gestão é centralizada no IPREV.

Estes programas são executados pelas duas unidades orçamentárias que compõem o orçamento do TJSC, quais sejam, **03001 – Tribunal de Justiça de Santa Catarina** e **03091 – Fundo do Reaparelhamento da Justiça**.

#### **3.1. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA – 03001**

A Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça consome recursos das seguintes fontes:

I – repasses recebidos pelo Tesouro do Estado, representados pelo duodécimo (9,31% da Receita Líquida Disponível do Fundo Social e do Seitec);

II – rendimentos do Sistema de Depósitos Judiciais – Sidejud (Lei Estadual n.º 15.327/2010, art. 3º, §2º); e

III – recursos destinados ao pagamento de precatórios judiciais e os da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz (LC n.º 127/1994).

#### **Repasses do duodécimo**

A receita do duodécimo é definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Atualmente, é fixada em 9,31% da Receita Líquida Disponível – RLD, e é calculada pelo total de receitas correntes do Tesouro do Estado, deduzidos os recursos vinculados, receitas patrimoniais, doações recebidas, compensação previdenciária entre regimes e demais deduções (art. 27, LDO/2016 – Lei 16.672/2015).

O referido percentual também deve ser aplicado na receita auferida pelo Seitec e Fundo Social proveniente de receitas tributárias líquidas de ICMS. Essa medida é fundamentada no fato de essas receitas interferirem negativamente no cálculo da Receita Líquida Disponível e, portanto, no repasse apresentado no parágrafo anterior.

Isto é, como representam uma receita que tem origem em um crédito tributário, reduzem a importância que somaria à Receita Líquida Disponível e, consequentemente, o repasse ao TJSC.

Os recursos dos repasses citados acima, denominados duodécimos, podem ser destinados a despesas de qualquer finalidade, desde que previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA e não ultrapassem os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## **Sidejud**

O sistema de gestão centralizada de depósitos judiciais foi instituído pela Lei Estadual 11.644/2000, hoje regido pela lei Estadual 15.327/2010. Esta Lei prevê que constitui receita que se incorpora ao orçamento do TJSC o saldo positivo obtido do total de recursos disponíveis, deduzido o valor total dos saldos de subcontas atualizadas.

O montante de depósitos judiciais é centralizado em única conta e aplicado em Fundo de Investimento em que o Poder Judiciário de Santa Catarina - PJSC é cotista único, composto por títulos públicos federais, com remuneração atrelada à taxa Selic. Por outro lado, os depósitos judiciais são atualizados pelo rendimento *pro rata die* da poupança. Dessa forma, a receita do PJSC é obtida pela diferença desses rendimentos.

Os recursos do Sidejud têm característica de receita vinculada, isto é, o produto de sua arrecadação se vincula à realização de determinados objetivos ou serviços (finalidades), conforme definido na Lei Estadual n. 15.327/2010.

## **Precatórios**

No tocante às verbas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais e da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz transferidos ao Poder Judiciário por força da Lei Complementar Estadual n.º 127/1994, cumpre observar que, por não fazerem parte do duodécimo, o Governo do Estado efetua o repasse dos recursos para operacionalização do pagamento por meio do Poder Judiciário.

No quadro abaixo, são apresentados os dados relativos à execução orçamentária e financeira de todas as subações que foram planejadas e executadas pela Unidade Orçamentária 03001 – Tribunal de Justiça de Santa Catarina, separadas por programas de governo:

**Órgão: Tribunal de Justiça de Santa Catarina**  
**Unidade Orçamentária: 03001 - Tribunal de Justiça**  
**Demonstrativo comparativo da execução orçamentária do ano de 2016**

| Classificação Orçamentária |                                          |         |                                                                                      | Dotação Atualizada¹ | Execução         |         |                  |         |                  |         |
|----------------------------|------------------------------------------|---------|--------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|------------------|---------|------------------|---------|------------------|---------|
| Programa                   |                                          | Subação |                                                                                      |                     | Empenhado        | %       | Liquidado        | %       | Pago             | %       |
| Cód.                       | Descrição                                | Cód.    | Descrição                                                                            |                     |                  |         |                  |         |                  |         |
| 0860                       | Gestão Previdenciária                    | 9342    | Inativos - TJ                                                                        | 164.734.464,00      | 164.734.464,00   | 100,00% | 164.734.464,00   | 100,00% | 164.734.464,00   | 100,00% |
| 0860                       | Gestão Previdenciária                    | 9380    | Encargos com Extrajudiciais - TJ                                                     | 34.753.283,15       | 34.753.283,15    | 100,00% | 34.753.283,15    | 100,00% | 34.753.283,15    | 100,00% |
| 0930                       | Gestão Administrativa - Poder Judiciário | 6775    | Manutenção e Serviços Administrativos Gerais - TJ                                    | 8.977.947,45        | 4.109.535,20     | 45,77%  | 3.975.727,91     | 44,28%  | 3.975.727,91     | 44,28%  |
| 0930                       | Gestão Administrativa - Poder Judiciário | 6777    | Administração de Pessoal Ativo e Encargos - TJ                                       | 1363.037.205,25     | 1237.736.972,57  | 90,81%  | 1237.736.972,57  | 90,81%  | 1237.736.972,57  | 90,81%  |
| 0930                       | Gestão Administrativa - Poder Judiciário | 6779    | Encargos extrajudiciais com inativos - TJ                                            | 655.000,00          | -                | 0,00%   | -                | 0,00%   | -                | 0,00%   |
| 0930                       | Gestão Administrativa - Poder Judiciário | 6780    | Administração de Pessoal Inativo e Encargos - TJ                                     | 51952.82165         | 24.618.421,17    | 47,39%  | 24.618.421,17    | 47,39%  | 24.618.421,17    | 47,39%  |
| 0930                       | Gestão Administrativa - Poder Judiciário | 6781    | Capacitação e Aperfeiçoamento - SIDEJUD                                              | 65.334.511,71       | 48.896.555,29    | 74,84%  | 48.316.051,35    | 73,95%  | 48.316.051,35    | 73,95%  |
| 0930                       | Gestão Administrativa - Poder Judiciário | 6782    | Encargos com Precatórios e Sentenças - TJ                                            | 235.348.913,60      | 115.234.279,55   | 48,96%  | 115.234.279,55   | 48,96%  | 115.234.279,55   | 48,96%  |
| 0930                       | Gestão Administrativa - Poder Judiciário | 6783    | Manutenção, Serviços e Equipamentos de Informática - SIDEJUD                         | 119.261.182,51      | 67.216.864,20    | 56,36%  | 52.273.529,72    | 43,83%  | 52.273.529,72    | 43,83%  |
| 0930                       | Gestão Administrativa - Poder Judiciário | 6784    | Manutenção e Serviços Administrativos Gerais - SIDEJUD                               | 77.550.141,76       | 52.173.175,54    | 67,28%  | 48.404.000,55    | 62,42%  | 48.404.000,55    | 62,42%  |
| 0930                       | Gestão Administrativa - Poder Judiciário | 12930   | Administração de pessoal extraquadro - TJ                                            | 35.317.226,95       | 6.867.373,23     | 19,44%  | 6.867.373,23     | 19,44%  | 6.867.373,23     | 19,44%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 12656   | Aquisição de imóvel para abrigar áreas administrativas e judiciais do PJSC - SIDEJUD | 10.000,00           | -                | 0,00%   | -                | 0,00%   | -                | 0,00%   |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 12905   | Reforma de Imóvel para abrigar áreas administrativas e judiciais do PJSC - SIDEJUD   | 1.219.625,02        | 672.495,62       | 55,14%  | 672.495,62       | 55,14%  | 672.495,62       | 55,14%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 12927   | Manutenção dos prédios do Poder Judiciário de Santa Catarina - SIDEJUD               | 26.000,00           | -                | 0,00%   | -                | 0,00%   | -                | 0,00%   |
|                            |                                          |         |                                                                                      | 2.158.178.323,05    | 1.757.013.419,52 | 81,41%  | 1.737.586.598,82 | 80,51%  | 1.737.586.598,82 | 80,51%  |

(¹) A dotação atualizada compreende a dotação inicial constante da LOA, as reduções e os acréscimos decorrentes dos créditos adicionais e o

(¹) A dotação atualizada compreende a dotação inicial constante da LOA, as reduções e os acréscimos decorrentes dos créditos adicionais e o contingenciamento realizado.

(²) O percentual está relacionado com a dotação atualizada.

**Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças**

No quadro acima é possível identificar a origem dos recursos por meio das siglas - TJ (recursos oriundos do repasse do Poder Executivo) e - SIDEJUD (recursos oriundos dos rendimentos dos depósitos judiciais).

Infere-se das informações constantes do quadro acima, que houve uma execução de mais de 80% dos valores planejados na Lei Orçamentária Anual, já considerando os ajustes e remanejamentos realizados no curso do exercício financeiro.

Interessante mencionar que as despesas efetivamente liquidadas foram totalmente pagas em 2016. Por sua vez, a diferença entre o empenhado e o liquidado foi integralmente inscrita em restos a pagar, totalizando um montante de R\$ 19.426.820,70.

De modo a detalhar os gastos apresentados no quadro 1, traz-se em seguida um relatório em que demonstra a aplicação dos recursos públicos nas principais áreas de atuação deste Tribunal e seus impactos na gestão.

### **3.2. FUNDO DO REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA – FRJ – 03091**

A Unidade orçamentária 03091 – Fundo do Reaparelhamento da Justiça consome recursos oriundos Da arrecadação de custas judiciais e extrajudiciais, taxa judiciária, selo de fiscalização, recebimentos de cobranças de dívida ativa e indenizações e restituições.

Em sua grande maioria, os recursos desta fonte são aplicados na manutenção, reforma e ampliação das estruturas físicas no Poder Judiciário.

Abaixo, no quadro 2, apresentam-se os dados relativos à execução orçamentária e financeira de todas as subações que foram planejadas e executadas pela Unidade Orçamentária 03091 - FRJ, separadas por programas de governo:

**Órgão: Tribunal de Justiça de Santa Catarina****Unidade Orçamentária: 03091 - Fundo do Reaparelhamento Justiça****Demonstrativo comparativo da execução orçamentária do ano de 2016**

| Classificação Orçamentária |                                          |         |                                                                     | Dotação<br>Atualizada¹ | Execução       |        |               |        |               |        |
|----------------------------|------------------------------------------|---------|---------------------------------------------------------------------|------------------------|----------------|--------|---------------|--------|---------------|--------|
| Programa                   |                                          | Subação |                                                                     |                        | Empenhado      | %      | Liquidado     | %      | Pago          | %      |
| Cód.                       | Descrição                                | Cód.    | Descrição                                                           |                        |                |        |               |        |               |        |
| 0930                       | Gestão Administrativa - Poder Judiciário | 6785    | Manutenção e Serviços Administrativos Gerais - FRJ                  | 127.268.348,00         | 108.965.588,97 | 85,62% | 95.654.882,77 | 75,16% | 95.654.882,77 | 75,16% |
| 0930                       | Gestão Administrativa - Poder Judiciário | 6786    | Coordenação do Selo de Fiscalização dos Atos Notariais e Registrais | 44.107.840,43          | 33.435.385,30  | 75,80% | 30.567.769,74 | 69,30% | 30.567.769,74 | 69,30% |
| 0930                       | Gestão Administrativa - Poder Judiciário | 10532   | Manutenção, serviços e equipamentos de informática - FRJ            | 10.000,00              | -              | 0,00%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 6386    | Construção do Fórum de Rio do Oeste                                 | 10.000,00              | -              | 0,00%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 6602    | Reforma do Fórum de Blumenau                                        | 99.899,81              | 14.550,00      | 14,56% | 4.150,00      | 4,15%  | 4.150,00      | 4,15%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 6604    | Construção do Fórum de Navegantes                                   | 11560.956,02           | 6.238.884,55   | 53,97% | 4.958.478,20  | 42,89% | 4.958.478,20  | 42,89% |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 6646    | Reforma do Fórum de Brusque                                         | 41300,00               | -              | 0,00%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 6657    | Construção do Fórum de Rio Negrinho                                 | 10.000,00              | -              | 0,00%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 6668    | Reforma do prédio do Palácio da Justiça                             | 3.199.969,00           | 1.162.000,55   | 36,31% | 713.113,98    | 22,29% | 713.113,98    | 22,29% |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 6673    | Construção do Fórum de Garuva                                       | 10.000,00              | -              | 0,00%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 6677    | Reforma do Fórum de Pomerode                                        | 10.000,00              | -              | 0,00%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 6679    | Construção do Fórum de Garopaba                                     | 10.000,00              | -              | 0,00%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 6680    | Reforma do Fórum de Balneário Camboriú                              | 46.395,56              | 22.300,00      | 48,06% | 5.450,00      | 11,75% | 5.450,00      | 11,75% |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 6684    | Construção do Fórum de Campos Novos                                 | 220.000,00             | -              | 0,00%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 6685    | Construção do Fórum de Canoinhas                                    | 8.398.367,17           | 5.895.417,03   | 70,20% | 5.367.481,38  | 63,91% | 5.367.481,38  | 63,91% |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 6686    | Reforma do Fórum de Correia Pinto                                   | 158.920,00             | 10.021,68      | 6,31%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 6687    | Construção do Fórum de Curitibaanos                                 | 10.000,00              | -              | 0,00%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 6688    | Reforma do Fórum de Descanso                                        | 10.000,00              | -              | 0,00%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 6689    | Reforma do Fórum de Itajaí                                          | 10.000,00              | -              | 0,00%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 6694    | Construção do Fórum de Rio do Sul                                   | 1.869.148,58           | 1.696.185,29   | 90,75% | 758.599,19    | 40,59% | 758.599,19    | 40,59% |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 9279    | Reforma do Fórum de Taió                                            | 20.000,00              | -              | 0,00%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 10410   | Reforma do Fórum de Campo Erê                                       | 10.000,00              | -              | 0,00%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 10411   | Reforma do Fórum de Chapecó                                         | 392.818,00             | 322.250,90     | 82,04% | 176.476,50    | 44,93% | 176.476,50    | 44,93% |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 10515   | Reforma do Fórum Regional do Estreito                               | 883.594,00             | 30.677,17      | 3,47%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 10516   | Reforma do Fórum de Taió                                            | 5.159,00               | -              | 0,00%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 10517   | Reforma dos Fóruns da Capital                                       | 156.814,00             | 52.953,37      | 33,77% | 52.953,37     | 33,77% | 52.953,37     | 33,77% |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 10527   | Reforma do Fórum de Lauro Müller                                    | 20.000,00              | -              | 0,00%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 10529   | Construção do Fórum de Araquari                                     | 10.000,00              | -              | 0,00%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 11625   | Construção do Fórum de Herval do Oeste - FRJ                        | 30.443,42              | 24.900,00      | 81,79% | 24.900,00     | 81,79% | 24.900,00     | 81,79% |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 11628   | Construção do Fórum de Sombrio - FRJ                                | 10.000,00              | -              | 0,00%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 11633   | Construção do Fórum de São Lourenço do Oeste - FRJ                  | 10.000,00              | -              | 0,00%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 11634   | Construção do Fórum de Imbituba - FRJ                               | 49.104,00              | 7.062,20       | 14,38% | 6.012,20      | 12,24% | 6.012,20      | 12,24% |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 11635   | Reforma do Fórum de Santa Rosa do Sul - FRJ                         | 10.000,00              | -              | 0,00%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 11640   | Reforma do Fórum de Tubarão - FRJ                                   | 12.371,00              | -              | 0,00%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 11717   | Ampliação do Fórum de Balneário Camboriú - FRJ                      | 92.267,00              | -              | 0,00%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 11721   | Ampliação do Fórum de Gaspar - FRJ                                  | 12.514.888,00          | 11.336.600,44  | 90,58% | 9.677.386,00  | 77,33% | 9.677.386,00  | 77,33% |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 11722   | Ampliação do Fórum de Pomerode - FRJ                                | 10.000,00              | -              | 0,00%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário             | 11727   | Ampliação do Fórum de Campo Erê                                     | 15.000,00              | -              | 0,00%  | -             | 0,00%  | -             | 0,00%  |

| Classificação Orçamentária |                              |         |                                                                                  | Dotação Atualizada¹ | Execução       |        |                |        |                |        |
|----------------------------|------------------------------|---------|----------------------------------------------------------------------------------|---------------------|----------------|--------|----------------|--------|----------------|--------|
| Programa                   |                              | Subação |                                                                                  |                     | Empenhado      | %      | Liquidado      | %      | Pago           | %      |
| Cód.                       | Descrição                    | Cód.    | Descrição                                                                        |                     |                |        |                |        |                |        |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário | 11728   | Ampliação do Fórum de Santa Rosa do Sul                                          | 23.193,00           | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário | 11729   | Reforma dos Prédios do Fórum de São José - FRJ                                   | 80.250,00           | 13.800,00      | 17,20% | 13.800,00      | 17,20% | 13.800,00      | 17,20% |
| 0931                       | Infraestrutur                | 11730   | Reforma do prédio do Arquivo Central - FRJ                                       | 12.316.151,00       | 8.774.862,39   | 71,25% | 8.417.156,48   | 68,34% | 8.417.156,48   | 68,34% |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário | 12002   | Construção do Fórum de Timbó - FRJ                                               | 444.552,00          | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário | 12429   | Reforma do Fórum de Xanxerê - FRJ                                                | 2.100.261,00        | 1.381.437,38   | 65,77% | 1.245.835,82   | 59,32% | 1.245.835,82   | 59,32% |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário | 12430   | Reforma do Fórum de Itaiópolis - FRJ                                             | 10.000,00           | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário | 12431   | Reforma do Fórum de Lages - FRJ                                                  | 15.000,00           | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário | 12433   | Reforma do Fórum de São Bento do Sul - FRJ                                       | 693.000,00          | 477.451,19     | 68,90% | 463.479,93     | 66,88% | 463.479,93     | 66,88% |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário | 12462   | Reforma Parcial do Fórum de Araranguá - FRJ                                      | 863.137,00          | 796.147,99     | 92,24% | 796.147,99     | 92,24% | 796.147,99     | 92,24% |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário | 12463   | Reforma Parcial do Fórum de Barra Velha - FRJ                                    | 572.980,00          | 253.703,48     | 44,28% | 103.993,13     | 18,15% | 103.993,13     | 18,15% |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário | 12464   | Reforma Parcial do Fórum Fraiburgo - FRJ                                         | 10.000,00           | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário | 12471   | Reforma do Fórum de São Lourenço do Oeste - FRJ                                  | 16.344,00           | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário | 12474   | Reforma dos prédios do Almoxarifado, Gráfica, e Patrimônio do PJSC - FRJ         | 8.565,00            | 7.880,00       | 92,00% | 7.880,00       | 92,00% | 7.880,00       | 92,00% |
| 0931                       | Infraestrutura do Judiciário | 12475   | Ampliação dos prédios do Almoxarifado, Gráfica, e Patrimônio do PJSC - FRJ       | 19.983,00           | 7.830,00       | 39,18% | 7.830,00       | 39,18% | 7.830,00       | 39,18% |
| 0931                       | Infraestrutur                | 12477   | Manutenção dos prédios do Poder Judiciário de Santa Catarina - FRJ               | 23.935.020,43       | 16.230.304,12  | 67,81% | 12.331.549,91  | 51,52% | 12.331.549,91  | 51,52% |
| 0931                       | Infraestrutur                | 12655   | Aquisição de imóvel para abrigar áreas administrativas e judiciais do PJSC - FRJ | 10.583.848,31       | 10.477.502,89  | 99,00% | 10.477.502,89  | 99,00% | 10.477.502,89  | 99,00% |
| 0931                       | Infraestrutur                | 12906   | Reforma de Imóvel para abrigar áreas administrativas e judiciais do PJSC - FRJ   | 747.732,00          | 397.572,10     | 53,17% | 397.572,10     | 53,17% | 397.572,10     | 53,17% |
| 0931                       | Infraestrutur                | 12909   | Reforma do Fórum de Ponte Serrada - FRJ                                          | 10.000,00           | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutur                | 12910   | Reforma do Fórum de Palmitos - FRJ                                               | 17.506,00           | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutur                | 12911   | Reforma do Fórum de Presidente Getúlio - FRJ                                     | 8.804,00            | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutur                | 12912   | Reforma do Fórum de Tijucas - FRJ                                                | 3.215,00            | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutur                | 12913   | Reforma do Fórum de Mondai - FRJ                                                 | 5.279,00            | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutur                | 12914   | Reforma do Fórum de Itapoá - FRJ                                                 | 10.000,00           | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutur                | 12918   | Ampliação do Fórum de Criciúma - FRJ                                             | 10.000,00           | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutur                | 12922   | Reforma do Fórum de Itapema - FRJ                                                | 10.000,00           | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutur                | 12923   | Ampliação do Fórum Regional do Estreito - FRJ                                    | 290.000,00          | 106.718,50     | 36,80% | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutur                | 12924   | Ampliação do Fórum de Blumenau - FRJ                                             | 77.115,00           | 7.000,00       | 9,08%  | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutur                | 12925   | Ampliação do Fórum de Taió - FRJ                                                 | 10.000,00           | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutur                | 12926   | Reforma do Fórum Des. Eduardo Luz - FRJ                                          | 45.000,00           | 22.208,98      | 49,35% | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  |
| 0931                       | Infraestrutur                | 14015   | Reforma do Fórum de São Francisco do Sul - FRJ                                   | 700.000,00          | 85.700,41      | 12,24% | -              | 0,00%  | -              | 0,00%  |
|                            |                              |         |                                                                                  | 264.950.538,73      | 208.254.896,88 | 78,60% | 182.230.401,58 | 68,78% | 182.230.401,58 | 68,78% |

(¹) A dotação atualizada compreende a dotação inicial constante da LOA, as reduções e os acréscimos decorrentes dos créditos adicionais e o

(¹) A dotação atualizada compreende a dotação inicial constante da LOA, as reduções e os acréscimos decorrentes dos créditos adicionais e o contingenciamento realizado.

(²) O percentual está relacionado com a dotação atualizada

**Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças**

No que tange à execução financeira, analisando o quadro acima, tem-se que aproximadamente 70% das ações planejadas foram realizadas no exercício de 2016. Algumas chegaram a quase 100% de execução. Por outro lado, verifica-se que outras ações não foram iniciadas devido a mudanças de prioridades da administração.

Do mesmo modo em que na unidade orçamentária do Tribunal de Justiça não houve diferença entre os valores liquidados e pagos, no Fundo do Reaparelhamento da Justiça todos os valores efetivamente liquidados, foram pagos.

No entanto, R\$ 26.024.495,30 foram inscritos em restos a pagar. Este valor representa o montante empenhado durante o exercício de 2016, mas que não alcançou a fase de liquidação no referido exercício.

No corpo do relatório serão especificadas as principais ações consignadas na Lei Orçamentária Anual, bem com os detalhes de suas execuções.

### **3.3. CONTINGENCIAMENTO (ANEXO V, II, 3)**

Com objetivo de manter o orçamento equilibrado, a Lei de Responsabilidade (Lei n. 101/2000) prevê o contingenciamento das dotações orçamentárias, sempre que verificado que as metas de resultado primário ou nominal poderão não serem atingidas.

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

(...)

Portanto, cabe a cada um dos Poderes e ao Ministério Público, sempre que verificado que a receita não alcançará os patamares previstos no orçamento, por ato próprio, contingenciar dotações orçamentárias.

Visando ao cumprimento da lei, o Poder Judiciário de Santa Catarina instaurou processo administrativo eletrônico (SPA n. 4808/2016), para documentar e tramitar os contingenciamentos efetuados no exercício (em anexo). Nesse processo foram juntadas as

planilhas de cálculos de projeções das receitas para fundamentar o pedido de contingenciamento orçamentário. Por sua vez, as projeções levaram em consideração o déficit de arrecadação verificado até o bimestre de referência.

Nos quadros abaixo, é apresentada a evolução da previsão de déficit de arrecadação que compõe o orçamento do Poder Judiciário de Santa Catarina:

| Fonte de Recurso                 | Cód. FR | 1º Bimestre              | 2º Bimestre              | 3º Bimestre               | 4º Bimestre               | 5º Bimestre              |
|----------------------------------|---------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------------|--------------------------|
| Receita Líquida Disponível       | 100     | R\$ 53.583.551,08        | R\$ 70.450.196,78        | R\$ 82.572.789,67         | R\$ 87.440.960,75         | R\$ 71.324.794,49        |
| Fundo de desenvolvimento social  | 161     | R\$ 18.240.688,61        | R\$ 15.451.626,15        | R\$ 18.926.123,58         | R\$ 19.930.205,74         | R\$ 20.718.531,45        |
| Seitec                           | 162     | R\$ 547.633,90           | R\$ 3.846.261,92         | R\$ 4.615.356,43          | R\$ 5.501.900,52          | R\$ 6.233.238,43         |
| <b>Unidade Orçamentária TJSC</b> |         | <b>R\$ 72.371.873,59</b> | <b>R\$ 89.748.084,85</b> | <b>R\$ 106.114.269,68</b> | <b>R\$ 112.873.067,01</b> | <b>R\$ 98.276.564,37</b> |
| Fonte de Recurso                 | Cód. FR | 1º Bimestre              | 2º Bimestre              | 3º Bimestre               | 4º Bimestre               | 5º Bimestre              |
| FRJ - Receita S@T                | 119     | R\$ 180.994,36           | R\$ 22.957,39            | R\$ 146.852,22            | R\$ -                     |                          |
| Selo de Fiscalização             | 240     | R\$ 586.594,64           | R\$ -                    | R\$ 693.035,76            | R\$ 548.668,73            | R\$ 692.159,57           |
| <b>Unidade Orçamentária FRJ</b>  |         | <b>R\$ 767.589,00</b>    | <b>R\$ 22.957,39</b>     | <b>R\$ 839.887,98</b>     | <b>R\$ 548.668,73</b>     | <b>R\$ 692.159,57</b>    |

**Fonte: Diretoria de Orçamento e Finanças**

Desse modo, ao final de cada bimestre, dentro do prazo estipulado na lei, foi providenciada a limitação de empenho nas fontes de recursos que apresentaram previsão de déficit de arrecadação.

## 1. Unidade Orçamentária: 03001 - Tribunal de Justiça de Santa Catarina

### Fonte de Receita 100 – Receita Líquida Disponível – RLD

A Receita Líquida Disponível – RLD prevista para o exercício de 2016 era de R\$ 14,4 bilhões. Desse modo, o repasse previsto ao Poder Judiciário (duodécimo) no percentual de 9,31% era de R\$ 1.340.640.000,00.

1º Bimestre: A Receita Líquida Disponível acumulada prevista era de R\$ 2.359.852.828,44. Contudo, a RLD foi de R\$ 2.265.003.854,13, gerando déficit de arrecadação de R\$ 94.848.974,31 (-4,02%). Desse modo, a projeção de déficit no duodécimo do Poder Judiciário para o exercício, considerando o déficit acumulado até o referido bimestre, era de R\$ 53,5 milhões.

2º Bimestre: A Receita Líquida Disponível acumulada prevista era de R\$ 4.654.547.147,06. Contudo, a RLD acumulada foi de R\$ 4.403.018.001,13, gerando déficit de arrecadação de R\$ 251.529.145,93 (-5,4%). Desse modo, a projeção de déficit no duodécimo do Poder Judiciário para o exercício, considerando o déficit acumulado até o referido bimestre, era de R\$ 70,45 milhões.

3º Bimestre: A Receita Líquida Disponível acumulada prevista era de R\$ 7.021.236.169,63. Contudo, a RLD acumulada foi de R\$ 6.575.917.240,70, gerando déficit de arrecadação de R\$ 445.318.928,93 (-6,34%). Desse modo, a projeção de déficit no duodécimo do Poder Judiciário para o exercício, considerando o déficit acumulado até o referido bimestre, era de R\$ 82,57 milhões.

4º Bimestre: A Receita Líquida Disponível acumulada prevista era de R\$ 9.327.730.507,16. Contudo, a RLD acumulada foi de R\$ 8.699.713.385,94, gerando déficit de arrecadação de R\$ 628.017.121,22 (-6,7%). Desse modo, a projeção de déficit no duodécimo do Poder Judiciário para o exercício, considerando o déficit acumulado até o referido bimestre, era de R\$ 87,4 milhões.

5º Bimestre: A Receita Líquida Disponível acumulada prevista era de R\$ 11.742.783.133,02. Contudo, a RLD foi de R\$ 11.102.061.670,27, gerando déficit de arrecadação de R\$ 640.721.462,75 (-5,5%). Desse modo, a projeção de déficit no duodécimo do Poder Judiciário para o exercício, considerando o déficit acumulado até o referido bimestre, era de R\$ 71,3 milhões. Contudo, apesar de a projeção de déficit de arrecadação neste bimestre ter sido menor do que a projeção do 4º bimestre, por prudência (considerando a receita extraordinária obtida em setembro/2016 referente ao encerramento dos contratos do Prodec), optou-se por mitigar a redução do contingenciamento na referida fonte para o saldo de R\$ 85.921.297,13, totalizando R\$ 112,8 milhões, nas três fontes que compõe o duodécimo (FR: 100, 161 e 162).

#### **Fonte de Receita 161 – Fundo de Desenvolvimento Social**

A previsão de repasses referentes à arrecadação do Fundo de Desenvolvimento Social para o exercício de 2016 era de R\$ 35.186.084,00.

1º Bimestre: A previsão de repasses da referida fonte acumulada até o 1º bimestre era de R\$ 5.885.399,07. Contudo, o repasse efetivado foi de R\$ 2.566.003,43, gerando déficit de arrecadação de R\$ 3.319.395,64 (-56%). Desse modo, a projeção de déficit para o exercício, considerando o déficit acumulado até o referido bimestre, era de R\$ 18,24 milhões.

2º Bimestre: A previsão de repasses da referida fonte acumulada até o 2º bimestre era de R\$ 11.374.867,26. Contudo, o repasse efetivado foi de R\$ 5.070.779,48, gerando déficit de arrecadação de R\$ 6.304.087,78 (-55%). Desse modo, a projeção de déficit para o exercício, considerando o déficit acumulado até o referido bimestre, era de R\$ 15,45 milhões.

3º Bimestre: A previsão de repasses da referida fonte acumulada até o 3º bimestre era de R\$ 17.084.976,66. Contudo, o repasse efetivado foi de R\$ 7.479.803,53, gerando déficit de arrecadação de R\$ 9.605.173,13 (-56%). Desse modo, a projeção de déficit para o exercício, considerando o déficit acumulado até o referido bimestre, era de R\$ 18,9 milhões.

4º Bimestre: A previsão de repasses da referida fonte acumulada até o 4º bimestre era de R\$ 22.787.810,38. Contudo, o repasse efetivado foi de R\$ 9.693.384,66, gerando déficit de arrecadação de R\$ 13.094.425,72 (-57%). Desse modo, a projeção de déficit para o exercício, considerando o déficit acumulado até o referido bimestre, era de R\$ 19,9 milhões.

5º Bimestre: A previsão de repasses da referida fonte acumulada até o 5º bimestre era de R\$ 29.479.206,55. Contudo, o repasse efetivado foi de R\$ 12.167.526,53, gerando déficit de arrecadação de R\$ 17.311.680,01 (-58,7%). Desse modo, a projeção de déficit para o exercício, considerando o déficit acumulado até o referido bimestre, era de R\$ 20,7 milhões.

## **Fonte de Receita 162 – Sistema Estadual de Incentivo ao Turismo, ao Esporte e à Cultura - Seitec**

A previsão de repasses referentes à arrecadação do Seitec para o exercício de 2016 era de R\$ 18.154.500,00.

1º Bimestre: A previsão de repasses da referida fonte acumulada até o 1º bimestre era de R\$ 2.977.144,00. Contudo, o repasse efetivado foi de R\$ 2.181.694,82, gerando déficit de arrecadação de R\$ 795.449,18 (-27%). Desse modo, a projeção de déficit para o exercício, considerando o déficit acumulado até o referido bimestre, era de R\$ 547,6 mil.

2º Bimestre: A previsão de repasses da referida fonte acumulada até o 2º bimestre era de R\$ 6.000.115,02. Contudo, o repasse efetivado foi de R\$ 4.122.595,51, gerando déficit de arrecadação de R\$ 1.877.519,51 (-31%). Desse modo, a projeção de déficit para o exercício, considerando o déficit acumulado até o referido bimestre, era de R\$ 3,8 milhões.

3º Bimestre: A previsão de repasses da referida fonte acumulada até o 3º bimestre era de R\$ 8.652.756,96. Contudo, o repasse efetivado foi de R\$ 6.089.991,80, gerando déficit de arrecadação de R\$ 2.562.765,16 (-30%). Desse modo, a projeção de déficit para o exercício, considerando o déficit acumulado até o referido bimestre, era de R\$ 4,6 milhões.

4º Bimestre: A previsão de repasses da referida fonte acumulada até o 4º bimestre era de R\$ 12.207.769,82. Contudo, o repasse efetivado foi de R\$ 8.042.209,20, gerando déficit de arrecadação de R\$ 4.165.560,62 (-34%). Desse modo, a projeção de déficit para o exercício, considerando o déficit acumulado até o referido bimestre, era de R\$ 5,5 milhões.

5º Bimestre: A previsão de repasses da referida fonte acumulada até o 5º bimestre era de R\$ 16.326.145,64. Contudo, o repasse efetivado foi de R\$ 10.007.746,59, gerando déficit de arrecadação de R\$ 6.318.399,05 (-39%). Desse modo, a projeção de déficit para o exercício, considerando o déficit acumulado até o referido bimestre, era de R\$ 6,2 milhões.

## **2. Unidade Orçamentária: 03091 - Fundo de Reaparelhamento da Justiça**

### **Fonte de Receita 240 – Selo de Fiscalização**

A previsão de receitas do Selo de Fiscalização para o exercício de 2016 era de R\$ 44 milhões.

1º Bimestre: A previsão de arrecadação de receitas do Selo de Fiscalização acumulada até o referido bimestre era de R\$ 4.870.542,19. Contudo, o repasse efetivado foi de R\$ 4.812.015,01, gerando déficit de arrecadação de R\$ 58.527,18 (-1,2%). Desse modo, a projeção de déficit para o exercício, considerando o déficit acumulado até o referido bimestre, era de R\$ 586.594,64.

2º Bimestre: A previsão de arrecadação de receitas do Selo de Fiscalização acumulada até o referido bimestre era de R\$ 11.777.659,29. Contudo, o repasse efetivado foi de R\$ 11.811.025,89, gerando excesso de arrecadação de R\$ 33.366,60 (+0,3%).

3º Bimestre: A previsão de arrecadação de receitas do Selo de Fiscalização acumulada até o referido bimestre era de R\$ 19.139.451,22. Contudo, o repasse efetivado foi de R\$ 18.822.742,89, gerando déficit de arrecadação de R\$ 316.708,33 (-1,7%). Desse modo, a projeção de déficit para o exercício, considerando o déficit acumulado até o referido bimestre, era de R\$ 693.035,76.

4º Bimestre: A previsão de arrecadação de receitas do Selo de Fiscalização acumulada até o referido bimestre era de R\$ 27.014.393,73. Contudo, o repasse efetivado foi de R\$ 26.667.005,58, gerando déficit de arrecadação de R\$ 347.388,15 (-1,3%). Desse modo, a projeção de déficit para o exercício, considerando o déficit acumulado até o referido bimestre, era de R\$ 548.668,73.

5º Bimestre: A previsão de arrecadação de receitas do Selo de Fiscalização acumulada até o referido bimestre era de R\$ 34.421.391,71. Contudo, o repasse efetivado foi de R\$ 33.865.764,47, gerando déficit de arrecadação de R\$ 555.627,24 (-1,6%). Desse modo, a projeção de déficit para o exercício, considerando o déficit acumulado até o referido bimestre, era de R\$ 692.159,57.

### **3. Ações orçamentárias contingenciadas**

Devido à necessidade de contingenciar as dotações orçamentárias do TJSC e FRJ, algumas atividades previstas no orçamento restaram prejudicadas. As subações que sofreram com a limitação de empenhos foram:

- a) 6777 – Administração de pessoal ativo e encargos – TJ: R\$ 109.873.067,01
- b) 6780 – Administração de pessoal inativo e encargos – TJ: R\$ 3.000.000,00
- c) 6786 – Coordenação do selo de fiscalização dos atos notariais e registrais – FRJ: R\$ 692.159,57

Importante destacar que, para fins gerenciais, o Poder Judiciário classifica as dotações orçamentárias em projetos/atividades. Desse modo, nas subações 6777 e 6780 restaram prejudicadas as seguintes atividades: Indenização de Férias e Licença Prêmio de servidores aposentados (R\$ 3 milhões), Reposição inflacionária de servidores (R\$ 19.249.918,94), Estudos sobre alterações remuneratórias (R\$ 8.936.000,00) e Reposição Inflacionária Magistrados (R\$ 9.315.274,48). Salienta-se que o superávit financeiro de 2015 permitiu a abertura de créditos suplementares no orçamento de 2016 para reduzir os prejuízos do déficit de arrecadação do referido exercício.

Com relação ao déficit de arrecadação verificado na Fonte de Recurso n. 240 “Selo de fiscalização”, considerando o pequeno valor contingenciado, a frustração na arrecadação não prejudicou a execução das atividades planejadas no orçamento.

#### 4. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA (ANEXO V, ITEM III):

| QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA - MENSAL (Anexo V, Item III, Alinea 'a')    |                |       |       |       |       |       |       |       |       |       |           |       |
|----------------------------------------------------------------------------------|----------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-----------|-------|
|                                                                                  |                |       |       |       |       |       |       |       |       |       | Exercício | 2016  |
|                                                                                  | QUANTIDADE/MES |       |       |       |       |       |       |       |       |       |           |       |
| VINCULO                                                                          | JAN            | FEV   | MAR   | ABR   | MAI   | JUN   | JUL   | AGO   | SET   | OUT   | NOV       | DEZ   |
| Agentes Publicos Civis Ativos Ocupantes de Cargo Efetivo                         | 5847           | 5819  | 5800  | 5787  | 5781  | 5769  | 5758  | 5749  | 5738  | 5728  | 5720      | 5711  |
| Agentes Publicos Civis Ativos Ocupantes Emprego Publico                          | 0              | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0         | 0     |
| Agentes Publicos Militares Ativos                                                | 91             | 92    | 89    | 83    | 82    | 82    | 82    | 81    | 81    | 81    | 82        | 82    |
| Membros do Poder/ ou Orgão                                                       | 504            | 504   | 503   | 502   | 502   | 502   | 502   | 499   | 499   | 497   | 497       | 497   |
| Agentes Políticos com Mandato Eletivo                                            | 0              | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0         | 0     |
| Servidores Ocupantes de Cargo/Emprego em Comissão com Vínculo Efetivo com o Ente | 1195           | 1181  | 1181  | 1200  | 1203  | 1206  | 1207  | 1201  | 1206  | 1211  | 1205      | 1207  |
| Servidores Ocupantes de Cargo/Emprego em Comissão sem Vínculo Efetivo com o Ente | 800            | 800   | 798   | 807   | 807   | 808   | 799   | 793   | 790   | 800   | 806       | 805   |
| Servidores Contratados por Tempo Determinado                                     | 0              | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0         | 0     |
| Estagiarios                                                                      | 2613           | 2729  | 2803  | 2788  | 2821  | 2822  | 2787  | 2872  | 2896  | 2903  | 2914      | 2799  |
| Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras                    | 0              | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0         | 0     |
| Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras                                 | 0              | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0         | 0     |
| Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo                   | 23             | 23    | 23    | 23    | 23    | 23    | 23    | 23    | 23    | 23    | 23        | 23    |
| Servidores cedidos para outras esferas de Governo                                | 0              | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0         | 0     |
| Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários             | 115            | 113   | 115   | 115   | 115   | 115   | 115   | 116   | 115   | 116   | 113       | 115   |
| Conselheiros Tutelares                                                           | 0              | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0         | 0     |
| TOTAL                                                                            | 11188          | 11261 | 11312 | 11305 | 11334 | 11327 | 11273 | 11334 | 11348 | 11359 | 11360     | 11239 |

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

| QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA - MENSAL - VALORES (Anexo V, Item III, Alínea 'a')             |                                                      |                      |                      |                      |                      |                      |                      |                      |                      |                       |                       |                       |                         |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
|                                                                                                     | DESPESA MENSAL DA FOLHA DE PAGAMENTO POR VÍNCULO/MES |                      |                      |                      |                      |                      |                      |                      |                      |                       |                       | EXERCÍCIO:            | 2016                    |
| VÍNCULO                                                                                             | JAN                                                  | FEV                  | MAR                  | ABR                  | MAI                  | JUN                  | JUL                  | AGO                  | SET                  | OUT                   | NOV                   | DEZ                   | TOTAL                   |
| Agentes Públicos Cíveis Ativos Ocupantes de Cargo Efetivo                                           | 49.689.370,01                                        | 44.045.088,55        | 44.802.429,38        | 44.910.515,94        | 44.614.690,57        | 45.353.707,11        | 44.791.547,67        | 47.035.238,99        | 45.620.209,19        | 50.633.472,25         | 88.868.985,14         | 51.201.132,80         | 601.566.387,58          |
| Agentes Públicos Cíveis Ativos Ocupantes Emprego Público                                            | -                                                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                     | -                     | -                     | -                       |
| Agentes Públicos Militares Ativos                                                                   | 234.845,99                                           | 233.080,08           | 244.218,66           | 216.492,69           | 211.859,54           | 230.860,42           | 209.961,18           | 219.455,56           | 225.146,32           | 219.737,20            | 323.849,86            | 230.561,20            | 2.800.068,70            |
| Membros do Poder/ ou Órgão                                                                          | 23.888.700,22                                        | 21.314.477,70        | 20.352.683,04        | 20.876.312,72        | 21.060.281,18        | 21.240.966,61        | 21.970.372,76        | 22.977.536,22        | 21.715.478,47        | 48.662.093,00         | 38.496.941,57         | 22.874.171,63         | 305.430.015,11          |
| Agentes Políticos com Mandato Eletivo                                                               | -                                                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                     | -                     | -                     | -                       |
| Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente | 19.687.974,81                                        | 17.936.235,00        | 17.734.707,49        | 18.202.985,99        | 18.310.621,16        | 18.407.739,01        | 18.351.629,94        | 18.949.452,76        | 18.706.445,00        | 21.744.895,37         | 38.594.256,82         | 22.128.900,42         | 248.755.843,77          |
| Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente                    | 7.303.331,01                                         | 7.370.925,47         | 7.297.610,21         | 7.184.755,09         | 7.210.098,00         | 7.348.995,12         | 7.429.357,08         | 7.571.471,69         | 7.511.000,40         | 8.024.711,38          | 14.445.806,13         | 8.471.218,75          | 97.169.280,33           |
| Servidores Contratados por Tempo Determinado                                                        | -                                                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                     | -                     | -                     | -                       |
| Estagiários                                                                                         | 2.649.510,27                                         | 2.505.491,33         | 2.570.016,12         | 2.677.029,87         | 2.685.639,87         | 2.708.526,52         | 2.677.970,72         | 2.647.825,91         | 2.736.494,32         | 2.789.292,08          | 2.816.691,70          | 2.818.053,00          | 32.282.541,71           |
| Servidores Recebidos à Disposição de Outras Unidades Gestoras                                       | -                                                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                     | -                     | -                     | -                       |
| Servidores Cedidos para Outras Unidades Gestoras                                                    | -                                                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                     | -                     | -                     | -                       |
| Serv. Recebidos à Disposição de outras Esferas do Governo                                           | 67.321,08                                            | 52.640,73            | 76.175,50            | 66.404,02            | 66.068,64            | 67.226,84            | 171.701,71           | 76.032,82            | 77.686,67            | 74.613,64             | 136.044,52            | 76.709,49             | 1.008.625,66            |
| Servidores Cedidos para Outras Esferas do Governo                                                   | -                                                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                     | -                     | -                     | -                       |
| Políciais Cíveis e Militares Inativos que Retornaram como Temporários                               | 132.464,51                                           | 132.240,00           | 132.240,00           | 128.403,27           | 127.600,00           | 148.200,00           | 145.725,80           | 143.037,42           | 146.900,00           | 145.600,00            | 131.080,00            | 129.920,00            | 1.643.411,00            |
| Conselheiros Tutelares                                                                              | -                                                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                    | -                     | -                     | -                     | -                       |
| <b>TOTAL</b>                                                                                        | <b>103.653.517,90</b>                                | <b>93.590.178,86</b> | <b>93.210.080,40</b> | <b>94.262.899,59</b> | <b>94.286.858,95</b> | <b>95.506.221,62</b> | <b>95.748.266,85</b> | <b>99.620.051,37</b> | <b>96.739.360,36</b> | <b>132.294.414,92</b> | <b>183.813.655,74</b> | <b>107.930.667,30</b> | <b>1.290.656.173,86</b> |

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

**5. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS E INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS. (ANEXO V, ITENS IV E V, A E B)**

O PJSC mantém 2 (dois) convênios vigentes, firmados com a Caixa (para cessão de uso da ferramenta SINAPI - CV n. 167/2015) e com a Universidade Federal de Santa Catarina, tendo como interveniente a Fundação José Boiteaux (mestrado profissional, CV n. 237/2016).

Somente o CV n. 237/2016 teve repasse de valores à UFSC/FUNJAB, cujo montante anual liquidado foi de R\$ 158.480,00, não previstos nas contratações acima, porque se trata de Convênio.

| DESPESAS POR MODALIDADE - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo V, Item V, a) |                                    |                          |                             |                           |
|--------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|--------------------------|-----------------------------|---------------------------|
|                                                                                |                                    |                          | Exercício:                  | 2016                      |
| Modalidade/Forma                                                               | Despesa Liquidada Anual            |                          |                             | Total Anual (A + B + C)   |
|                                                                                | Obras e Serviços de Engenharia (A) | Compras (B)              | Contratação de Serviços (C) |                           |
| Concorrência                                                                   | R\$ 32.284.263,12                  | R\$ -                    | R\$ -                       | R\$ 32.284.263,12         |
| Tomada de Preços                                                               | R\$ 1.443.838,67                   | R\$ 78.483,58            | R\$ 669.799,77              | R\$ 2.192.122,02          |
| Convite                                                                        | R\$ -                              | R\$ -                    | R\$ 77.200,08               | R\$ 77.200,08             |
| Concurso                                                                       |                                    |                          |                             | R\$ -                     |
| Pregão Presencial                                                              |                                    | R\$ 250.320,00           | R\$ 341.016,00              | R\$ 591.336,00            |
| Pregão Eletrônico                                                              | R\$ 1.566.984,72                   | R\$ 15.877.572,99        | R\$ 112.882.801,20          | R\$ 130.327.358,91        |
| Dispensa de Licitação (Art. 24, I e II)                                        | R\$ 241.352,09                     | R\$ 1.530.122,57         | R\$ 2.293.433,48            | R\$ 4.064.908,14          |
| Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)                                       | R\$ 13.800,00                      | R\$ 10.887.944,29        | R\$ 28.838.860,35           | R\$ 39.740.604,64         |
| Inexigibilidade de Licitação                                                   | R\$ 231.836,20                     | R\$ 101.284,80           | R\$ 22.203.402,95           | R\$ 22.536.523,95         |
| Regime Diferenciado de Contratação (RDC)                                       |                                    |                          |                             |                           |
| <b>Total</b>                                                                   | <b>R\$ 35.782.074,80</b>           | <b>R\$ 28.725.728,23</b> | <b>R\$ 167.306.513,83</b>   | <b>R\$ 231.814.316,86</b> |

Fonte: Diretoria de Material e Patrimônio

**INDICAÇÃO DO ÓRGÃO DE IMPRENSA OFICIAL, NOS TERMOS DO ART. 6º, XIII, DA LEI Nº 8.666/1993 (ANEXO V, ITEM V, B):**

Diário de Justiça Eletrônico, disponível no sítio do PJSC

## 6. SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO (ANEXO V, ITEM VI)

Quanto às principais recomendações expedidas pela Auditoria Interna do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e as providências adotadas, destacam-se os abaixo descritos.

As informações foram compiladas a partir de processos administrativos, do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – 2016 – e do relatório de processos criados na Auditoria Interna no exercício de 2016.

**1) No processo SPA n. 12681/2016**, que trata do cumprimento da IN TC-20/2015, a partir da observação nas solicitações de aquisição de água mineral em fardos e galões para o 1º quadrimestre de 2016, que foram realizados pagamentos integrais já no dia 25 de fevereiro de 2016, e estocagem de produtos até o final do quadrimestre. Disso, podem resultar problemas relacionados à falta de espaço para estocagem, vencimento do produto e o pagamento antecipado (vedado pelo art. 63 da Lei n. 4320/1964).

Dessa forma, a Auditoria Interna **recomendou** à Diretoria de Orçamento e Finanças:

- a) Orientar todas as secretarias dos fóruns quanto aos procedimentos de pagamento parcelado dos empenhos relativos aos fornecimentos quadrimestrais; b) verificar quando da realização da liquidação de despesas com fornecimento quadrimestral, de indício de ocorrência de pagamento antecipado.

Em razão da recomendação proferida a Diretoria de Material e Patrimônio (setor responsável), notificou todas as comarcas do Poder Judiciário acerca dos procedimentos de pagamento (vedação de pagamento antecipado e possibilidade de pagamento parcelado) e sobre o prazo de validade da águas minerais.

Como resultados obtidos, os pagamentos estão sendo feitos sem a antecipação e houve uma melhoria na gestão das aquisições e dos estoques de água mineral.

**2) No processo SPA n. 12690/2016**, que trata do cumprimento da IN TC-20/2015, resultou nas recomendações abaixo.

**2.1) Constatada a ausência de controle dos objetos e serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos EBCT.**

Segundo consta no relatório de auditoria, a “Diretoria de Infraestrutura informa que: “Quanto às despesas discriminadas na presente fatura, informamos que a Seção de Correspondência deste Tribunal não dispõe de mecanismos necessários para efetuar controle.” E acrescenta que: “O processo administrativo n. 474044-2012.0, que trata de desenvolvimento de um sistema para rastreamento e registro das correspondências que circulam nos malotes, bem como alimentação automática dos pesos dos malotes por meio de balanças interligadas a computadores, tramita nesta Corte. Consideramos de fundamental importância a conclusão de tal sistema para que possamos comparar o que é postado com o que está sendo pago”.

Dessa forma, a Auditoria Interna **recomendou** que seja informada a situação: **a)** do desenvolvimento do sistema tratado no processo n. 474044-2012.0; e **b)** do atendimento às recomendações apontadas por esta Auditoria no processo n. 510540-2013.4, no sentido de que seja aferido, mesmo que por amostragem, os valores cobrados em cada item de serviço prestado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Setores responsáveis: Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Tecnologia da Informação.

Em resposta, a Diretoria de Infraestrutura informou que não dispõe de sistema para a realização dos controles, e que há demanda nesse sentido em desenvolvimento (processo n. 474044-2012.0).

A Diretoria de Tecnologia da Informação prestou as seguintes informações:

“Para fins de contextualização acho apropriado apresentar um breve histórico desta demanda. Ela foi iniciada pela Diretoria de Infraestrutura em 2012 e desde então aguardava recursos e priorização para que pudesse ser atendida. Em 2014 a Diretoria de Tecnologia da Informação retomou as discussões com a equipe técnica da DIE com vistas à melhor compreensão das necessidades daquela diretoria, o que derivou em algumas iniciativas. De forma a dar celeridade à obtenção da solução pretendida, a DIE, com apoio da DTI, buscou em outros órgãos públicos soluções computacionais que fossem similares ao que se desejava, e que pudesse obtida pelo TJSC com custo mínimo, potencialmente através de convênio de cooperação técnica. Infelizmente não se obteve sucesso, restando a possibilidade de uso de sistema desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Tocantins. Para fins de avaliação, nos dias 22 e 23 de setembro de 2014 estivemos naquele tribunal eu e o servidor Giovani Soares Fernandes, chefe da Seção de Correspondência. Como resultado desta visita, embora alguns pontos positivos tenham sido observados, a avaliação conjunta foi que o sistema não atendia às necessidades da DIE, o que inviabilizou a estratégia de adoção conforme desejávamos. Esta restrição fez com que restasse como alternativa o desenvolvimento de solução específica, possivelmente através da contratação de fábrica de software, uma vez que com recursos próprios a DTI não poderia fazê-lo. Também, à época, outra restrição era que a equipe técnica da DTI não possuía condições de mensurar os serviços contratados de desenvolvimento utilizando a métrica de Pontos de Função, conforme determina o CNJ, o que acabou por inviabilizar qualquer contratação deste tipo. Contudo, durante o ano de 2015 nos preparamos e passamos a adotar com sucesso, desde o início de 2016, o Ponto de Função como medida para nossos contratos de manutenção dos sistemas, inicialmente os destinados aos sistemas desenvolvidos em tecnologia Caché.

Dentro do planejamento de contratações desta divisão está prevista nova licitação para contratação de serviços de desenvolvimento (fábrica de software) para novas tecnologias, mais modernas, que contemplará sistemas ditos "não Caché". Dentre estes podemos incluir o desenvolvimento do sistema solicitado pela DIE. É o breve relato. Isso exposto, em termos de prazos, espera-se que o novo contrato esteja assinado em janeiro de 2017 e que em fevereiro de 2017 já possamos iniciar as primeiras demandas, entre as quais, uma vez priorizada, podemos incluir esta solicitação da DIE. Era o que me cumpria-me informar, continuando à disposição para outros esclarecimentos, se necessário.

Dessa forma, foram prestadas as informações acerca da perspectiva de continuidade no atendimento da demanda originada no processo n. 474044-2012.0.

Considerando a pendência de desenvolvimento do sistema, os resultados ainda estão pendentes de concretização.

**2.2)** No exame do processo de pagamento das faturas de energia do mês de janeiro/16 (594982-2016.3), foi observado às fls. 68v significativo aumento do gasto para a unidade da Rua Almirante Lamego (861073) no mês anterior (R\$ 22.206,96), não constando no processo 593651-2016.9 informação a respeito do acréscimo.

Em razão do achado, a Auditoria Interna **recomendou** solicitar à Diretoria de Infraestrutura (setor responsável) informações sobre o comportamento da despesa de energia elétrica na unidade da Rua Almirante Lamego (861073).

Em razão da recomendação, a Diretoria de Infraestrutura informou que o acompanhamento do consumo mensal de energia elétrica das unidades consumidoras vinculadas ao Poder Judiciário de Santa Catarina é feito exclusivamente com base no histórico de consumo de cada unidade.

No caso da unidade administrativa Almirante Lamego (861073), o aumento excessivo foi verificado pela Seção de Controle de Custos quando da análise do histórico de consumo feito no mês de junho. Diante disso, foi encaminhado questionamento à Celesc.

Em resposta, a empresa informou que houve leitura equivocada do medidor, resultando em valor muito superior ao efetivamente consumido, e que a correção implicaria em crédito no valor de R\$20.665,07 (vinte mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e sete centavos) e abatido na UC 12185952 (prédio do Tribunal de Justiça).

**3) No processo SPA n. 12802/2016**, que trata do pagamento do benefício auxílio-funeral, resultou na seguinte recomendação:

**3.1)** Analisando-se processos de pagamento do benefício, verificou-se que ocorreu o pagamento de auxílio-funeral referente ao falecimento de servidor extrajudicial, em desconformidade com os requisitos estabelecidos pela Resolução TJ n. 13/2013, a qual prevê o pagamento do benefício exclusivamente aos magistrados, servidores efetivos e comissionados, ativos e inativos

Dessa forma, a Auditoria Interna **recomendou** à Diretoria de Gestão de Pessoas (setor responsável) que observe todas as regras previstas na Resolução n. 13/2013 – TJ, evitando-se, assim, pagamentos indevidos e situações que exijam a devolução de valores. E ainda, **recomendou** a resolução de todos os achados, fazendo a correspondente comprovação nos processos administrativos de concessão.

Em razão da recomendação proferida, a Diretoria de Gestão de Pessoas adotou todas as providências para a regulação das situações, determinando em cada um dos processos administrativos concessivos a recuperação dos valores pagos indevidamente. Como resultado obtido, o controle da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre os pagamentos de auxílio-funeral foram intensificados, não sendo identificadas novas situações.

**3.2)** Processo de auxílio-funeral realizado sem a devida observação ao “...rito sumaríssimo...”, estabelecido no artigo 6º da Resolução 13/2013-TJ, que prevê o prazo de 48 horas para o pagamento do benefício.

A Auditoria Interna **recomendou** que a Administração busque uma forma de minimizar o problema, sugerindo:

- a) Logo que a DGP receber o pedido autuado, imediatamente a Secretaria de Assuntos Específicos ou própria Seção de Direitos e Deveres, já envia mensagem eletrônica padrão para as demais unidades envolvidas, tanto da DGP quanto da DOF, para que o conhecimento prévio do pedido antecipe os procedimentos devidos pela Administração.
- b) A Seção de Direitos e Deveres, da Divisão de Registro Funcional, para fazer a análise do pedido, passaria ter acesso direto à rotina de consulta de situação funcional no SHF, sem precisar do procedimento de informação nos autos da Seção de Registro e Informação.
- c) Submetido o processo ao Chefe da Divisão de Registro Funcional, este, ao considerar o pedido regular, remete diretamente à Seção de Controle de Folhas de Pagamento, da Divisão de Remuneração e Benefícios.
- d) A Seção de Controle de Folhas de Pagamento, com acesso à ficha financeira do servidor falecido no sistema FOLHA, já elabora o cálculo dos valores a devolver e o valor do benefício.
- e) Em seguida, submetido o processo ao Chefe da Divisão de Remuneração e Benefício, e este ao Diretor da DGP, o processo segue para o pagamento.
- f) Na DOF, a Divisão de Orçamento recebe o processo diretamente da DGP, faz as informações devidas e o envia a Divisão de Tesouraria, para que seja procedido o pagamento.
- g) Realizado o pagamento, o processo é submetido ao Diretor da DOF, para conhecimento, que o faz retornar à DGP, para as anotações devidas na ficha funcional do servidor falecido.

Em razão da manifestação da Auditoria Interna, a Diretoria-Geral Administrativa autorizou a formação de grupo de trabalho para análise, padronização e melhoria no fluxo do processo de pagamento do auxílio-funeral.

**4) No processo SPA n. 8415/2016**, que trata da auditoria na gestão dos contratos que estão sob a responsabilidade da Diretoria de Tecnologia da Informação, foram apresentadas pela Auditoria Interna as seguintes recomendações:

“[...]

**4.1 À Diretoria de Material e Patrimônio:**

**4.1.1** adotar a prática de questionar o gestor operacional por meio de mensagem eletrônica no momento da assinatura do contrato (ou ata) sobre o interesse em nomear um fiscal demandante, especialmente nos casos em que a unidade demandante seja externa à DTI (Achado 2); **4.1.2** monitorar a execução do contrato, nos termos do art. 34, IV, da IN 4/2014, conferindo se as ordens de serviço ou de fornecimento de bens foram devidamente formuladas e anexadas aos processos de pagamento, certificando-se que toda a documentação exigida está presente no processo, bem como se estão corretos os cálculos apresentados e os valores cobrados (Achados 5, 13 e 14); **4.1.3** revisar os pagamentos efetuados nos processos 586328-2015.7 e 586359-2015.7, aplicando-se as sanções decorrentes do atraso na entrega (Achado 11); **4.1.4** monitorar a revisão dos

valores referentes aos apostilamentos 001/2013.003 e 001/2013.006 (Achado 16).

#### **4.2 À Diretoria de Tecnologia da Informação:**

**4.2.1** indicar um fiscal técnico para todos os contratos de TI, a ser designado formalmente pela DMP, de modo a garantir uma melhor fiscalização do contrato, especialmente no que diz respeito aos aspectos técnicos da solução (Achado 3);

**4.2.2** providenciar o treinamento dos servidores na área específica de execução contratual (Achado 4);

**4.2.3** anexar as ordens de serviço ou de fornecimento de bens aos processos de pagamento (Achado 5);

**4.2.4** implementar o registro de todas as ocorrências contratuais em mídia que seja facilmente acessada pelos fiscais e gestor do contrato, de modo a possibilitar um efetivo controle da execução contratual (Achado 6);

**4.2.5** manter controle de chamados e atendimentos, preferencialmente em sistema mantido pela equipe do TJ, de modo a possibilitar a aplicação de todas as cláusulas contratuais que dependam da avaliação da qualidade do atendimento, juntando os relatórios correspondentes aos processos de pagamento quando as condições de atendimento a chamados forem critérios para apuração do valor a ser pago ou para aplicação de ANS e sanções (Achado 7);

**4.2.6** manter controle da disponibilidade dos circuitos, preferencialmente em sistema mantido pela equipe do TJ, de modo a possibilitar a aplicação de todas as cláusulas contratuais que dependam da avaliação da qualidade do serviço prestado, juntando-se o relatório da disponibilidade dos circuitos em todos os processos de pagamento (Achado 8);

**4.2.7** revisar a quantidade de circuitos utilizados, para cada Velocidade/Banda definida no Contrato 001/2013, solicitando as devidas alterações contratuais, caso necessário (Achado 9);

**4.2.8** unificar a interpretação utilizada no Contrato 113/2015 e destacar eventuais divergências no parecer final da Diretoria, demonstrando que as diferenças foram percebidas e corrigidas (Achado 12);

**4.2.9** acompanhar, na pessoa do fiscal do contrato, a instrução do processo de pagamento, a fim de garantir que todos os documentos previstos em contrato sejam juntados e que os valores cobrados sejam efetivamente devidos (Achados 13 e 14);

**4.2.10** para os contratos com previsão de ANS, explicitar seu cumprimento ou descumprimento, demonstrando no processo de pagamento o cálculo de seus indicadores (Achado 13);

**4.2.11** atuar, na pessoa do gestor do contrato, com mecanismos de controle interno, certificando-se que toda a documentação exigida esteja presente no processo de pagamento, e que estejam corretos os cálculos apresentados e os valores cobrados (Achados 13 e 14);

**4.2.12** revisar os valores pagos nos processos 563204-2014.8 e 5782422015.1 (Achado 14).

Além disso, como forma de aprimorar os controles internos, sugerimos a realização de estudos para formulação de check list, específico por contrato, a ser preenchido a cada pagamento, onde se verifique o devido cumprimento de todas as obrigações.”

Em virtude das recomendações proferidas no item 4.1, a Diretoria de Material e Patrimônio manifestou-se nos seguintes termos:

#### **Recomendação nº 4.1.1**

O procedimento foi colocado em prática a partir de 25/10/2016, conforme pode ser observado nos SPA's 20177/2016, 23615/2016, 13760/2016, 26340/2016, 21388/2016, 25041/2016 e todos os outros posteriores. Esta mudança se mostrou efetiva com quase 100% de resposta dos diretores indicando um servidor para exercer a função de fiscal.

#### **Recomendação nº 4.1.2**

Com a devida vênia, a verificação da emissão de Ordens de Serviço e sua anexação ao processo de pagamento é atribuição que refoge à atuação administrativa da DMP. É do fiscal a responsabilidade pela emissão de OS ou Pedidos de Entrega e sua anexação ao pagamento, cabendo à DMP unicamente: a) verificar se houve o atesto da prestação dos serviços ou do fornecimento pelo gestor (ou pelo fiscal, caso nomeado, com anuência do Gestor); b) se há previsão contratual que autorize o pagamento indicado pelo gestor, se havia disponibilidade financeira para a assunção destas despesas (prévio empenhamento); c) se os documentos essenciais ao primeiro e demais pagamentos foram anexados; d) se as condições de habilitação e qualificação técnica se mantêm hígidas desde o momento da contratação até a liberação do pagamento; e) se houve a indicação, pelo fiscal, de descumprimento contratual para o qual haja penalidade prevista contratualmente; f) aplicação de penalidade indicada pelo fiscal; entre outras atividades administrativas, que não se confundem com aquelas decorrentes da fiscalização e gestão da execução do objeto contratado.

As atividades do gestor operacional (e de seu fiscal nomeado) e do gestor administrativo (DMP), portanto, não se confundem. Não deve haver, pela DMP, auditoria do processo de pagamento. As atribuições são distintas. As Unidades Demandante e Requisitante fiscalizam a execução do objeto contratado e a DMP realiza, essencialmente, a gestão e acompanhamento do prazo de vigência, da solicitação de empenho conforme a previsão contratual, das questões administrativas necessárias ao pagamento, e da instrução e análise de processos de aplicação de penalidades.

#### **Recomendação nº 4.1.3**

Revisar os pagamentos efetuados nos processos 586328-2015.7 e 586359-2015.7, aplicando-se as sanções decorrentes do atraso na entrega (achado 11).

Nos dois casos citados os valores a serem convertidos em multa moratórias não foram retidos por ocasião do pagamento das respectivas parcelas em decorrência da manifestação do gestor do contrato (DTI), que apontou que tais atrasos não causaram prejuízo, repetindo a mesma frase nos dois processos: "Informo, no entanto, que não houve prejuízo no prosseguimento do projeto devido ao objetivo e característica do produto e ao momento do projeto".

Conforme consta na redação do achado número 11, segundo análise da equipe da Auditoria Interna, "As sanções previstas em contrato devem ser aplicadas sempre que houver descumprimento das obrigações, ainda que não haja prejuízo. Exceção se faz nas ocorrências de caso fortuito, força maior ou quando o Tribunal houver

dado causa ao descumprimento”. No entanto, a fim de evitar enriquecimento ilícito da Administração em detrimento do particular, em casos que o atraso, apesar de caracterizado, foi causado pela Administração ou quando não trouxe prejuízos à Administração, segundo manifestação expressa do fiscal (com anuência do gestor) do contrato.

Em alguns casos, o próprio gestor indica apenas uma advertência para determinada situação que, apesar do descumprimento contratual, caracterizase como uma pequena irregularidade que venha ou não a causar dano ao PJSC ou a terceiros, nos exatos termos da previsão contratual constantes de TODOS os contratos: § 1º A penalidade de ADVERTÊNCIA será aplicada em caso de infrações cometidas que prejudiquem a lisura do processo licitatório ou correspondam a pequenas irregularidades verificadas na execução do contrato, que venham ou não causar dano ao CONTRATANTE ou a terceiros.

Não se está defendendo que os descumprimentos contratuais sejam suportados pela Administração sem a imposição de penalidade aos Contratados, mas que a atuação do poder público não mais tenha um viés puramente legalista, sem considerar as situações fáticas verificadas na execução contratual e que efetivamente em nada alteraram a expectativa da Administração quanto à data de conclusão de determinado serviço ou de fornecimento de determinado bem e, por assim serem, não causaram prejuízos à Administração. As sanções podem ter caráter preventivo, educativo, repressivo ou visar à reparação de danos pelos responsáveis que causem prejuízos ao erário público. Embora não alcance o patrimônio do contratado infrator, ou mesmo imponha restrições em seu direito de firmar avenças com o Poder Público, a advertência lhe retira a condição de “infrator primário”, de modo que, em caso de reincidência, poderão ser aplicadas punições mais severas. No entanto, a DMP depende do apontamento do fiscal (e do gestor) do contrato quanto ao descumprimento contratual verificado e à aplicação de penalidade, para que possa instruir o processo visando à punição do infrator. Não é atribuição da DMP a indicação de aplicação de penalidade e sua gradação. Trata-se de competência da Unidade Requisitante. Sem a indicação para tal, refoge à DMP a atribuição de instruir processo que não tenha sido sinalizado pela fiscalização o descumprimento e a penalidade.

O Tribunal de Contas da União adota uma linha de pensamento não tão formalista e possibilita que, ainda que previstas contratualmente, possa o gestor deixar de aplicar penalidades nos casos de atraso na execução e de inadimplência contratual, desde que justifique no processo o motivo da não aplicação da multa ou de outra sanção. Veja-se o excerto do Acórdão 877/2010, da 2ª Câmara:

“9.6. determinar à [xxxxxxxxxxxxxxxxxx] que:

9.6.26. aplique as penalidades previstas nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993 nos casos de atraso na execução e de inadimplência contratual ou justifique no processo o motivo da não-aplicação de multa ou outra sanção; [...]”.

#### Recomendação nº 4.1.4

O pagamento dos valores referentes ao apostilamento 001/2013.003 – diferenças de reajuste 2014 – serão realizados por meio do SPA1004/2017. A Contratada será notificada para apresentar as faturas.

Relativamente ao termo aditivo 001/2013.006, a DTI confirmou que já efetuou a regularização (recuperação dos valores) no pagamento do mês de julho/2016 – PA 599822-2016.0, conforme mensagem eletrônica da Sra. Janine Munch, Chefe da Seção de Administração de Redes, doc. 11114/2017 e cópia da manifestação do processo de pagamento doc. 11115/2017.

Dessa forma, verifica-se que todas as recomendações relacionadas à DMP foram atendidas ou justificadas, não havendo pendências.

Quanto ao item 4.2, relacionado à DTI, a Diretoria-Geral Administrativa, acolhendo a manifestação da Auditoria Interna, determinou o cumprimento das recomendações no prazo de 30 (trinta) dias.

**5) No processo SPA n. 21814/2016**, que trata da auditoria na gestão nos processos licitatórios que estão sob a responsabilidade da Diretoria de Material e Patrimônio, foram apresentadas pela Auditoria Interna as seguintes recomendações:

#### IV. RECOMENDAÇÕES

Em vista dos achados relacionados, apresentam-se as seguintes recomendações:

- 1) Para justificativa de preço, solicitar informação à contratada a respeito de contratos firmados com outros órgãos públicos, uma vez que nessas contratações os contratos são publicados em portal de transparência (como inclusive faz este TJ), para aferição do objeto e valor, com a contratação firmada com o TJSC, para regularizar a questão apontada por esta Auditoria, referente Inexigibilidade n. 14/2016 (Achado nº 1) – Unidade orçamentária: TJ
- 2) Cumprir o disposto no §1º do art. 40, da lei n. 8666/1993, devendo o edital ser assinado eletronicamente, para o caso de processo digital. (Achado nº 2); – Unidade orçamentária: TJ (editais nºs 210/2016 e 235/2016) e FRJ (edital n. 237/2016).
- 3) Nas próximas licitações, realizar planejamento adequado dos serviços que serão executados e, no caso de falta de recursos orçamentários, avaliar a possibilidade da utilização de recursos de outros projetos ou readequar as quantidades previstas no termo de referência (Achado nº 3) – Unidade orçamentária: TJ.
- 4) Para evitar a ocorrência de demora em outros processos de licitação, principalmente àqueles em que já ocorreu a prorrogação de contrato em caráter excepcional, previsto no art. 57, IV, §2º da Lei n. 8666/1993, sugere-se planejar adequadamente a licitação, para minimizar o risco de se fazer nova prorrogação (Achado nº 4) – Unidade orçamentária: FRJ.

[...]

Setor responsável: Diretoria de Material e Patrimônio.

O processo administrativo contendo as recomendações está em tramitação na Diretoria-Geral Administrativa para análise e deliberação.

**6)** Além das recomendações acima, merece destaque as informações provenientes do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – 2016.

**6.1)** Processos de pagamento e contratos de serviços continuados de mão de obra terceirizada.

Constatada a falta de comprovantes de depósitos e folhas de pagamentos dos prestadores de serviços, bem como a anexação equivocada de documentos. Recomendada a correta instrução dos processos.

Setor responsável: Diretoria de Gestão de Pessoas.

Em razão da recomendação proferida, a Diretoria de Gestão de Pessoas intensificou a rotina de conferência e realizou a correta instrução dos processos.

**6.2)** Auditoria de conformidade nos contratos de licitação para a contratação de serviços terceirizados

Constatada a ausência de pesquisa de preços de mercado; preferência pelo pregão presencial ao pregão eletrônico, sem a devida justificativa; valores idênticos de propostas entre as empresas concorrentes e a vencedora.

Recomendada a adoção de providências corretivas e preventivas.

Setor responsável: Diretoria de Material e Patrimônio.

A Administração vem adotando a prática de realizar pesquisa de preços de mercado em todos os procedimentos licitatórios; e de realizar os pregões de forma eletrônica como regra, sendo a forma presencial exceção, sempre justificada.

Providências em implantação.

**6.3)** Auditoria de conformidade nos contratos de serviços terceirizados com mão de obra continuada.

Constatada a não comprovação dos procedimentos de fiscalização pela Diretoria de Gestão de Pessoas, sobre os encargos trabalhistas e previdenciários em todos os contratos de serviços terceirizados com mão de obra continuada.

Recomendada a adoção de procedimentos para comprovar a fiscalização efetiva em todos os contratos.

Setor responsável: Diretoria de Gestão de Pessoas.

A Administração determinou a formação de grupo de trabalho, com a participação da Auditoria Interna inclusive, para melhorar os procedimentos de fiscalização e regulamentar a questão internamente.

Atualmente o processo que tratou do assunto está em tramitação na Secretaria Técnica de Elaboração Normativa, para análise final da minuta de resolução submetida à Presidência.

**6.4)** Recolhimentos de INSS fora do prazo legal, com pagamento de juros e multa de mora.

Recomendado à Seção de Regime Geral da Previdência que estabeleça controle sobre os processos referentes a Guia do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – GFIP.

Setor responsável: Diretoria de Gestão de Pessoas.

Em razão da recomendação, a Diretoria de Gestão de Pessoas, com o monitoramento da Auditoria Interna, já vem controlando e realizando as regularizações.

**6.5)** Diretoria de Engenharia e Arquitetura – avaliação nos pagamentos (IN TC 20/2015)

Constatado o pagamento de Ordem de Serviço em duplicidade (SPA n. 12687/2016).

Recomendação de melhorar os controles internos sobre os pagamentos das ordens de serviço e recuperar o valor pago em duplicidade.

Setor responsável: Diretoria de Engenharia e Arquitetura.

Em razão da recomendação proferida, a DEA, em que pese não dispor de sistemas para realizar os controles necessários, intensificará as rotinas de controle e recuperou o valor pago em duplicidade.

## 7. CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

O Centro de Estudos Jurídicos do Tribunal de Justiça (CEJUR) foi criado em 9 de outubro de 1991, pela Resolução n. 14/91-TJ e Portaria n. 557/91-GP, com o objetivo de marcar culturalmente o primeiro centenário do Tribunal de Justiça. Como parte integrante do CEJUR, em 6 de novembro de 2000, pela edição da Resolução n. 06/00-TJ, foi criada a Academia Judicial (AJ) do Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC).

O suporte financeiro para seu gerenciamento foi atribuído pela Lei Estadual n. 15.327/2010, por meio da qual se estabeleceu a destinação, no orçamento do Poder Judiciário catarinense, de valores resultantes de aplicações dos depósitos judiciais em fundo de investimento.

O planejamento educacional é elaborado em atendimento à política de prestação da atividade jurisdicional, o que vem ao encontro da missão proposta no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e tem relação direta com as ações da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, mais especificamente a Resolução n. 2/2016 que dispõe sobre os programas para formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e formadores, bem como a instrução normativa n. 3/2016 que disciplina o credenciamento de cursos oficiais; do Conselho Estadual de Educação; do Planejamento Estratégico 2015-2020 do PJSC; da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição; do Projeto Aprimorar da Corregedoria-Geral da Justiça e da Gestão por Competências da Diretoria de Gestão de Pessoas.

Há de se considerar, ainda, as orientações do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJud), órgão do Conselho Nacional da Justiça, com as diretrizes da Resolução n. 192 de 2014 que dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário.

A AJ está credenciada junto ao Ministério da Educação – MEC como escola de governo para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, na modalidade presencial e a distância, com prazo de 10 anos a contar de novembro de 2016, conforme Portaria Normativa n. 2, de 4 de janeiro de 2016, quanto à exigência avaliativa e prevista no artigo 10, §7º, do Decreto n. 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto n. 6.303/2007.

O Judiciário catarinense tem como missão “realizar justiça por meio da humanização e da efetividade na prestação adequada da solução de conflitos” e a AJ está inserida no mapa estratégico do PJSC na perspectiva “pessoas e recursos” com o objetivo de “desenvolver permanentemente conhecimentos, habilidades e atitudes”.

Esmerando-se no mapa do Judiciário, em 2013 a AJ elaborou seu mapa tático operacional, editado por meio da Resolução n. 3 do mesmo ano, que está representado a seguir.

Figura: Mapa tático-operacional AJ



Fonte: Academia Judicial

No exercício de 2016, foram ofertadas 20.572 vagas, tendo 15.901 alunos aprovados. Foram realizados 125 cursos – 99 presenciais, 24 a distância e 2 semipresenciais (misto: a distância e presencial) –, sendo 74 deles na área jurídica.

Registra-se que 364 magistrados foram capacitados em pelo menos 1 curso. Ademais, a AJ credenciou na ENFAM os cursos de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura, Formação de Formadores, Redação Jurídica Objetiva e Direito Marítimo e Portuário e Consequências Econômicas das Decisões Judiciais.

Ainda, foram realizados 3 doutorados e 5 mestrados com apoio de convênios e 2 pós-graduações por produção própria.

Dentre as diversas atividades de formação e aperfeiçoamento, destacam-se:

### 1. Programa Novo Código de Processo Civil em Debate

Ao longo do ano de 2016, foram realizadas 7 frentes de trabalho do programa:

a) Congresso Brasileiro de Processo Civil e II Congresso de Processo Civil de Florianópolis;

b) Sala de Debates Virtuais – disponível para o público interno para discussão da aplicação do NCPC (531 colaboradores cadastrados e 12 salas de discussão);

c) Ambiente de produção coletiva Wikilex – está disponível para consulta ao público externo e inserção ao público interno (acesso em jurisprudência no site do TJSC);

d) E-book – resultado dos artigos de 8 autores que atuaram nas palestras e cursos realizados no estado;

e) Curso sobre o Novo Código de Processo Civil (Ambiente Virtual do Renato Saraiva): foram 1.500 participantes (magistrados e servidores);

f) Curso Novo CPC – presencial realizado em 10 regionais (Itajaí, Blumenau, Lages, Videira, Joinville, Tubarão, Criciúma, São Miguel do Oeste, Chapecó e Capital). Participaram 603 magistrados e servidores; e

g) Palestras sobre o Novo CPC - participação de 1.300 pessoas, além da transmissão online para todo o público interno das comarcas do estado.

## **2. Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura**

Passaram pelo Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura 16 candidatos-alunos, considerado etapa do concurso da magistratura. Produziram despachos e sentenças em 1.306 processos judiciais, oriundos de diversas comarcas. Também realizaram atividades na comarca da Capital, supervisionados por magistrado, onde produziram 237 sentenças em audiência, sendo 82 acordos, além de 80 decisões.

## **3. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública**

O curso, com uma carga horária de 1.680 horas-aula e 40 vagas para servidores e magistrados, teve inscrições abertas no final de 2016, e objetivava formar e qualificar gestores do Poder Judiciário a partir de uma perspectiva crítica e inovadora da gestão pública, mas devido à baixa adesão restou cancelado.

## **4. Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica no Poder Judiciário**

Destinou-se a 41 servidores efetivos do quadro de pessoal do Poder Judiciário catarinense que atuam como gestores. Ao final do curso, foi lançado e-book, contendo um conjunto de artigos científicos produzidos como trabalho de conclusão.

## **5. Curso de Mestrado Profissional em Direito – UFSC**

Foi celebrado convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina para viabilizar a participação de seus magistrados e servidores no Mestrado Profissional em Direito, com processo seletivo regulado pelo Edital n. 1/PPGPD/2016.

## **6. Curso de Mestrado em Ciência Jurídica – UNIVALI**

Mediante convênio com a UNIVALI, 21 magistrados e 14 servidores ingressaram no Mestrado em Ciência Jurídica. Os editais ns. 38/2015 e 81/2016 regulamentam o processo de inscrição e seleção de servidores e magistrados interessados.

## **7. Curso de Doutorado em Ciência Jurídica – UNIVALI**

O Edital Conjunto n. 099/2015, expedido pelo TJSC e UNIVALI, regulamenta o convênio n. 106/2015, pelo qual foi instituída turma especial para magistrados no Curso de Doutorado em Ciência Jurídica da UNIVALI. Há possibilidade de dupla titulação com a Universidade de Perugia, na Itália, e a Universidade de Alicante, na Espanha e participam 19 magistrados.

## **8. Curso de Gerenciamento de Rotinas**

Realizado na modalidade autoinstrucional, o curso aperfeiçoou o conhecimento de servidores e magistrados no Sistema de Automatização do Judiciário (SAJ) versão 5 - digital. O curso, com carga-horária de 240 horas-aula, contou com 2.264 participantes.

## **9. Curso de Língua Portuguesa: tópicos gramaticais**

O curso foi produzido pela revisora desta Academia Judicial, Lucimeri Probst, dividido em três módulos, com 134 horas-aula. Concluíram o curso 2.842 colaboradores.

## **10. Programa de Residência Judicial**

Em 2007, o Poder Judiciário de Santa Catarina implantou o Programa Residência Judicial, que consiste no desempenho de atividades práticas que constituem o aprendizado, sob orientação do magistrado, com regulamentação pela Resolução n. 1/15-CEJUR. Desde então, o Programa Residência Judicial é norteado por convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), bem como por

Resolução própria. A parte teórica é ministrada na Esmesc e a prática é gerenciada pela Academia Judicial. Atualmente o quadro é composto por 205 de residentes judiciais.

A execução orçamentária de todas estas ações realizadas está demonstrada no item “6781 – Capacitação e Aperfeiçoamento – SIDEJUD” do quadro 1. O percentual de execução orçamentária nesta área ultrapassou os 74%, ou seja, daquilo que foi planejado executou-se praticamente três quartos.

Outros projetos e atividades com repercussão administrativa também foram desenvolvidos pela Academia Judicial, sendo oportuno ressaltá-los.

### **1. Aquisição de sistema eletrônico próprio para a Academia Judicial**

Este projeto encontra-se em fase de licitação, a qual deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2017. Com um sistema automatizado, as atividades administrativas e acadêmicas serão desenvolvidas de maneira célere e eficiente.

### **2. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI**

Contratação de consultoria externa para elaboração do PDI da Academia Judicial (quinquênio 2018-2023), considerado um dos requisitos do Conselho Estadual de Educação para manutenção do credenciamento da AJ como instituição de ensino superior, bem como atendimento das exigências da ENFAM.

### **3. Processo de formação da Academia Judicial**

Realização de pesquisa com magistrados e servidores, o qual resultou no edital n. 2/2016-AJ, que aprovou o Plano de Formação e Aperfeiçoamento para Magistrados, Servidores e Colaboradores referente ao exercício de 2017. Os temas objeto da pesquisa foram extraídos da ENFAM e sugeridos pela Academia Judicial, Corregedoria-Geral da Justiça e Grupos de Câmeras e pelos próprios respondentes da pesquisa.

### **4. Reestruturação do laboratório de informática**

Instalação de bancadas ergonômicas com projeção específica e novos equipamentos no laboratório de informática.

### **5. Mudança de sede e nome do prédio**

Em março, a Academia mudou-se para novo endereço, pela primeira vez em sede própria, na rua Almirante Lamego. Em outubro, por meio de decisão do Tribunal Pleno, o prédio que abriga a nova sede e o Fórum de Direito Bancário da Capital passou a ser nominado como “Edifício Judiciário Desembargador Norberto Ulysséa Ungaretti”.

## **6. Comemoração do aniversário de 15 anos da AJ**

Em 23 de novembro, a Academia Judicial comemorou em cerimônia que marca uma trajetória de conquistas e grandes projetos. Na oportunidade, inaugurou-se a galeria de diretores da AJ e lançado o e-book do programa “Novo CPC em Debate”.

## **7. Estudos para a implantação de biblioteca virtual**

A biblioteca está localizada no andar térreo do prédio da Academia Judicial e abriga, atualmente, um acervo com 1.530 títulos e periódicos. Visando sua modernização, elaborou-se estudo para criação de uma biblioteca virtual, o qual foi autorizada pela Diretoria-Executiva e aprovada pelo Conselho Editorial.

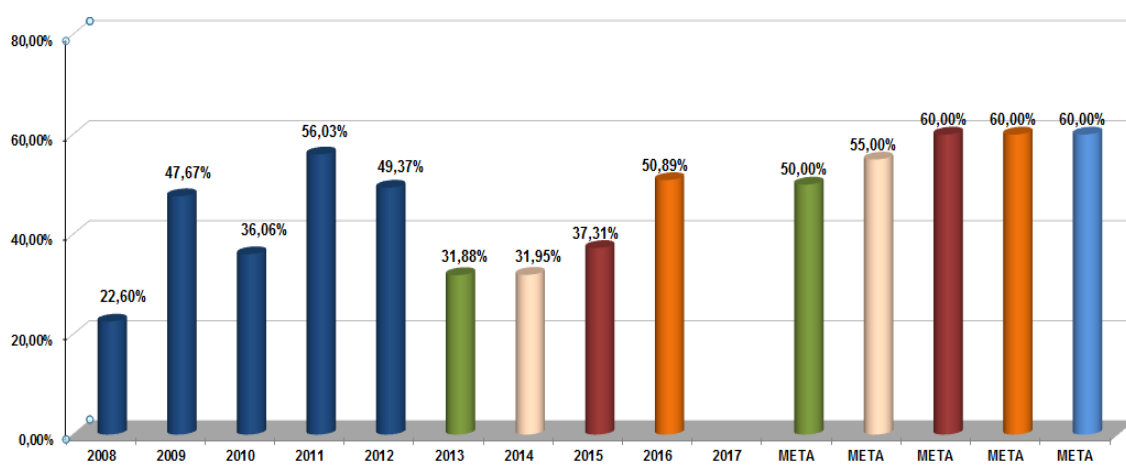
## **8. Novos parâmetros para seleção de tutores**

Regulamentação acerca da seleção de tutores por meio de um processo seletivo democrático.

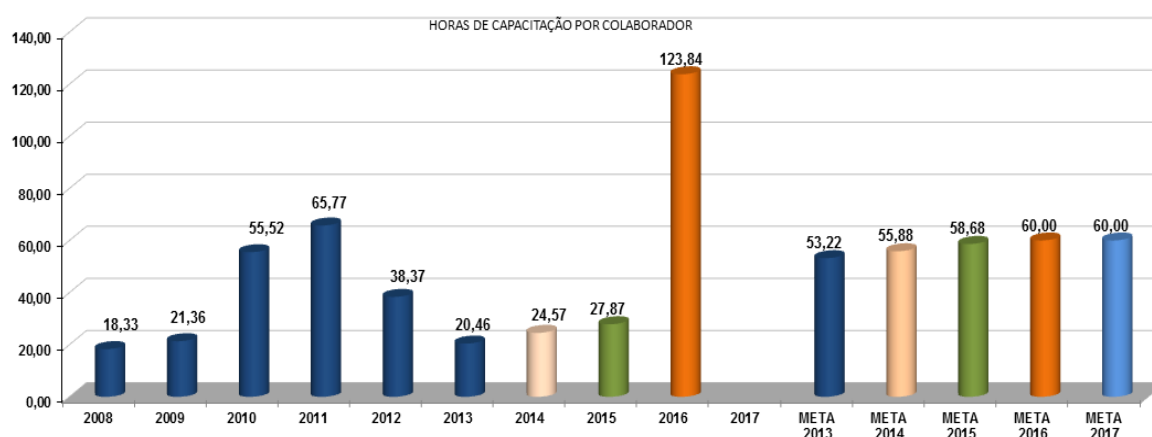
## **9. Análise dos indicadores da AJ**

Os indicadores PR 1.1 e PR 1.2 são controlados pela Academia Judicial e pela Diretoria de Gestão de Pessoas e foram extraídos do mapa estratégico do PJSC, na perspectiva de “pessoas e recursos”, para desenvolver permanentemente conhecimentos, habilidades e atitudes e garantir o apropriado percentual de colaboradores capacitados, por meio de verificação da quantidade de magistrados, servidores, estagiários e bolsistas que participaram de eventos de capacitação promovidos e/ou patrocinados pelo PJSC, como: cursos internos, cursos externos, seminários, congressos, bolsas de estudo de graduação e pós-graduação, entre outros.

### PR1.1 – Colaboradores capacitados (sem repetição de participantes)



### PR1.2 - Horas de capacitação por colaborador (sem repetição de participantes)

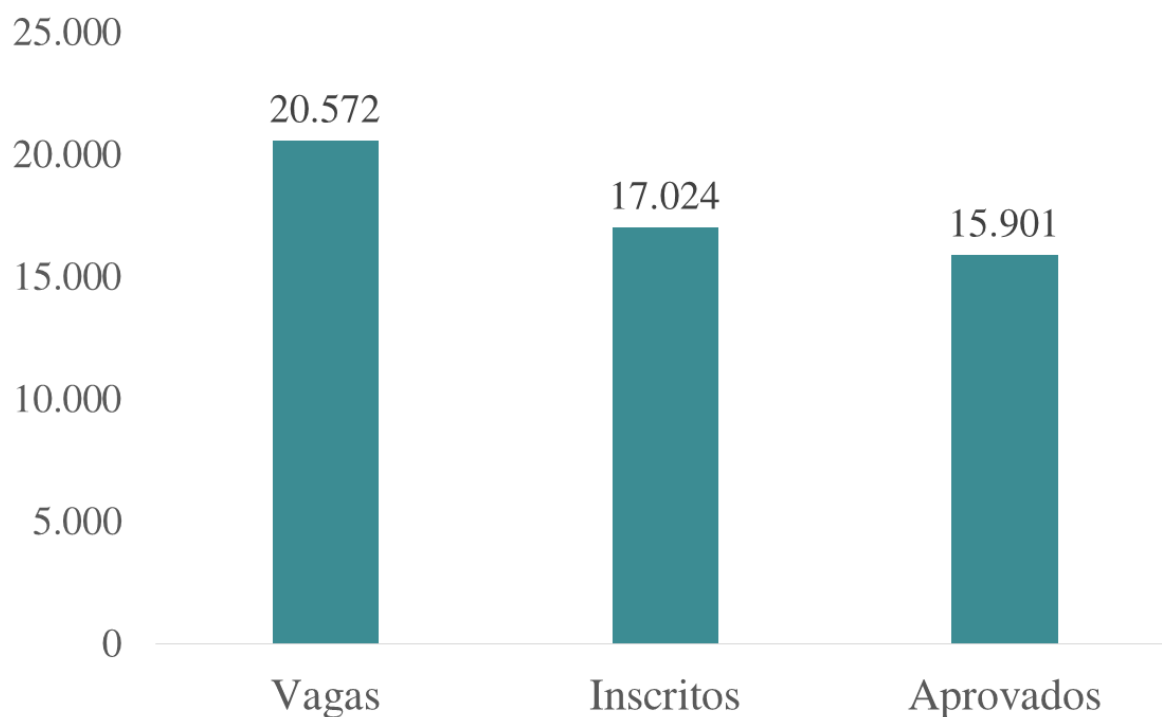


\*Dados extraídos até 14 de dezembro de 2016.

## 11. Outros dados

Além dos indicadores formais que a AJ apresenta anualmente à administração do TJSC, existem os de gerenciamento interno, controlados no intuito de retroalimentar o processo educacional e se valer das oportunidades de melhorias.

### 11.1 – Total de participantes nos cursos/eventos



### 11.2 – cursos e eventos por área de conhecimento

| CURSOS/EVENTOS POR ÁREA - 2016                                          |       |
|-------------------------------------------------------------------------|-------|
| ÁREAS                                                                   | TOTAL |
| CURSOS NA ÁREA JUDICIAL - JU                                            | 74    |
| CURSO NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO - AG                              | 32    |
| CURSO NA ÁREA DE LÍNGUAS - LI                                           | 7     |
| CURSOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - TI                         | 5     |
| CURSO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO - ED                                          | 3     |
| CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO - POS                                           | 3     |
| CURSO NA ÁREA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL/SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA - RS | 1     |
| TOTAL                                                                   | 125   |

## 8. GESTÃO DE PESSOAS

A Diretoria de Gestão de Pessoas é responsável pelo gerenciamento e supervisão do quadro de pessoal do Poder Judiciário, tanto da Justiça de Primeiro Grau, quanto da Secretaria do Tribunal de Justiça, envolvendo servidores efetivos e comissionados, inativos, estagiários, voluntários e terceirizados.

Esse trabalho envolve o controle do ingresso na carreira, com o acompanhamento dos processos de nomeação dos servidores, de contratação de estagiários e terceirizados, e de adesão dos voluntários.

É responsável, também, pelo controle da movimentação funcional dos servidores (remoção, disposição, lotação etc.), pelo registro de todos os incidentes ocorridos durante a vida funcional dos colaboradores do Poder Judiciário, e pela elaboração da folha de pagamento dos magistrados, servidores, inativos (incluídos os juizes de paz e extrajudiciais), residentes judiciais e estagiários.

Controla, ainda, as avaliações de desempenho e de estágio probatório dos servidores, e os afastamentos legais, direitos, deveres e benefícios dos colaboradores.

No presente relatório serão apresentadas informações mais detalhadas sobre os principais programas e atividades relacionados à Gestão de Pessoas desenvolvidos no decorrer do ano de 2016.

O principal projeto sob a gerência da Diretoria de Gestão de Pessoas diz respeito à folha de pagamento. No ano de 2016, a estimativa da folha de pagamento, contemplada na Lei Orçamentária Anual, era de R\$ 1.241.382.120,00, correspondente a 11.398 matrículas. Ao final do exercício, o valor efetivamente despendido em folha de pagamento correspondeu a R\$ 1.290.656.173,00, sendo contabilizadas 11.239 matrículas no mês de dezembro de 2016. O impacto financeiro referente a folha de pagamento pode ser evidenciado no quadro 1, especificamente nas subações 6777, 6780 e 12930.

Oportuno mencionar que, no valor efetivamente despendido em folha de pagamento ao final do exercício, incluem-se os valores pertinentes a projetos executados ao longo do ano, como provimento de novos cargos, reajustes, estudos sobre alterações remuneratórias, dentre outros.

A propósito, durante o ano de 2016, ocorreram 39 nomeações de servidores para cargos efetivos deste Poder, sendo que a estimativa inicial era para provimento de aproximadamente 18 cargos. Com efeito, destaca-se a autorização da Presidência desta Corte para retomada do provimento de cargos vagos decorrentes de exoneração e demissão.

Além disso, houve a concessão de reajuste do vencimento dos servidores do Poder Judiciário nos seguintes percentuais:

- 3%, retroativo a 1º de maio de 2016: Resolução TJ n. 16 de 3 de agosto de 2016;
- 2,5%, retroativo a 1º de maio de 2016: Resolução TJ n. 21 de 21 de outubro de 2016;

Salienta-se que o percentual previsto no projeto orçamentário específico para concessão de reajuste aos servidores era de 3%. Para a efetivação dos reajustes, procedeu-se remanejamento orçamentário.

No que se refere aos funcionários terceirizados que laboram junto ao Poder Judiciário, o ano de 2016 encerrou com 1.952 postos preenchidos. Convém mencionar que o quantitativo estimado na Lei Orçamentária Anual era de aproximadamente 2.005 postos.

Do total de postos, 1.366 estão distribuídos às Comarcas e 586 à Secretaria do Tribunal de Justiça.

As empresas que atuaram junto ao Poder Judiciário em 2016 prestando serviços de mão de obra terceirizada foram: Canadense Administração e Serviços Ltda., Intersept Ltda., Liderança Limpeza e Conservação Ltda., Lince Segurança Eletrônica Ltda.-ME, Lince Segurança Patrimonial Ltda.-ME, Mobra Serviços de Vigilância Ltda e Suricate Serviços Terceirizados Ltda. Epp.

A execução orçamentária e financeira dos gastos com pessoal terceirizado está dividida nos quadros 1 e 2. No quadro 1, a subação 6784, entre outros gastos, contempla os valores inerentes à contratação de postos de trabalho relacionados à segurança. Já no quadro 2, a subação 6785, entre outros gastos, contempla os valores inerentes aos demais postos de trabalho, os quais se incluem os de limpeza e conservação.

Já em relação aos estagiários, o Poder Judiciário Catarinense encerrou o exercício de 2016 com 2.799 vagas preenchidas, no valor total desembolsado ao longo do ano de R\$ 32.282.541,00. A estimativa contemplada na Lei Orçamentária Anual era de 3.030 vagas providas, ao custo anual de R\$ 41.483.520,00.

No tocante às ações de desenvolvimento de pessoas, cumpre informar que a Diretoria de Gestão de Pessoas é responsável pela elaboração de diagnósticos, trabalhos em grupo e acompanhamento de servidores que apresentam baixo desempenho nas avaliações de desempenho e estágio probatório ou encaminhados pela Corregedoria-Geral de Justiça ou outros setores do Tribunal de Justiça.

Em 2016, foram acompanhados 151 servidores de todo o Estado, além de terem sido realizadas 79 intervenções psicológicas decorrentes dos trabalhos realizados pela Seção Psicossocial Organizacional. Ainda, foram realizados dois trabalhos em grupo na Comarca da Capital, sendo um deles o Programa de Desenvolvimento de Relações Interpessoais e o outro o Grupo Vivencial Florescer. Por fim, foram realizadas 2 intervenções decorrentes do Acompanhamento de Estágio Probatório e 10 intervenções in loco decorrentes do Programa de Acompanhamento do Desempenho dos servidores.

Cumpre destacar, ainda, a realização de 2 edições do Programa de Preparação para Aposentadoria, com a participação total de 60 servidores. O Programa de Preparação para a Aposentadoria tem como objetivo oportunizar momentos de reflexão, elaboração da transição e concepção de projetos aos servidores que estejam próximos da aposentadoria. Busca-se, assim, oferecer um apoio para se pensar a vida após o desligamento do trabalho, quebrar o antigo paradigma de que a aposentadoria é o tempo da ociosidade e fomentar a visão de que esse é o tempo de transformar sonhos em projetos.

Como se observa, as atividades desenvolvidas por esta Diretoria, especificamente no tocante ao provimento de cargos vagos (decorrentes de aposentadoria e remoção) e às ações de desenvolvimento de pessoas, o conhecido cenário de crise econômica e de restrições financeiras, que enseja a realização de constantes contingenciamentos, afetou a realização dos trabalhos.

O valor previsto na Lei Orçamentária Anual para realização das ações de desenvolvimento de pessoas foi de R\$ 809.171,00. Ao final do exercício, apurou-se o valor efetivamente investido de R\$80.701,00.

## 9. MATERIAL E PATRIMÔNIO

Dentre as atividades realizadas no ano de 2016, ressalta-se o acompanhamento do Plano de Licitação Institucional – PLI, lançado em 2015, cujo objetivo inicial era o de ter conhecimento acerca de qual o volume de contratações públicas que aportariam na Diretoria e os prazos a que estavam vinculadas, para fins de organização dos recursos disponíveis, frente às demandas elencadas. Os dados colhidos até o momento impulsionaram ações destinadas ao gerenciamento das atividades e prazos internos, enfatizando-se as de agrupamento de maior número de itens em uma mesma licitação. O ano de 2016 se encerra com a conclusão da nova versão do PLI, abarcando, agora, as atividades atinentes a cada tipo de contratação, considerando a complexidade dos objetos e se devem ser tratados de forma excepcional, em decorrência do ineditismo da contratação ou se é contratação recorrente deste PJSC.

Somente no ano de 2016 foram supervisionadas 2.015 lotações (unidades administrativas reguladas pela Resolução nº 9/2013-GP), as quais abrigam o total de 494.433 bens permanentes. Foram incorporados 22.470 bens, dentre eles 5 imóveis, sendo o restante bens móveis permanentes. Quanto aos bens inativos, foram baixados 12.544 bens, dentre eles 5 imóveis, sendo o restante bens móveis permanentes.

O controle patrimonial é uma exigência constitucional prevista no art. 58 da Constituição do Estado de Santa Catarina, disciplinado pela Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, entre os anos 2014 e 2016 foram mais de 800 processos administrativos analisados. Dentre eles a destacar as auditorias patrimoniais e os inventários realizados nas 79 lotações do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, cujas metodologias e procedimentos foram se desenvolvendo para perfectibilização da guarda patrimonial.

Empreendeu-se, ainda, visando à melhoria dos fluxos dos processos administrativos e redução dos prazos de tramitação de processos, tendo como grande ganho deste exercício a tramitação eletrônica dos processos de termos aditivos e pagamentos de contratos. Passou-se a celebrar termos aditivos unilaterais, nos casos previstos em lei. A tramitação digital dos processos de pagamentos também trouxe benefícios para os fornecedores, que tiveram seus prazos médios de recebimento reduzidos.

A adoção de Atas de Registro de Preços para fornecimento de bens, e de Contratos para a prestação de serviços, foi uma melhoria cujos resultados vêm sendo colhidos pela Divisão de Almoxarifado (e por todas as Unidades Requisitantes), ensejando que as demandas por processos licitatórios de fornecimento sejam iniciadas durante todo o ano e não mais concentradas no final do exercício (porque antes vinculados à vigência dos créditos orçamentários).

Foi um ano de inovação quanto à utilização do Pregão Eletrônico - em detrimento do presencial - para as contratações de serviços continuados de terceirização de mão de obra, com sucesso desde a primeira licitação, em setembro de 2016, em que compareceram 27 empresas interessadas. A meta do PJSC até agosto de 2014 era a de realizar 50% de todos os Pregões na forma eletrônica, tendo sido obtido o resultado de 98% em 2016.

A utilização crescente do Credenciamento como forma de contratação de serviços que possam ser prestados por todas as empresas previamente cadastradas tem se

demonstrado prática eficiente e possibilita a pulverização das contratações, mantido o mesmo preço, independentemente da empresa contratada. Foram objeto de credenciamento, neste ano, além dos serviços de leiloeiros e perícias médicas, já vigentes desde 2014 e 2015, respectivamente, o Serviço Móvel Pessoal (SMP) – modem e aparelhos celulares, e o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) - Conexão à Internet Banda Larga Fixa (todos disponíveis em <http://www.tjsc.jus.br/licitacoes-contratos-e-fornecedores>).

O leilão de veículos inservíveis foi realizado, pela primeira vez, com praxeamento presencial e eletrônico simultâneos, e obteve êxito para a reversão, aos cofres públicos, do valor de R\$ 405.800,00 (+ 37,18% sobre valor da avaliação inicial), em decorrência da alienação de 26 (vinte e seis) veículos.

Estudos na área de licitações, contratos e gestão patrimonial indicam, para 2017, sugestões de: a) adoção do Credenciamento para doação de bens inservíveis; b) adoção de processo simplificado de contratações por inexigibilidade de licitação abaixo de R\$ 8.000,00 (duplo enquadramento – dispensa em função de valor e inexigibilidade); c) implantação da Requisição de Compras Eletrônica (Dispensa de valor – até R\$ 15.000,00 ou até R\$ 8.000,00); d) utilização, a partir do início de 2017, de SPA para todos os pagamentos de Atas de Registro de Preços, de empenhos ordinários em parcela única e Requisições de Compras; e e) acompanhamento diário de prazos e atividades, pelo servidor da Divisão de Licitação e Compras Diretas especialmente designado, desde o planejamento da licitação até a entrega da contratação à Unidade Requisitante.

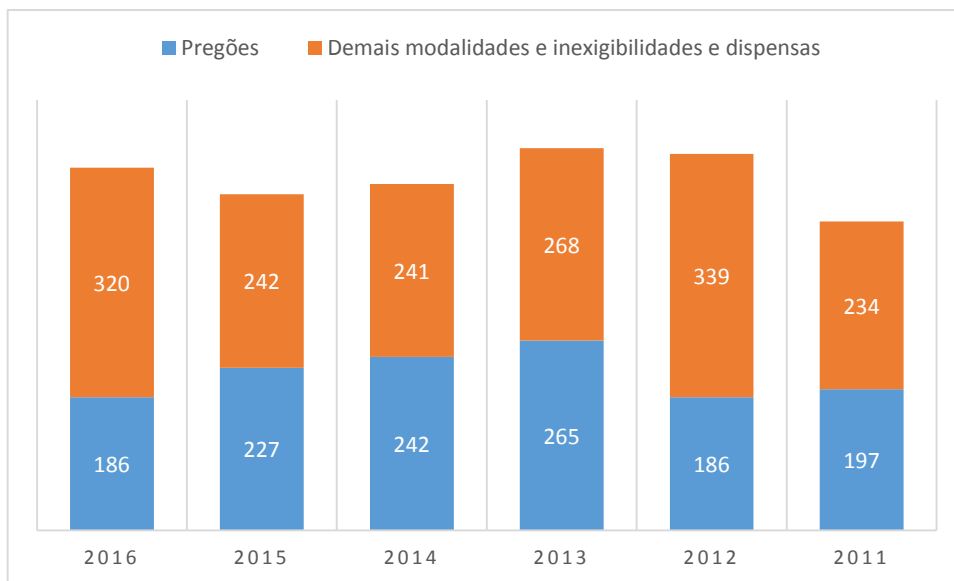
## Dados estatísticos

Tabela 1 – Procedimentos realizados

|                                                                  |                       | 2016       | 2015       | 2014       | 2013       | 2012       | 2011       |
|------------------------------------------------------------------|-----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Concorrências                                                    |                       | 2          | 4          | 7          | 14         | 12         | 20         |
| Tomadas de Preço                                                 |                       | 13         | 8          | 9          | 36         | 52         | 50         |
| Convites                                                         |                       | 4          | 1          | 0          | 0          | 18         | 14         |
| Dispensas de Licitação<br>(EXCETUADOS os incisos I e II, art 24) | Dispensa Emergencial  | 17         |            |            |            |            |            |
|                                                                  | Dispensa (Inciso XII) | 156        | 73         | 37         | 42         | 42         | 51         |
|                                                                  | Demais Dispensas      | 19         |            |            |            |            |            |
| Inexigibilidades de Licitação                                    |                       | 104        | 131        | 138        | 144        | 149        | 77         |
| Credenciamento                                                   |                       | 3          | 1          | 1          |            |            |            |
| Leilões                                                          |                       | 2          | 1          | 2          | 1          | 1          | 1          |
| Pregões                                                          | Presenciais           | 4          | 29         | 242        | 265        | 186        | 197        |
|                                                                  | Eletrônicos           | 182        | 198        |            |            |            |            |
| Modalidade ainda não definida                                    |                       |            | 23         | 47         | 31         | 65         | 21         |
| <b>Total de procedimentos licitatórios</b>                       |                       | <b>506</b> | <b>469</b> | <b>483</b> | <b>533</b> | <b>525</b> | <b>431</b> |

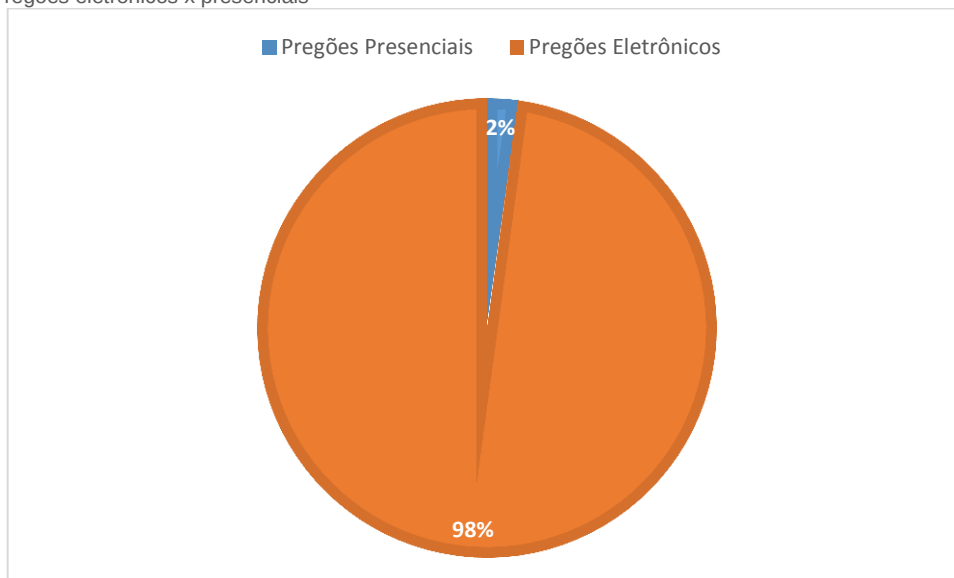
Fonte: Diretoria de Material e Patrimônio

Gráfico 1 – Modalidades



Fonte: Diretoria de Material e Patrimônio

Gráfico 2 – Pregões eletrônicos x presenciais



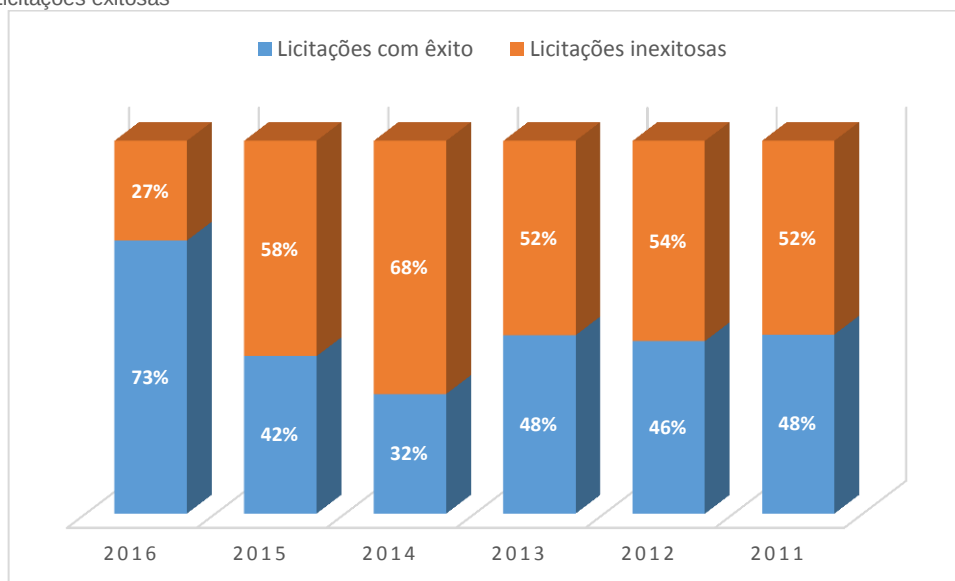
Fonte: Diretoria de Material e Patrimônio

Tabela 2 – Situação dos procedimentos licitatórios

|                                            | 2016       | 2015       | 2014       | 2013       | 2012       | 2011       |
|--------------------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| <b>Licitações ainda não concluídas</b>     | 74         | 220        | 294        | 223        | 226        | 180        |
| <b>Licitações com êxito</b>                | 257        | 198        | 155        | 255        | 243        | 207        |
| Licitações canceladas                      | 8          | 12         | 11         | 26         | 31         | 21         |
| Licitações desertas                        | 2          | 25         | 19         | 22         | 17         | 14         |
| Licitações fracassadas                     | 5          | 13         | 4          | 7          | 6          | 6          |
| Licitações revogadas                       | 3          | 1          | 0          | 0          | 1          | 0          |
| Licitações anuladas                        | 2          | 0          | 0          | 0          | 1          | 3          |
| <b>Total de procedimentos licitatórios</b> | <b>351</b> | <b>469</b> | <b>483</b> | <b>533</b> | <b>525</b> | <b>431</b> |

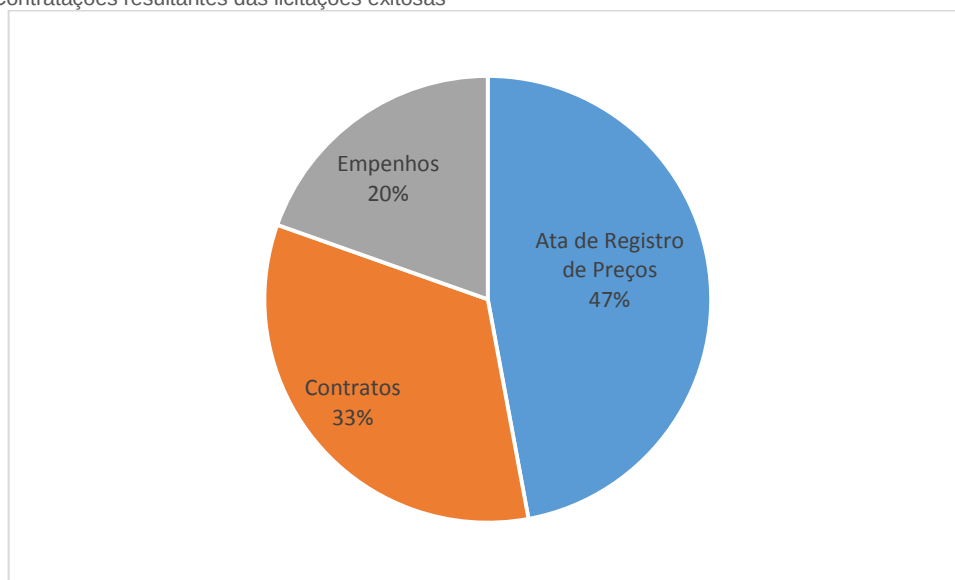
Fonte: Diretoria de Material e Patrimônio

**Gráfico 3 – Licitações exitosas**



Fonte: Diretoria de Material e Patrimônio

**Gráfico 4 – Contratações resultantes das licitações exitosas**



Fonte: Diretoria de Material e Patrimônio

## 10. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, tem como missão principal a efetivação das políticas de informatização, assegurando soluções adequadas de tecnologia da informação aos seus usuários.

Compete à DTI a gestão da tecnologia da informação, relativa às áreas de pesquisa, desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias de informação (TI), o provisionamento de novos sistemas, bem como a manutenção dos sistemas legados, manutenção de equipamentos e canais de comunicação, a disseminação do conhecimento sobre a utilização da informática, a prestação de suporte em todas as unidades organizacionais do PJSC, e a prestação de suporte nos sistemas SAJ.

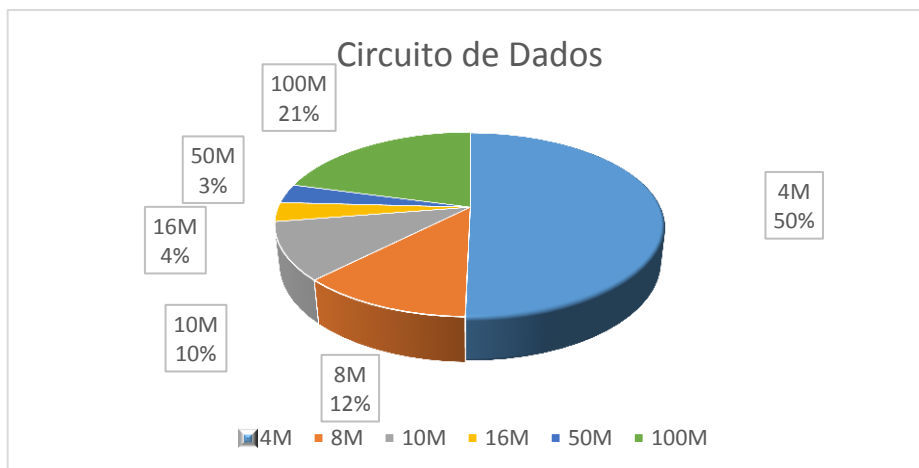
Caracteriza-se ainda pelo assessoramento técnico ao Conselho Gestor de Tecnologia da Informação – CGInfo, na definição de estratégias e políticas para o uso da TI, no âmbito do Poder Judiciário catarinense – PJSC, de modo a assegurar o alinhamento de TI com as demandas internas e externas; a segurança das informações e a atualização tecnológica.

### PARQUE TECNOLÓGICO SOB GESTÃO DA DTI

| Detalhamento da infraestrutura tecnológica física e lógica do PJSC                                                                                                                                            |  |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| CPD                                                                                                                                                                                                           |  |
| Sala cofre com certificação NBR-15247, com proteção contra incêndio, inundações e arrombamento, sistema de combate a incêndio, controle de acesso biométrico e câmeras e dois no-breaks redundantes de 120kva |  |
| 32 servidores físicos com 768 processadores e 4,5 TB de memória                                                                                                                                               |  |
| 360 servidores virtuais                                                                                                                                                                                       |  |
| Servidores de armazenamento com 120 TB                                                                                                                                                                        |  |
| Servidores de banco de dados com 672 processadores e 6,5 TB de memória, com 80 TB de armazenamento                                                                                                            |  |
| 2 servidores de backup em disco                                                                                                                                                                               |  |
| 1 servidor de backup em fita                                                                                                                                                                                  |  |
| 9.998 ramais públicos para efetuar e receber ligação externa diretamente                                                                                                                                      |  |

| Equipamento        | Quantidades |
|--------------------|-------------|
| MICROCOMPUTADOR    | 12.632      |
| ULTRABOOK/NOTEBOOK | 1.309       |
| IMPRESSORAS        | 2.128       |
| MULTIFUNCIONAIS    | 1.821       |
| SCANNER            | 1.176       |
| MONITORES          | 23.695      |
| TOTAL              | 42.761      |

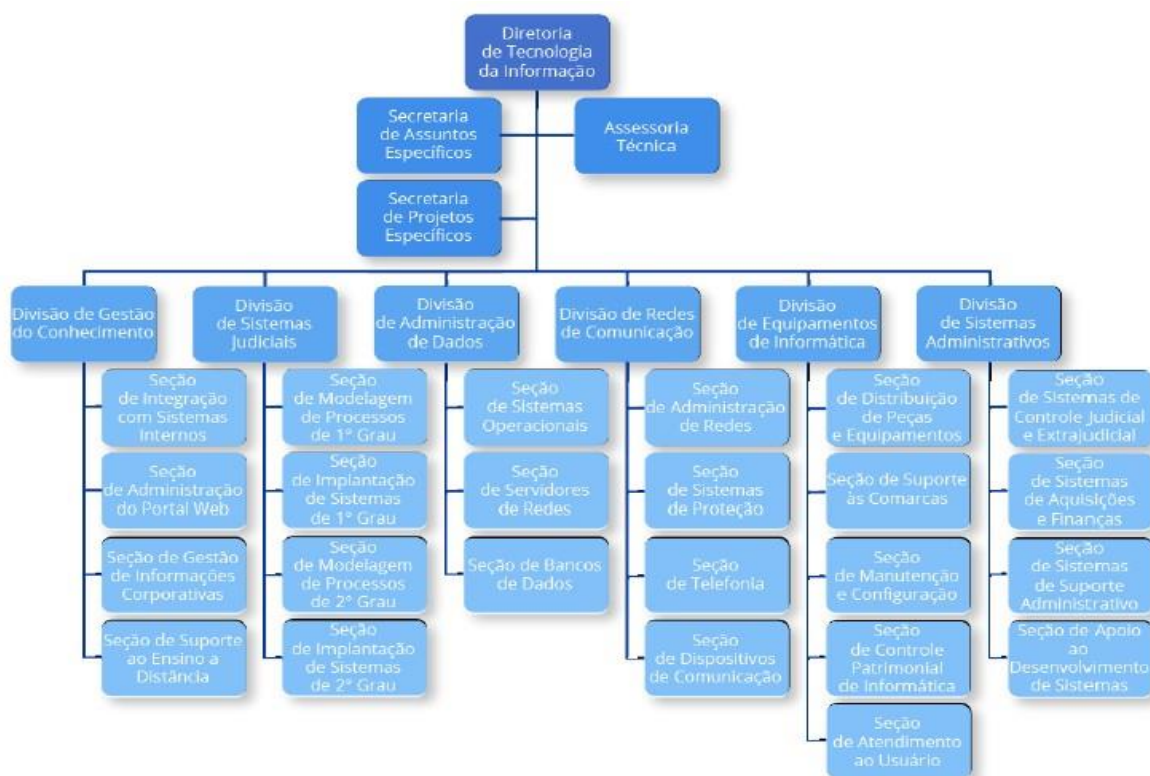
**Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação**



**Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação**

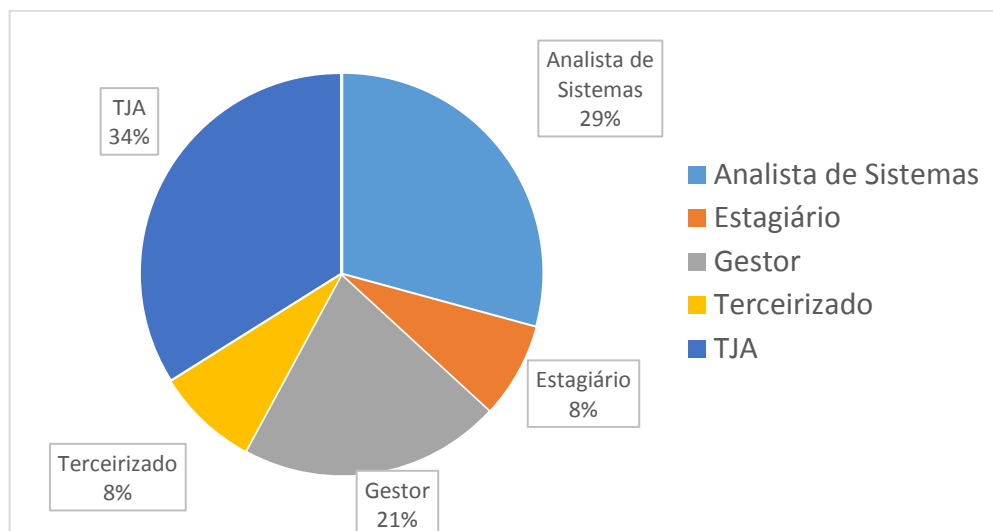
## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional da diretoria atualmente tem a seguinte composição:



## QUADRO DE PESSOAL

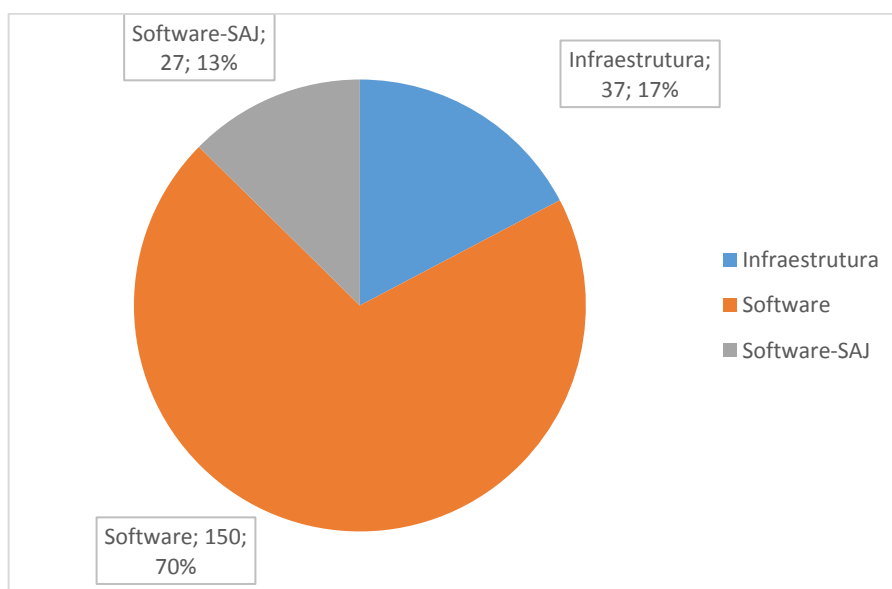
Composto por 171 colaboradores, tem atualmente a seguinte composição:



Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação

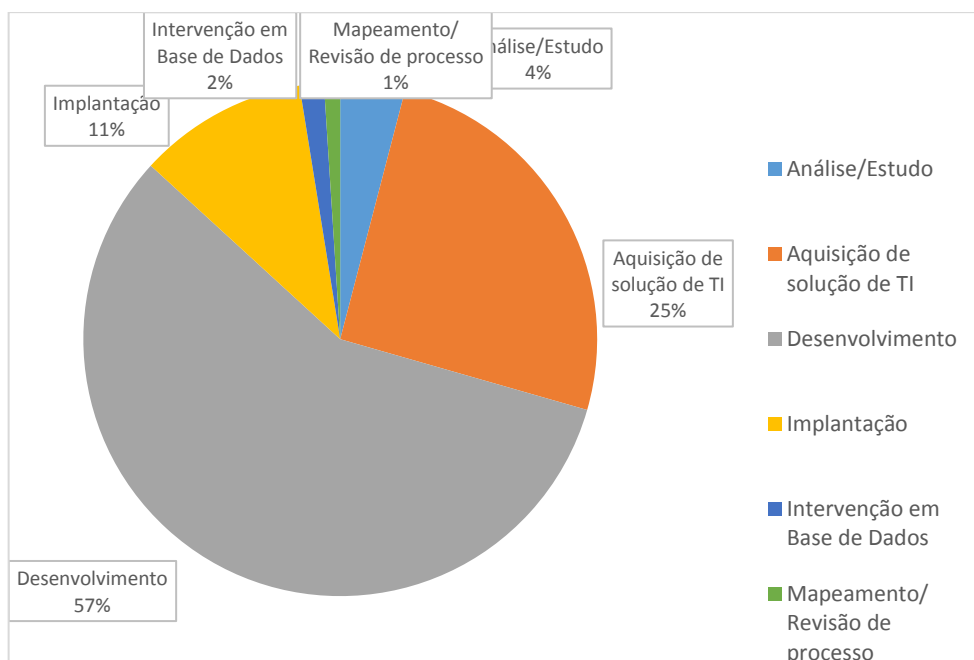
## PROJETOS EM ANDAMENTO

Estão em execução 214 projetos com a seguinte configuração:



Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação

## Segmentação dos projetos da DTI

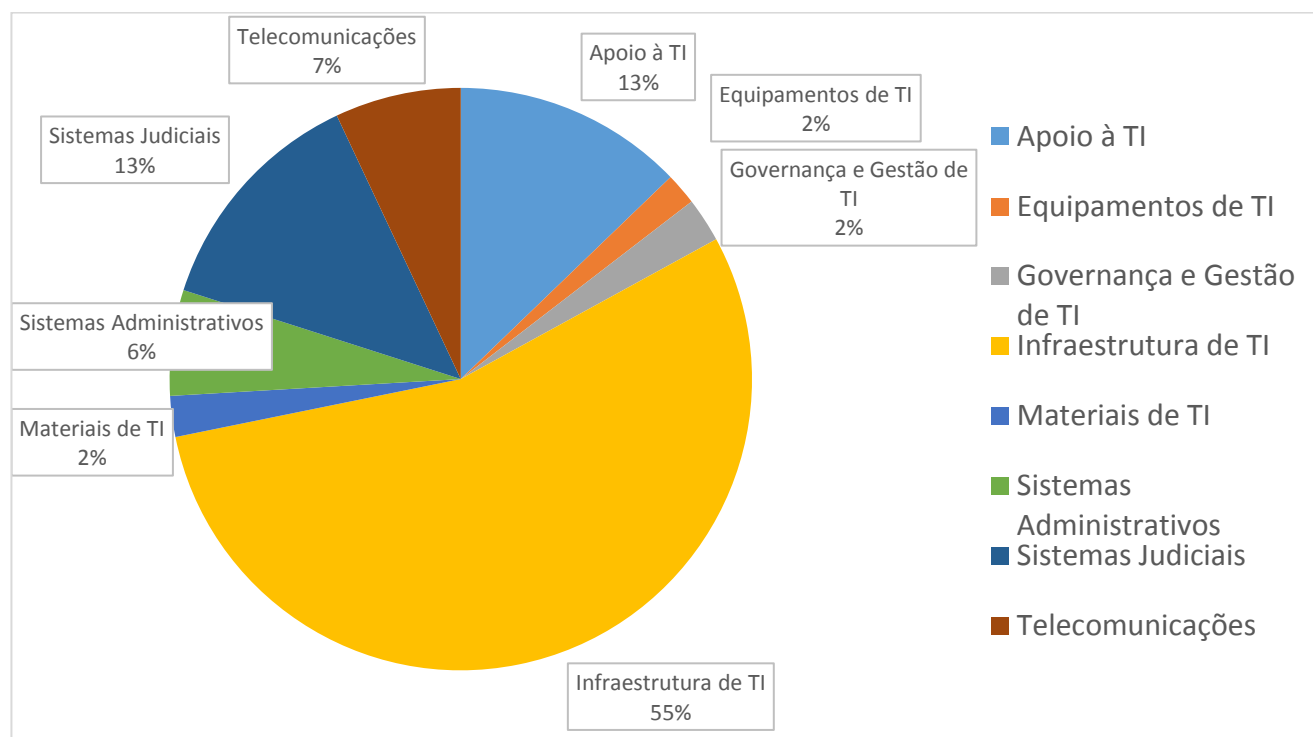


Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação

## ORÇAMENTO

A execução dos 214 projetos consumiram um orçamento anual de R\$103.602.520,49.

### Segmentação do orçamento



Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação

## GOVERNANÇA

A gestão desse quantitativo de colaboradores, projetos e contratos, bem como do volume de recursos orçamentários, só é possível pelo processo de governança de TI atualmente executado pela Diretoria, que, apoiado na sua estrutura organizacional e operacional, tem o objetivo de levar a efeito as diretrizes estabelecidas em consonância com pelo CGInfo-Conselho Gestor de Tecnologia da Informação.

Referido processo de governança está apoiado nos direcionamentos da Estratégia nacional de TI do Poder Judiciário – Entic-Jud, impostos por meio das Resoluções n. 182/2013 e 211/2015, do CNJ. Referida estratégia nacional está estruturada em ações orientadas à melhoria da governança e gestão de TI, padrões de desenvolvimento e sustentação de sistemas de informação, infraestrutura tecnológica e gestão de pessoas.

Para dar suporte à realização dos diversos projetos, buscou-se investir na renovação e ampliação permanente da estrutura de tecnologia, considerando-se hardware e software, com a manutenção de uma política sistemática de aquisição e renovação de todo parque tecnológico e desenvolvimento ou aquisição de sistemas, possibilitando a melhoria da prestação dos serviços ao cidadão.

A evolução da governança de TI foi uma das ações prioritárias conduzidas em 2016 pelo gabinete do diretor, atendendo as diretrizes e determinações dispostas.

Das ações dispostas no plano de trabalho proposto para 2016 pelo Entic-Jud, destaca-se a elaboração do seu Planejamento Estratégico<sup>1</sup>, da Política de Segurança da Informação, do plano anual de capacitação e a adequação dos processos de aquisições de bens e contratações de serviços de TI com as diretrizes estabelecidas pelo CNJ.

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://www.tjsc.jus.br/web/gestao-estrategica/planejamento-estrategico-de-tecnologia-da-informacao>.

## LICITAÇÕES

O citado investimento na renovação e ampliação da estrutura de tecnologia, considerando-se hardware e software, pode ser percebido por meio das licitações realizadas, e em andamento, ao longo do ano de 2016. São elas:

### HOMOLOGADAS EM 2016

| <b>Objeto</b>                                                                                                                                                                                                  | <b>Valor Global Estimado (R\$)</b> | <b>Modalidade</b> | <b>Nº da Licitação</b> | <b>Data da homologação</b> |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|-------------------|------------------------|----------------------------|
| <b>Aquisição de certificados digitais</b>                                                                                                                                                                      | 445.298,33                         | Pregão Eletrônico | 033/2016               | 22/03/2016                 |
| <b>Aquisição de suprimentos de Informática</b>                                                                                                                                                                 |                                    | Pregão Eletrônico | 149/2016               | 22/08/2016                 |
| <b>Aquisição de suprimentos Samsung</b>                                                                                                                                                                        | 321.600,00                         | Dispensa          | 125/2016               | 22/04/2016                 |
| <b>Contratação de serviço de banda larga fixa para conexão à internet</b>                                                                                                                                      | 1.784.664,00                       | Inexigibilidade   | 132/2016               | 09/05/2016                 |
| <b>Contratação de serviços de emissão de certificado digital padrão ICP-Brasil, tipo A3, com validade de 36 meses e com fornecimento de dispositivo "token" USB para armazenamento de certificado digital.</b> |                                    | Dispensa          | 063/2016               | 23/02/2016                 |
| <b>Contratação de sistema de Web Gestão Tributária</b>                                                                                                                                                         | 9.588,00                           | Inexigibilidade   | 163/2016               | 20/07/2016                 |
| <b>Credenciamento de empresas para prestação de serviços continuados de conexão móvel à Internet (serviço móvel pessoal - SMP), com fornecimento de modem em regime de comodato.</b>                           | 489.759,75                         | Inexigibilidade   | 001/2016               |                            |
| <b>Dispensa de licitação, art. 24, X, da Lei 8.666/2016, para contratação da Compwire Informática S/A em virtude da rescisão no SPA 6493/2016</b>                                                              | 1.498.700,00                       | Dispensa          | 162/2016               | 09/06/2016                 |
| <b>Licenças Adobe</b>                                                                                                                                                                                          | 87.844,50                          | Pregão Eletrônico | 032/2016               | 26/02/2016                 |
| <b>Solução em manutenção de scanners e digitalizadora de microfilmes</b>                                                                                                                                       | 161.128,20                         | Pregão Eletrônico | 043/2016               |                            |
| <b>Suporte técnico aos servidores de armazenamento de dados e de conteúdo.</b>                                                                                                                                 | 402.000,00                         | Pregão Eletrônico | 210/2016               | 21/09/2016                 |
| <b>Suporte técnico aos servidores de bancos de dados e de backup.</b>                                                                                                                                          | 1.545.180,51                       | Inexigibilidade   | 140/2016               | 08/06/2016                 |

|                                                                                       |              |                   |          |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------|--------------|-------------------|----------|------------|
| Switches gerenciáveis                                                                 | 1.681.915,60 | Pregão Eletrônico | 005/2016 | 07/04/2016 |
| Telefonia móvel pessoal com fornecimento de aparelhos celulares em regime de comodato |              |                   | 278/2016 |            |

Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação

**INICIADAS EM 2016**

| <b>Objeto</b>                                                                                                                          | <b>Valor Global Estimado (R\$)</b> | <b>Modalidade</b> | <b>Nº da Licitação</b> |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|-------------------|------------------------|
| <b>Aquisição de licenças Liferay</b>                                                                                                   |                                    | Pregão Eletrônico | 273/2016               |
| <b>Aquisição de telefones</b>                                                                                                          |                                    | Pregão Eletrônico | 288/2016               |
| <b>Ata registro de preços, pelo prazo de doze meses, de gateway de voz 32 portas FXS</b>                                               |                                    | Pregão Eletrônico | 268/2016               |
| <b>Contratação da extensão da garantia da solução de monitoramento de desempenho da rede do PJSC</b>                                   | 1.025.641,93                       | Pregão Eletrônico | 083/2016               |
| <b>Contratação STFC (Serviço Telefônico Fixo Comutado).</b>                                                                            |                                    | Pregão Eletrônico | 279/2016               |
| <b>Expansão da capacidade total de armazenamento do storage VNX5400.</b>                                                               |                                    | Pregão Eletrônico | 274/2016               |
| <b>Scanner de microfilmes com software de captura, instalação, treinamento, com garantia e assistência técnica on site de 36 meses</b> | 123.713,25                         | Pregão Eletrônico | 003/2016               |

**Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação**

Dos projetos e atividades desenvolvidos pela área de TI no exercício de 2016, destacamos os seguintes, agrupados pelos temas Sistema Judicial, Infraestrutura (Telefonia, Rede, Segurança, Banco de dados), e Equipamentos.

Em cada etapa, em cada atividade, buscou-se agregar valor aos serviços oferecidos pelo Poder Judiciário catarinense, seja pelo desenvolvimento de novas soluções, atualização ou mesmo pela manutenção e suporte de softwares, no ideal de atender sempre mais e melhor tanto usuários internos quanto externos, sendo o serviço gratuito ou não.

## PROJETOS EXECUTADOS

| TIPO             | PROJETO                                                                                                                                                   | AÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| SISTEMA JUDICIAL | Projeto IPE-SG - Implantação do Processo Eletrônico 2º grau                                                                                               | Implantação no TJSC                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|                  |                                                                                                                                                           | Migração do SAJ3/SG para o SAJ5/SG                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|                  |                                                                                                                                                           | Migração completa dos processos do SAJ3/SG para o SAJ5/SG                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|                  |                                                                                                                                                           | Capacitação de 932 usuários do TJSC                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|                  |                                                                                                                                                           | Configurações no SAJ5/SG para criar no sistema e viabilizar a sua utilização pela nova Câmara de Agravos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|                  | SISDPA - Sistema de Desarquivamento de Processos arquivados administrativamente; Desenvolvimento e implantação de sistema para a exclusão de arquivamento | Desenvolvimento e implantação de sistema para a exclusão de arquivamento e solicitações de arquivamento no SAJ/ARC, devido a mudança na resolução para processos arquivados administrativamente                                                                                                                                                                                                                                                  |
|                  | CECEM - Compartilhamento de Exceção das Centrais de Mandados                                                                                              | Implantação do Compartilhamento de Exceção das Centrais de Mandados na Comarca do Continente                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| TELEFONIA        | INOVA - Instalação da 4ª Vara de Caçador                                                                                                                  | Implantação das configurações para viabilizar no SAJ5/PG a implantação da 4ª Vara da Família, Infância e Juventude, Idosos, Órfãos e Sucessões na Comarca de Caçador. Migração dos processos do Juizado Especial Cível que tramitavam na 2ª Vara Cível migraram para a 1ª Vara Cível, e migração dos processos de família, infância e juventude, sucessões, fundações, provedoria/resíduos que tramitavam na 1ª Vara Cível para nova vara criada |
|                  | Escritório Digital do CNJ e Servidores MNI do TJSC                                                                                                        | Implantação do Escritório Digital do CNJ no TJSC, permitindo a consulta dos processos do Poder Judiciário Catarinense a partir do Escritório Digital                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|                  | Unificação das varas de execução fiscal (virtuais e oficiais - DTRs)                                                                                      | Migração dos processos que tramitam nas Varas Virtuais de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais, para a vara oficial                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|                  | Dispositivos Móveis                                                                                                                                       | <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Nova Licitação para os serviços de modem;</li> <li>○ Nova licitação de telefonia móvel, agregando novos serviços e atendendo novas demandas;</li> <li>○ Nova licitação de banda larga na modalidade empreitada por consumo através de credenciamento</li> </ul>                                                                                                                                         |
|                  | Serviços de Telefonia                                                                                                                                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Aprimoramento dos serviços de telefonia, melhorando a detecção de problemas, novas estruturas de contingência, melhoria dos serviços de gestão;</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                              |

|           |                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-----------|---------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| REDE      | Administração de Redes          | <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Implantação do ASN do Tribunal de Justiça, com adequação para recepcionar o segundo link de internet para dar garantia de continuidade dos serviços – em fase adiantada de estudos para nova contratação para adequação serviço de internet;</li> <li>○ Aquisição de <i>switches</i> de borda e <i>backbone</i> para atendimento as Comarcas e aperfeiçoamento da rede interna do Tribunal de Justiça;</li> <li>○ Renovação da ferramenta de monitoramento de rede, possibilitando dar visibilidade a estrutura de rede;</li> <li>○ Contratação 21 novos pontos de Interconexão de fibra com o CIASC;</li> <li>○ Migração do resquício das redes antigas 172.x.x.x para novo endereçamento IP;</li> <li>○ Suporte remoto a problemas de rede das comarcas e das unidades do TJSC;</li> <li>○ Configuração dos equipamentos de redes;</li> <li>○ Análise do desempenho de aplicações, utilizando-se da solução integrada para monitoramento do desempenho da rede;</li> <li>○ Elaboração de estudos para troca da rede <i>wireless</i> do TJSC;</li> <li>○ Em estudos nova estrutura de rede de dados para as Comarcas;</li> <li>○ Em estudos solução para links redundantes para as Comarcas;</li> <li>○ Em estudos solução para gerenciamento de <i>links</i> para as Comarcas;</li> </ul>                                                          |
| SEGURANÇA | Firewall - Sistemas de Proteção | <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Implantação do novo firewall para gerenciar e proteger o tráfego interno e externo da rede do TJSC, trata até 6TB de dados diariamente;</li> <li>○ Foi ativada no firewall e está pronta para uso a nova faixa de IPs externa própria do TJSC (ASN – autonomous system number) que permitirá o uso de IPs externos válidos diretamente nos servidores de aplicação externos;</li> <li>○ Integração do firewall com o Microsoft AD, já permite identificar o usuário originador do tráfego de quase 7000 usuários simultâneos que utilizam a rede do TJSC diariamente;</li> <li>○ Link VPN da UPC com a sede do TJSC teve capacidade aumentada de 100Mbps para 1Gbps, desafogando a demanda de tráfego que estava no limite desde antes da chegada da DGP;</li> <li>○ Migração de todos os links VPN do antigo concentrador VPN para o novo firewall;</li> <li>○ PDDE do SAJ está atendendo mais 1.000.000 solicitações/semana com picos de até 30.000 no período de 1h;</li> <li>○ Novas melhorias nas configurações do firewall estão em andamento para aumentar a segurança no acesso a sites externos e dar mais agilidade e flexibilidade no atendimento das liberações de acesso;</li> <li>○ Migração, nas estações de trabalho, para a nova versão do antivírus OfficeScan (versão 12), a qual já atingiu 52% das máquinas do PJSC.</li> </ul> |
|           | Segurança Portal                | <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Elaboração de procedimentos para a clonagem do ambiente de produção para um ambiente de homologação, visando a realização de testes de desenvolvimento e de soluções antes de colocar no ar (em produção) para todo o público;</li> <li>○ Tratamento específico para os parâmetros de pesquisa informados pelo usuário para evitar possíveis problemas de injeção de códigos maliciosos;</li> <li>○ Atualização e ajustes nos scripts (códigos) de início, parada e reinício da ferramenta de portal diminuindo ao máximo o tempo necessário para a aplicação das alterações;</li> <li>○ Aquisição de novas licenças e a renovação do suporte técnico da ferramenta de portal, visando a ampliação da infraestrutura para possibilitar a criação de novos sub-portais;</li> <li>○ Definição e atribuição de papéis e permissões para editores de conteúdo da equipe</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |

|                |                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|----------------|--------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                |                          | <p>técnica do portal, da equipe de gestão/moderação e dos responsáveis pelos conteúdos (em andamento);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>o Realização de testes de acesso (utilizando novas versões de sistemas operacionais e dos principais navegadores web) aos portais do PJSC e o constante desenvolvimento de ajustes e correções de forma a garantir a correta exibição dos conteúdos do portal nas mais diversas plataformas tecnológicas;</li> <li>o Configuração de uma ferramenta de gestão dos logs de acesso ao portal para evitar possível sobrecarga e indisponibilidade momentânea.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|                | Segurança portal ESAJ    | <ul style="list-style-type: none"> <li>o Ativação do SSL;</li> <li>o Ativação da prevenção de ataques e robôs;</li> <li>o Melhorias no monitoramento proativo Dynatrace;</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                | AD - MS Active Directory | <ul style="list-style-type: none"> <li>o Conclusão da migração de pastas de trabalho dos servidores legados <i>Samba</i> para o Windows Fileserver;</li> <li>o Melhorias na segurança dos servidores de aplicação com a aplicação de políticas de acesso;</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| BANCO DE DADOS |                          | <ul style="list-style-type: none"> <li>o Substituição de 29 servidores das comarcas;</li> <li>o Instalação e configuração de 4 novos servidores, ampliando a capacidade de processamento e memória do ambiente de virtualização;</li> <li>o Implantação do novo ambiente de backup, novo software e novo <i>appliance</i> de backup em disco;</li> <li>o Implantação do monitoramento proativo <i>Zabbix</i> para as Comarcas e servidores do AD;</li> <li>o Migração de servidores e aplicações do storage <i>Clariion</i> visando o desligamento de equipamento obsoleto;</li> <li>o Processo de baixa e doação de diversos equipamentos defasados tecnologicamente e inservíveis ao Poder Judiciário;</li> <li>o Licitação para ampliação em +90 TB da capacidade do storage VNX5400;</li> <li>o Novos contratos de serviço de suporte aos servidores e <i>storages</i>;</li> <li>o Redundância de backup entre os ambientes não-SAJ, como SIDEJUD com backup e logs de bancos replicados no CIASC;</li> <li>o Migração do Workflow para um ambiente mais robusto e confiável.</li> <li>o Melhorias na infraestrutura do DJE e disponibilização de nova versão;</li> <li>o Apoio às equipes em diversos sistemas entregues durante o ano;</li> </ul> |
| EQUIPAMENTOS   | Estudos técnicos         | <ul style="list-style-type: none"> <li>o Baterias p/ Nobreak 3Kva e 5Kva;</li> <li>o Cartuchos e toners coloridos;</li> <li>o Digitalizadora de Microfilmes e Microfichas;</li> <li>o Manutenção de Scanner;</li> <li>o Materiais de rede (conectores, patch cords, divisores, etc);</li> <li>o Microcomputadores;</li> <li>o Monitores de vídeo;</li> <li>o Notebook para CGJ e Plantões Judiciais;</li> <li>o Software para Central de Serviços;</li> <li>o Certificado Digital;</li> <li>o Peças e acessórios (hd, memória, placas, fones de ouvido, etc);</li> <li>o Leitor biométrico (controle de apenados).</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |

Para viabilizar alguns dos projetos acima, foram distribuídos os seguintes equipamentos:

| DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS 2016 | Quantidade   |
|----------------------------------------------|--------------|
| MICROCOMPUTADORES                            | 296          |
| MONITORES                                    | 880          |
| NOBREAKS                                     | 434          |
| IMPRESSORAS                                  | 207          |
| MESAS DE SOM                                 | 78           |
| MICROFONES                                   | 134          |
| EMIÇÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS              | 2516         |
| ULTRABOOK/NOTEBOOK                           | 35           |
| SCANNERS                                     | 198          |
| <b>TOTAL</b>                                 | <b>4.748</b> |

**Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação**

## SERVIÇOS PRESTADOS

Dos serviços prestados pela DTI, para os públicos externo e interno, tem-se um mapa resumo dos principais serviços com as quantidades referentes ao ano de 2016, bem como um descritivo de algumas ações implementadas voltadas à melhoria desses.

| SERVIÇO                                                 | Quantidade                                                                                                                                                                                                                          |
|---------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Sistemas relativos ao 1º Grau (PG)                      | 18 sistemas                                                                                                                                                                                                                         |
| Sistemas relativos ao 2º Grau (SG)                      | 22 sistemas                                                                                                                                                                                                                         |
| Peticionamentos por meio do portal e-SAJ (média diária) | mais de 13.000                                                                                                                                                                                                                      |
| Portal institucional                                    | Média diária de 110.902 acessos                                                                                                                                                                                                     |
| Diário da Justiça eletrônico                            | 305.000 matérias publicadas;<br>500.000 acessos em 2016                                                                                                                                                                             |
| Portal da Jurisprudência catarinense                    | 1,4 milhões de documentos;<br>600.000 acessos em 2016                                                                                                                                                                               |
| Sistema Hermes – Malote Digital                         | 751.000 documentos encaminhados                                                                                                                                                                                                     |
| Sistema de Processos Administrativo – SPA               | 47 mil processos já criados;<br>410.000 documentos emitidos;<br>364 setores habilitados;<br>1.200 usuários habilitados;<br>451 assuntos distintos habilitados para tramitação;<br>Autuação de 82% dos processos em meio eletrônico. |
| Atendimento de chamados                                 | 30.000 chamados referentes a incidentes dos sistemas SAJ-PG e SAJ-SG.                                                                                                                                                               |

**Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação**

## Público Externo

| SERVIÇO                            | AÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                              | IMPACTO |
|------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| Sistema de Automação do Judiciário | 397 atualizações de versões do SAJ testadas e atualizadas em ambiente de produção em 2016, sendo: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ 213 versões do SAJ para o Primeiro Grau;</li> <li>○ 86 versões do SAJ para o TJSC; e</li> <li>○ 98 versões do SAJ para as Turmas Recursais;</li> </ul> | ○       |
|                                    | 625 ações de melhorias, ajustes e correções nas configurações do sistema SAJ                                                                                                                                                                                                                      |         |
|                                    | 700 chamados de atendimentos especializados de suporte técnico de 2º nível                                                                                                                                                                                                                        |         |
|                                    | 112 especificações de requisitos aprovadas para melhorias                                                                                                                                                                                                                                         |         |

Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação

## Público Interno

| SERVIÇO                                          | AÇÃO e IMPACTO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|--------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Diário da Justiça eletrônico – DJE               | Lançamento da versão multicadernos                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Portal da Academia Judicial                      | Realização de 23 cursos na modalidade EaD                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Sistema de Processos Administrativo - SPA        | 134 horas de capacitação direcionadas a 470 servidores                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Busca textual                                    | Desenvolvimento de nova versão da ferramenta                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Sistema de Envio de Recursos ao STF - SER        | Desenvolvimento de nova versão do sistema                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Sistema de Envio de Recursos ao STJ - iSTJ       | Adequações na versão do sistema decorrentes da implantação do processo eletrônico                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Sistema Push – TJSC                              | Adequações na versão do sistema decorrentes da implantação do processo eletrônico                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Sistema de Gestão Acadêmica da Academia Judicial | Melhorias no sistema                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| Ensino a distância                               | Evolução do Ambiente Virtual de Aprendizagem                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Portal do Poder Judiciário de Santa Catarina     | Implantação de melhorias                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Sub-portais                                      | Criação e reorganização de sub-portais para: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Academia Judicial (em andamento)</li> <li>○ Corregedoria-Geral da Justiça (em andamento)</li> <li>○ Extrajudicial (em andamento)</li> <li>○ Infância e Juventude</li> <li>○ Jurisprudência</li> <li>○ Ouvidoria (em homologação)</li> </ul> |

|                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>o Processo Eletrônico</li> <li>o Sistema de Processos Administrativos - SPA (Manual do SPA)</li> <li>o Técnicos de Suporte em Informática - TSI (Manual do TSI)</li> <li>o Transparência</li> <li>o Wikilex (legislação anotada)</li> <li>Wikilex - Novo CPC</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Formulários eletrônicos                              | Desenvolvimento de novos formulários para: <ul style="list-style-type: none"> <li>o Academia Judicial - AJ</li> <li>o Diretoria de Documentação e Informações - DDI</li> <li>o Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP</li> <li>o Diretoria de Infraestrutura - DIE</li> <li>o Diretoria de Saúde - DS</li> <li>o Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI</li> <li>o Ouvidoria</li> <li>o Secretaria de Gestão Socioambiental</li> <li>o Asplan</li> </ul> Diretoria-Geral Judiciária                                                                                   |
| Diagramações e criações gráficas                     | Desenvolvimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Capacitações e eventos                               | Participação das equipes em: <ul style="list-style-type: none"> <li>o 298 usuários do sistema SAJ, capacitados em 11 turmas</li> <li>o Avaliação de desempenho: procedimentos e feedback</li> <li>o Gestão de projetos com as ferramentas Sharepoint e Project Server</li> <li>o Capacitação para uso do Sistema de Processos Administrativos - SPA</li> <li>o Liferay Symposium Brazil 2016</li> <li>o KM Brasil 2016</li> <li>o MoodleMoot Brasil</li> <li>o IT Business Cases 2016</li> </ul> Planejamento e elaboração do termo de referência nas contratações de TI |
| Sistema de apoio à Coordenadoria de Magistrados      | Desenvolvimento e implantação                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Sistema de Auditoria AUDI 1.0                        | Aquisição e implantação                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Sistema Gerenciador de Despesas com Deslocamentos    | Implantação versão 2.0                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Sistema de controle de depósitos judiciais – Sidejud | Implantação do fundo de reserva dos municípios                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Sistema Selo Digital 2.0                             | Atualização da plataforma                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Cadastro Extrajudicial 2.2                           | Melhorias na usabilidade do sistema                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Inspeção Virtual do FRJ                              | Implementação de melhorias                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Sistema Integrado de Correções Extrajudiciais        | Melhorias da interface e ajustes no sistema                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| Sistema para VPNI                                    | Melhorias da interface                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Marcação de Férias                                   | Integração com o sistema de Workflow                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Sistema de Movimentação na carreira de magistrados   | Implementação de novas funcionalidades                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |

**Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação**

## 11. ENGENHARIA E ARQUITETURA

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça de Santa Catarina - DEA é o setor responsável pelo planejamento e execução de projetos, no âmbito de sua competência, além da fiscalização de obras de construção, ampliação e reforma de edificações do Poder Judiciário Catarinense, bem como da gestão de diversos contratos de manutenção predial.

Os recursos orçamentários, grande parte oriundos do Fundo de Reaparelhamento de Justiça, estão distribuídos de acordo com a necessidade de cada projeto e dentro da vigência do Plano Plurianual-PPA (período de quatro anos).

Ressalta-se que, desde o ano de 2016, o planejamento das obras do Poder Judiciário catarinense vem seguindo o que estabelece a Resolução n. 114/2010 do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do Art. 2º, abaixo transcrito.

### CAPÍTULO I

#### DO PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DAS OBRAS DO PODER JUDICIÁRIO

(...)

Art. 2º Os tribunais elaborarão o plano de obras, a partir de seu programa de necessidades, de seu planejamento estratégico e das diretrizes fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça, atendendo a Resolução nº 102, de 15 de dezembro de 2009.

§ 1º Cada obra terá o indicador de prioridade, obtido a partir da implantação de sistema de avaliação técnica que contemple, entre outros, os critérios de pontuação e de ponderação agrupados a seguir:

(...)

Dentro deste contexto, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura, em conjunto com a Assessoria de Planejamento, Organização e Sistemas (ASPLAN), elaborou estudo para subsidiar a criação do PLANO DE OBRAS, aprovado em setembro de 2015 pelo Tribunal Pleno.

Referido estudo classificou 132 prédios do Poder Judiciário de Santa Catarina (entre prédios de Comarcas e do TJSC), resultando em um *ranking*, o qual serviu de subsídio para a definição do PPA 2016-2019.

Portanto, a partir de 2016, o planejamento e execução de obras do Poder Judiciário passou a seguir um plano definido por meio de critérios técnicos e de políticas estratégicas, aprimorando o processo de elaboração dos Planos Plurianuais, diferentemente do adotado nos PPAs anteriores.

## OBRAS DE ENGENHARIA REALIZADAS

Dentre as obras de maior relevância no ano de 2016, considerando-se os pontos de vista estratégico, orçamentário, financeiro e porte da obra, encontram-se:

### 1. Construção do novo Fórum da Comarca de Rio do Sul

- Contrato nº 05/2014
- Empresa: Planecon Planejamento e Construções Ltda
- Valor contratual: R\$ 24.839.582,86
- Área construída: 10.443,73 m<sup>2</sup>
- Prazo de obra (contratual): 36 meses
- Início da obra: 02/2014
- Subação: 6694 (quadro 2)



FOTO: ACERVO DEA

Até o final de 2015 a empresa conseguiu avançar apenas 17% da obra. No final de 2016, do total planejado de aproximadamente 56%, a empresa havia atingido apenas 20% da edificação. Ou seja, apenas 3% de avanço financeiro em relação ao ano de 2015, embora negociações com a empresa para cumprimento do cronograma físico-financeiro vinham sendo exaustivamente efetuadas pela DEA. Desta forma, o TJSC deliberou, em outubro de 2016, pela rescisão unilateral do Contrato nº 05/2014, tendo em vista o andamento em ritmo lento da obra, fato ocasionado pela redução, por parte da empresa, do efetivo de empregados. Novo material, incluindo projetos atualizados, será encaminhado para licitação visando a retomada das obras.

## **2. Construção do novo Fórum da Comarca de Navegantes**

- Contrato nº 60/2014
- Empresa: Concretil Construções Ltda
- Valor contratual: R\$ 16.324.488,52
- Área construída: 6.495,02 m<sup>2</sup>
- Prazo de obra (contratual): 30 meses
- Início da obra: 05/2014
- Subação: 6604 (quadro 2)



FOTO: ACERVO DEA

A obra iniciou o ano de 2016 dentro do prazo contratual, contudo, em setembro de 2016 a fiscalização da DEA apontou atraso, em razão de dificuldades financeiras por parte da empresa o que ocasionou a diminuição de empregados no canteiro de obras, sendo que, do total planejado para ser atingido no ano (85%), a empresa executou apenas 65%. A obra encontra-se em um ritmo abaixo daquele necessário para conclusão no prazo contratual, apesar das várias notificações e cobranças por parte da fiscalização no diário de obra.

## **3. Ampliação do Fórum da Comarca de Gaspar**

- Contrato nº 01/2014
- Empresa: CRC Engenharia Ltda
- Valor contratual: R\$ 18.903.062,04
- Área construída: 7.801,91 m<sup>2</sup>
- Prazo de obra (contratual): 30 meses
- Início da obra: 01/2014
- Subação: 11721 (quadro 2)

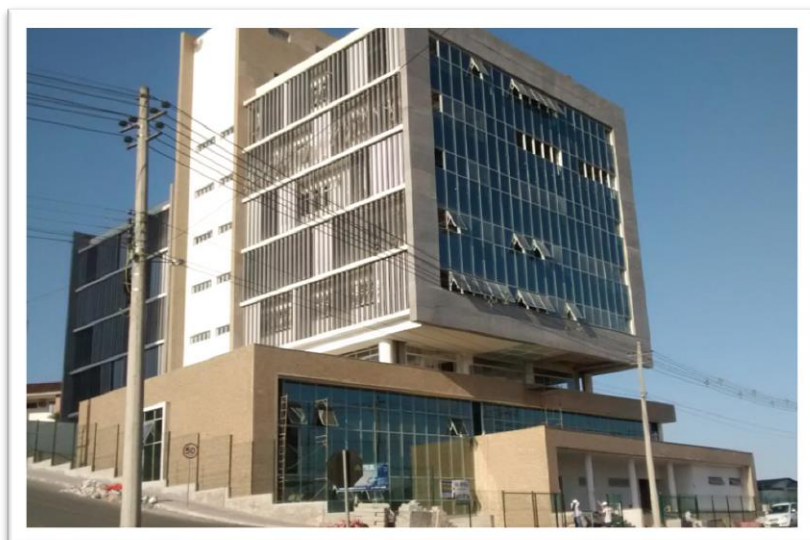


FOTO: ACERVO DEA

Durante todo o ano de 2016 a obra avançou em ritmo normal, contudo não foi entregue no prazo previsto, considerando a necessidade de algumas prorrogações de prazo, em razão de chuvas e aditamento de serviços extras (aditivos contratuais) solicitados pela fiscalização da DEA. A conclusão da obra está prevista para o mês de março de 2017.

#### 4. Construção do novo Fórum de Canoinhas

- Contrato nº 51/2015
- Empresa: Prumo Construtora e Incorporadora Ltda.
- Valor contratual: R\$ 17.111.887,48
- Área construída: 7.549,47 m²
- Prazo de obra (contratual): 30 meses
- Início da obra: 05/2015
- Subação: 6685 (quadro 2)



Foto: Acervo DEA

A obra avançou em ritmo normal durante o ano de 2016. O avanço financeiro planejado para ser atingido até o final do ano era de aproximadamente 60% do total, sendo executado em torno de 50%. Portanto, pode-se considerar que a obra se encontra com atraso aceitável, em função da necessidade de execução de serviços não previstos inicialmente (aditivo contratual) e o prazo de entrega é para outubro de 2017.

## **5. Reforma Global do prédio do Arquivo Central de Palhoça**

- Contrato nº 82/2015
- Empresa: Concretel Construções Ltda.
- Valor contratual: R\$ 11.647.173,05
- Prazo de obra (contratual): 12 meses
- Início da obra: 07/2015
- Área da obra: 8.851,78 m<sup>2</sup>
- Subação: 11730 (quadro 2)



*Foto: Acervo DEA*

A obra iniciou o ano de 2016 sem atrasos. Contudo, já no mês de março a empresa solicitou prorrogação do prazo contratual em 120 dias, apresentando como justificativa a ocupação parcial do Arquivo Central, a revisão dos projetos de sprinklers (chuveiros automáticos) e de climatização, além dos serviços extracontratuais que surgiram durante a obra. Em meados de 2016 a fiscalização/DEA apresentou relatório informando sobre nova prorrogação de prazo, em função das dificuldades na execução do projeto de climatização (incompatibilidade entre o projeto e a estrutura de concreto existente). O avanço financeiro planejado para ser atingido até o final de 2016 era de 100%, concluindo a obra. O novo cronograma físico-financeiro prevê a conclusão da obra para março de 2017.

## **6. Reforma Global do prédio do Fórum da Comarca de Xanxerê**

- Contrato nº 153/2015
- Empresa: Construtora Bem Te Vi Ltda.
- Valor contratual: R\$ 2.040.046,45
- Prazo de obra (contratual): 12 meses
- Início da obra: 03/2016
- Subação: 12429 (quadro 2)



*Foto: Acervo DEA*

O contrato nº 153/2015 foi assinado em outubro de 2015. Contudo, as obras somente foram iniciadas após a desocupação total do imóvel. De acordo com o planejamento da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, a meta era iniciar a obra em janeiro de 2016 e finalizá-la em dezembro daquele ano. Contudo, a execução dos serviços de engenharia teve início somente em março de 2016, quando da conclusão do processo de desocupação do imóvel. A obra está prevista para ser concluída em junho de 2017.

### **OBRAS DE ENGENHARIA NÃO REALIZADAS**

Foram elencadas neste tópico as principais ações que pelos motivos elencados abaixo, foram suspensas ou retardadas.

## **1. Reforma Global do prédio anexo ao Fórum de São José**

Trata-se de uma obra de grande complexidade, principalmente em razão dos problemas estruturais existentes.

A meta para o ano de 2016 era de iniciar a reforma global atingindo, até o final do exercício, aproximadamente 7% do valor total da obra.

O material completo destinado à reforma global (projeto arquitetônico, projetos complementares, planilhas orçamentárias e de composições unitárias), muito embora esteja em fase final de elaboração, encontra-se atualmente suspenso pela Administração, em função de mudança de diretrizes institucionais.

## **2. Construção do novo Fórum da Comarca de Timbó**

Trata-se de “projeto padrão 3 a 7 varas”, a ser construído inicialmente com 5 varas. O material completo, envolvendo projetos e planilhas orçamentárias e de composições unitárias, estava previsto para ser encaminhado à licitação em dezembro de 2015, com estimativa de início das obras em dezembro de 2016 (execução de aproximadamente 3% do valor total da obra). Contudo, os projetos foram concluídos somente em março de 2016, em razão de atrasos na elaboração das planilhas orçamentárias e de composições unitárias. O procedimento licitatório foi iniciado, mas posteriormente suspenso, em função de diversos questionamentos técnicos formulados por empresas participantes do certame licitatório. No final de 2016 a Diretoria de Engenharia e Arquitetura reencaminhou o material revisado, visando a reabertura do procedimento licitatório. A previsão é de que a nova licitação seja publicada em fevereiro e concluída em novembro de 2017.

## **3. Construção do novo Fórum da Comarca de Imbituba**

Trata-se de mesma tipologia de projeto que será implantado na comarca de Timbó e, portanto, também sofreu atrasos em relação ao cronograma inicialmente previsto, uma vez que o planejamento ficou suspenso até que fosse concluído o projeto destinado à construção do Fórum de Timbó. Além disso, o projeto arquitetônico necessitou de adequações em função da alteração das normas de acessibilidade. A previsão de encaminhamento do material completo para licitação é abril de 2017.

## SERVIÇOS DE ENGENHARIA

### 1. Acessibilidade

No intuito de ampliar a acessibilidade às edificações do Poder Judiciário Catarinense, visando garantir às Pessoas Com Deficiência (PCD) – definitiva ou temporária – a participação nas atividades jurisdicionais, e visando atender à legislação pertinente, o Poder Judiciário de Santa Catarina, por meio da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, promove a inclusão das questões de acessibilidade no escopo de suas obras, sejam de construção de novos prédios ou em reformas globais e parciais dos prédios existentes.

A questão da acessibilidade foi um dos critérios técnicos considerados na elaboração do Plano de Obras, resultado de um *ranking* de priorização dos prédios, nos termos da Resolução n.114/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A acessibilidade nas edificações do Poder Judiciário é implementada por meio de diversas medidas, as quais, em grande parte, são de competência da DEA: construção de rampas para acesso, adequação de sanitários públicos para utilização por PCD, vagas de estacionamento exclusivas para PCD, acesso a pavimentos superiores por meio de elevadores e/ou plataformas elevatórias, instalação de piso tátil direcional e alerta, inclusão de espaço para cadeirantes nos Tribunais do Júri, entre outras.

Ressalta-se que as soluções técnicas para atendimento às normas de acessibilidade em prédios existentes por vezes são de alta complexidade, envolvendo a elaboração de projetos (arquitetônico, estrutural, elétrico, hidrossanitário, preventivo de incêndio), e ensejando intervenções de grande monta (rompimento de lajes, quebra de paredes, adequações de banheiros, reformulação de leiautes, substituição de forros e pisos, ampliação do prédio, entre outras).

Importante destacar que a Diretoria de Engenharia e Arquitetura vem, ao longo dos anos, adequando os prédios de propriedade do Poder Judiciário Catarinense, seja através de reformas pontuais (ligadas às questões de acessibilidade) ou reformas globais (visando atendimento de diversas demandas, incluindo as adequações de acessibilidade), ou ainda através de construção de novos Fóruns, os quais são projetados de acordo com as normas de acessibilidade.

Ainda em relação às adequações prediais visando atendimento às normas de acessibilidade, em 2016 a Diretoria de Engenharia e Arquitetura concluiu as obras de reforma parcial dos Fóruns das Comarcas de São Carlos, São Bento do Sul e Araranguá. Além disso, foram concluídos e encaminhados à licitação os projetos de

reforma dos Fóruns das Comarcas de Tubarão, Xanxerê, Bom Retiro e de construção do Fórum da Comarca de Timbó.



*Reforma Fórum da Comarca de São Carlos – acessibilidade – Foto: Acervo DEA*



*Reforma Fórum da Comarca de Araranguá – acessibilidade – Foto: Acervo DEA*



*Reforma Fórum de São Bento do Sul – acessibilidade – Foto: Acervo DEA*

## **2. Terceirização de projetos com escritório único**

O ano de 2016 também pode ser considerado um marco em relação à elaboração de projetos de engenharia e arquitetura no âmbito do Poder Judiciário Catarinense.

Até então, praticamente 100% dos projetos arquitetônicos eram elaborados pela Divisão de Projetos/Seção de Arquitetura, da Diretoria de Engenharia e Arquitetura. Contudo, diante das dificuldades encontradas, principalmente em razão da grande demanda de projetos frente à capacidade operacional (escassez de recursos humanos), a Diretoria vem buscando alternativas para solução do problema, visando o cumprimento do planejado no PPA 2016/2019. Neste sentido, foi elaborado um projeto básico para contratação de única empresa, consubstanciado para o desenvolvimento e a coordenação de projetos arquitetônicos, bem como dos demais projetos complementares, destinados à reforma global do Fórum da Família – Comarca de Balneário Camboriú.

A terceirização dos serviços de elaboração de todos os projetos (arquitetônico e complementares) por uma única empresa, nos moldes do projeto

básico elaborado para a reforma global do Fórum da Família, está sendo realizada pela primeira vez na Diretoria de Engenharia e Arquitetura.

A contratação deste novo escopo de serviços em lote único tem como objetivo a padronização dos serviços intelectuais dos projetos, os quais se encontram intrinsecamente relacionados. A contratação de escritório único para elaboração dos serviços visa, ainda, reduzir o custo de administração em uma complexa rede de coordenação entre os projetos, além de melhorar a qualidade e efetividade dos resultados para o Tribunal de Justiça. A contratação de escritório único irá proporcionar a organização do processo produtivo e, conseqüentemente, agilidade e eficiência na compatibilização dos projetos arquitetônicos com seus complementares.

### **3. Contrato de manutenção global**

Além dos contratos relacionados a obras de reforma, construção e ampliação de edificações do Poder Judiciário, no ano de 2016 a Diretoria de Engenharia e Arquitetura gerenciou, ainda, diversos contratos de prestadoras de serviços, visando à manutenção e adequação daqueles prédios, em atendimento às normativas vigentes e visando à segurança, conservação e funcionalidade das instalações prediais para a excelência da prestação do serviço jurisdicional.

Contudo, desde meados de 2016 a Divisão de Manutenção Predial vem trabalhando na elaboração de especificações técnicas e de projeto básico visando à contratação de uma única empresa capaz de executar os serviços de manutenção predial de forma completa e abrangente, proporcionando eficiência e celeridade na prestação dos serviços.

A nova forma de contratação tem como objetivo possibilitar a diminuição dos chamados, o favorecimento à logística de execução, além de facilitar a gestão contratual pelo Poder Judiciário.

Evitar-se-á, por exemplo, que uma empresa interfira na execução dos serviços de outra, prejudicando o cronograma de execução e a qualidade dos serviços prestados. Com a responsabilização pela execução dos serviços a cargo de uma única empresa será facilitada a identificação do problema, as cobranças de prazo e qualidade e a correção dos casos executados em desacordo com as especificações, normas técnicas e boas práticas de Engenharia.

## Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº **111536/2017**, registrado no sistema SPA (Sistema de Processos Administrativos) do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Este documento eletrônico foi assinado por:

**Jose Antonio Torres Marques**

293.786.990-49

Assinado digitalmente em 30/03/2017 15:37:19